



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 75

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 07 de julho de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, onde foram apresentados os seguintes votos:

– **Voto de Congratulação pela eleição de Vasco Cordeiro como Presidente do Comité Europeu das Regiões**, subscrito por todos os líderes parlamentares.

Feita a apresentação pelo Sr. Presidente da Assembleia e usado da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Pedro Neves (*PAN*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo 100.º Aniversário do Sport Club Lusitânia**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo 100.º Aniversário do Sport Club Lusitânia**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo Centenário do Sport Club Lusitânia**, apresentado pela Representação Parlamentar do Chega.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo Centenário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) e usado da palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo 125.º Aniversário da Sociedade Filarmónica União Faialense**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*) e usado da palavra Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação ao grupo musical “Tributo” - pela comemoração dos seus 25 Anos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário do grupo musical “Tributo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– **Voto de Congratulação pelo 155.º aniversário da Polícia de Segurança**

Pública, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*) e usado da palavra os Srs. Deputados Luís Soares (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*) e José Pacheco (*CH*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da Terra Chã, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*) e usado da palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação pelos 270 anos do povoamento açoriano do Estado do Rio Grande do Sul e pelos 250 anos da Cidade de Porto Alegre, fundada por Açorianos, apresentado pela Representação Parlamentar do Chega.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Pacheco (*CH*) e usado da palavra as Sras. Deputadas Elisa Sousa (*PSD*) e Ana Luís (*PS*), bem como o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação a Paulo Pereira, atleta do Judo Clube de São Jorge, pelo título de Vice-Campeão Europeu, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Paiva (*CDS-PP*) e usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira (*PSD*) e a Sra. Deputada Isabel Teixeira (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– Voto de Congratulação a Tiago Pinheiro pela Medalha de Ouro em Competição Mundial de Ginástica Aeróbica, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*) e usado da palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Congratulação pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária da Graciosa](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*) e usado da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), o referido voto foi aprovado por unanimidade;

– [Voto de Saudação às Iniciativas de Orgulho LGBTQIA+](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) e usado da palavra os/a Srs./a Deputados/a José Pacheco (*CH*), Valdemira Gouveia (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), o referido voto foi aprovado por maioria.

De seguida, o Sr. Deputado Rodolfo Franca (*PS*) procedeu à [Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII – “Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino”](#).

Seguiu-se, pela voz do Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), a [Apresentação em Plenário da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Procede à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde”](#).

Retomando a Agenda, deu-se continuidade ao debate da [Proposta de Resolução n.º 3 – “Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para o efeito, usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Avançou-se para a apreciação da [Petição n.º 23/XII – “Criação de condições de acesso a contratos de trabalho e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da segurança social, designadas creches familiares”](#), apresentada por Mafalda da Luz da Silva Fernandes, na

qualidade de primeira subscritora.

Feita a apresentação do relatório da petição pela Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Jorge Paiva (*CDS-PP*), Célia Pereira (*PS*), António Lima (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*) e Nídia Inácio (*PSD*).

Passou-se ao [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado António Manuel Raposo Lima possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de um Processo.](#)

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a **Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social**, tendo sido eleitos: João Carlos Aguiar Teixeira, membro efetivo; Anabela Ferreira Silveira de Borba, membro efetivo; Mário Jorge Belo Maciel, membro suplente; e Eunice Dora Silveira Tavares de Melo, membro suplente.

Dando seguimento à Agenda, avançou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 124/XII – “Pela previsibilidade e adequação dos recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Feita a justificação pela Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*), usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*), Sabrina Furtado (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*) e José Pacheco (*CH*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado, tendo a iniciativa baixado à respetiva Comissão.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Sandra Faria (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Os trabalhos prosseguiram com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – “Estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6**

de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Justificada a urgência pela Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Assim, nesse seguimento, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), expôs detalhadamente a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – “Estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores, tendo intervindo no debate que se iniciou os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*), Paulo Gomes (*PSD*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Anjos (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*) e Carlos Silva (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 04 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faça favor.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Paulo Serôdeo Melo

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz **Silva**

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte Gomes

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares **Manes**

António Manuel Raposo **Lima**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha **Pacheco**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta manhã está reservada ao **Período de Tratamento de Assuntos Políticos**, desde logo à emissão de votos e declarações políticas.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esta manhã de PTAP são os seguintes: o Partido Socialista dispõe de 48 minutos; o PSD dispõe de 40 minutos; o CDS de 16 minutos; o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem cada de

12 minutos; as Representações Parlamentares dispõem cada de 10 minutos; o Sr. Deputado independente de 5 minutos; e o Governo de 20 minutos.

Vamos dar início à apresentação e votação de votos.

O primeiro voto é um voto de congratulação, que é subscrito por todos os líderes parlamentares. E foi decidido, em Conferência de Líderes, que seria apresentado pelo Presidente da Assembleia.

Voto de Congratulação

Vasco Cordeiro, Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, foi eleito no passado dia 29 de junho, em Bruxelas, Presidente do Comité Europeu das Regiões.

É a primeira vez, desde a fundação do Comité das Regiões, que um português assume o mais alto cargo daquele organismo europeu, um momento que prestigia os Açores, Portugal e o próprio projeto europeu.

Nos últimos dois anos e meio, Vasco Cordeiro foi 1.º Vice-Presidente do Comité Europeu das Regiões, sob a presidência do grego Apostolos Tzitzikostas.

Recorde-se que o Comité Europeu das Regiões é um órgão consultivo do Conselho Europeu, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, que lhe devem solicitar pareceres sobre matérias referentes ao ambiente, educação e transportes, saúde pública, cultura e coesão económica e social. O Comité das Regiões pode também emitir pareceres por iniciativa própria, colocando na agenda europeia temas cuja importância considere relevante.

Criado em 1992 pelo Tratado de Maastricht, o Comité das Regiões é composto por 329 representantes locais e regionais de todos os Estados Membros da União Europeia, sendo 12 dos seus membros representantes de Portugal.

Na génese da sua criação está o contributo que pretende dar para um maior envolvimento das autoridades regionais e locais no processo europeu de tomada

de decisão e, deste modo, promover uma maior participação dos cidadãos.

O Deputado Vasco Cordeiro, agora eleito Presidente do Comité das Regiões, tem larga experiência de representação dos Açores a nível europeu, obtida durante os seus mandatos enquanto Presidente do XI e do XII Governo Regional dos Açores e Secretário Regional no VIII, IX e X Governos Regionais.

A sua experiência noutros órgãos europeus, como na Presidência da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, de 2014 a 2020, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e a Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, será uma mais-valia neste novo desafio que agora abraça.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, os Deputados subscritores propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela eleição de Vasco Cordeiro como Presidente do Comité Europeu das Regiões.

Mais se propõe que do presente voto seja dado conhecimento a Sua Excelência O Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo da República, ao Governo Regional dos Açores, ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia e ao Comité Europeu das Regiões.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

O Presidente e os Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Ana Luís, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A eleição do Deputado Vasco Cordeiro é, de facto, uma honra para os Açores e para Portugal, o primeiro português a presidir o Comité das Regiões Europeu.

E esta eleição é uma honra e um orgulho para os Açores e para Portugal, não só e desde logo pelo reconhecimento da sua competência, da sua experiência, aliás, como está refletido no voto apresentado pelo Sr. Presidente da Assembleia, mas também pelo facto de o Deputado Vasco Cordeiro, em todas as funções que exerceu, quer em órgãos europeus, quer na qualidade de Membro de Governos Regionais e, nestas últimas duas legislaturas, como Presidente do Governo Regional, ter demonstrado ser um defensor de uma Europa construída a diferentes vozes, de uma Europa que tem que olhar para todas as suas Regiões e acudir à necessidade de todas as suas populações, e de uma Europa que faz da política de coesão um verdadeiro objetivo e um compromisso para com todos.

Mas, também, esta honra e orgulho que o voto também transmitiu por esta eleição prende-se, também, desde logo, pela importância que este organismo tem no seio das instituições europeias. O Comité das Regiões Europeu integra regiões e autoridades representantes do poder local e regional de todos os 27 Estados-membros da Europa. E é um órgão de consulta obrigatória e que tem promovido uma série de debates, de fóruns e de reflexões extremamente importantes, não só neste percurso da Europa que conhecemos, mas, principalmente, a partir de agora, da Europa que efetivamente queremos e para a qual todos temos que trabalhar.

Mas a eleição do Deputado Vasco Cordeiro como Presidente do Comité das Regiões Europeu reveste-se também de grande importância e em grande medida, porque coloca os Açores em posição de destaque perante os seus parceiros europeus. Nós que somos uma região de pequena dimensão, quer demográfica, quer territorial, no meio do Oceano Atlântico, longe dos grandes centros de decisão, que é um exemplo claro. E o Deputado Vasco Cordeiro tem-no demonstrado, e todos aqueles que de uma forma ou de outra participam em organismos e instituições da Europa têm sido capazes de demonstrar que, apesar da nossa pequenez, apesar da distância física, temos sido capazes de dar um contributo importante, até mesmo por toda a nossa realidade, para aquilo que tem

sido não só a construção da Europa, mas, principalmente, para aquilo que queremos: uma Europa que respeita dos seus princípios fundadores, uma Europa que se preocupa com todos, uma Europa que ouve todos, uma Europa que se orgulha das suas diferenças, das suas regiões mais urbanas, das montanhosas, das mais distantes ou até mesmo das ultraperiféricas, como é o caso dos Açores, da Madeira e das Canárias. E que com todos entende e percebe esta importância de se construir uma Europa que, perante esta auscultação, perante o contributo de todos, cada vez mais tem que pensar que as medidas e as políticas que toma têm que, efetivamente, ir ao encontro das necessidades de todos e de cada uma das suas regiões, tendo em consideração, efetivamente, as suas diferenças.

Neste sentido, o Partido Socialista, obviamente, não só subscreveu o voto, como se associa a ele, com muita honra e muito orgulho pelo facto de o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que também é Presidente do Partido Socialista, ter sido eleito, por unanimidade e aclamação, como Presidente do Comité das Regiões Europeu.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do PPM, do PAN, do CH, do IL e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Partido Social Democrata, não só subscreveu, como se associa, com alegria, a esta eleição do Sr. Deputado Vasco Cordeiro como Presidente do Comité das Regiões da União Europeia.

E fazemo-lo destas duas formas, porque não só sabemos, naturalmente, pelas qualidades que o Deputado Vasco Cordeiro e pela sua experiência e trabalho que fez também na Região Autónoma dos Açores, obviamente, nada desses factos são alheios a esta condição e a esta eleição e, portanto, sabemos, naturalmente, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está à altura ou mais do que à altura para o cargo que vai agora, desde o início deste mês, exercer, mas porque também temos alguém dos Açores na Presidência de um Comité da União Europeia.

Esse facto, aqui, a nós nos alega e, certamente, a todos nós, nesta Assembleia, nos alegra também. E estou convicto disso, ao Dr. Vasco Cordeiro e a nós todos, tem aqui algum sentimento de mágoa pela forma como nós somos levados a participar nestes órgãos da União Europeia. E parece-me que aqui está também um pouco da importância desta eleição, que é feita com base numa decisão dos dois maiores grupos políticos do Parlamento Europeu, o Partido Socialista Europeu e o Partido Popular Europeu, onde estamos, cada um no seu lado, representados através dos Deputados do PSD e do Partido Socialista. Mas queria com isto dizer que há este sentimento, também, de que a nossa participação nessa escolha, que é boa, faz-se por interposta pessoa. Não temos, os Açores, por infelicidade, mas por nosso próprio sistema eleitoral para o Parlamento Europeu, a possibilidade sequer de participar na escolha destes representantes nos órgãos da União Europeia.

Sendo importante neste caso ter um açoriano, e um açoriano qualificado e com condições de exercer um bom cargo, não deixa de ser alguma mágoa não termos ainda a possibilidade de diretamente elegermos os nossos representantes no Parlamento Europeu, que sejam parte ativa da deliberação de escolha e de outras decisões importantes de que os Açores são, naturalmente, parte interessada, como é o Comité das Regiões da União Europeia.

Por isso mesmo, com alegria sincera, subscrevemos e nos associamos a este voto, porque sabemos que o Dr. Vasco Cordeiro é uma pessoa com qualificações mais do que suficientes e qualidades políticas para o desempenho deste cargo.

Mas não deixamos de fazer este alerta, que sabemos também que é partilhado pelo Dr. Vasco Cordeiro, da necessidade de termos maior participação nas instituições europeias, nomeadamente através da eleição de Deputados para o Parlamento Europeu.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal, obviamente, associa-se a este voto, com a mesma convicção com que se associou à comitiva deste Parlamento que acompanhou o Sr. Deputado Vasco Cordeiro nesta eleição, na semana passada.

É o reconhecimento, entre os seus pares, do trabalho que Vasco Cordeiro desenvolveu enquanto Presidente do Governo Regional dos Açores e, agora, enquanto Deputado deste Parlamento, em prol das regiões, neste caso das ultraperiféricas da Europa, mas de todas as regiões da Europa, na afirmação de um regionalismo como uma das vias de construção do projeto europeu.

Não há via melhor do que esta para construirmos aquilo que é um projeto de organização internacional, que não só nos garante a paz na Europa, naquela que nela está integrada, como também nos garante desenvolvimento socioeconómico que nos permite melhores condições de vida para os nossos cidadãos.

A única forma, eu não vejo outra, de construirmos, de envolvermos os cidadãos no projeto europeu é dar dimensão a este projeto, envolvendo todas as regiões, todas as populações, todas as tendências políticas regionais neste processo.

Os Açores são um lugar-comum, dão dimensão a Portugal. E os Açores dão também a única dimensão atlântica da Europa, a par dos departamentos ultramarinos franceses. Mas, não é puxar a brasa à nossa sardinha, nós somos

muito mais centrais do que os departamentos marítimos franceses e temos uma autonomia político-administrativa diferente da que têm os departamentos ultramarinos franceses e, por isso, damos uma dimensão euro-atlântica diferente à União Europeia.

Por isso, nos associamos, obviamente, a esse voto, o subscrevemos e aplaudimos desta bancada o Sr. Deputado Vasco Cordeiro por esta eleição, mas como forma de reconhecimento pelo seu trabalho ao longo dos últimos anos na construção deste processo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Chega, naturalmente, também se associa a este voto e o subscreve.

É sempre um orgulho para os Açores termos um açoriano num alto cargo da União Europeia. Que seja também uma voz que faça levar as nossas ansiedades, os nossos sonhos, os nossos desafios para aquele que tem sido cada vez mais o centro de decisão de grandes decisões que nos afetam, umas vezes melhor, outras vezes pior.

Desejando também felicitados, votos de bom trabalho. Penso que é merecido. E aqui estamos também para o felicitar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda subscreve o voto em questão. E,

naturalmente, não podia deixar de, neste período da sua apresentação em Plenário, não só nos associarmos ao voto, mas, acima de tudo, saudar o Deputado Vasco Cordeiro pela sua eleição para a Presidência do Comité Europeu das Regiões, um cargo que, obviamente, prestigia o país e os Açores, acima de tudo.

É, como já foi amplamente referido, um reconhecimento da Região, mas, acima de tudo, porque é um cargo pessoal, também um reconhecimento da sua experiência, da sua competência em cargos de governação, mas também em cargos parlamentares, como é o caso neste momento.

Esse papel que pode ter ao longo do tempo desempenhando essas funções é, naturalmente, do ponto de vista simbólico, em primeiro lugar, importante porque coloca, efetivamente, a Região Autónoma dos Açores numa posição de destaque a nível europeu e, acima de tudo, do ponto de vista também mais prático, que esse reconhecimento, que essa visão, que essa maior visibilidade que os Açores, também, assim, desta forma têm, permita também que as regiões da Europa e as regiões ultraperiféricas em particular, com as suas características muito próprias, pelo seu afastamento, pela sua insularidade também, tenham, não só no papel, mas na prática, um tratamento que não pode ser o tratamento da receita que se aplica a todos de igual forma na União Europeia.

Isso parece-nos fundamental e é também um dos aspetos que desejamos que esta eleição do Deputado Vasco Cordeiro tenha como consequência, uma visão da Europa que, efetivamente, não só seja, como desejamos sempre, mais solidária, mais fraterna, mas também que olhe para o seu território de forma distinta, que olhe para o seu território compreendendo as suas especificidades e as suas dificuldades, que advêm, muitas vezes, como é o caso dos Açores, da sua própria geografia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Para o PPM, é um momento extraordinário aquele a que nós estamos a assistir. É muito difícil, em qualquer sistema político europeu e mundial, assistir a um momento em que diversas forças políticas com diferentes ideologias deixam para trás a intriga, a inveja, o facto de não quererem valorizar os adversários políticos, até pela posição em que se encontram, conseguir deixar isso tudo para trás e, fundamentalmente, centrar-se no reconhecimento da capacidade e do percurso de alguém que valoriza e dignifica o nome dos Açores lá fora, agora nestas questões específicas como Presidente do Comité das Regiões Europeu.

Eu considero que é um momento importante. E nós, os Açores, ao longo destes anos, tenho testemunhado, conseguimos fazer isso. Nem todos o conseguem. Muito poucos o conseguem. E nós temos essa capacidade. E essa capacidade orgulha-me enquanto Deputado dos Açores.

Quero dizer também que este cargo resulta, obviamente, da capacidade que foi reconhecida ao Dr. Vasco Cordeiro, a sua competência, a sua experiência no âmbito do desempenho de vários cargos anteriores.

Eu sei que o seu trabalho é o trabalho para toda a Europa, para todas as regiões da Europa, para a valorização das regiões no âmbito da União Europeia, mas também sei que terá sempre um conhecimento muito específico daquilo que são as necessidades dos Açores.

E como bem disse ao longo da sua carreira, defender os Açores é defender Portugal, defender os Açores é defender a União Europeia. E, por isso, eu tenho a certeza que os interesses da nossa Região estarão também no âmbito daquilo que pretende fazer, no âmbito do desempenho que irá realizar.

Deixe-me, por fim, dizer-lhe que lhe desejo as maiores felicidades no âmbito do desempenho desse cargo. Sei que tem a competência, a experiência e o percurso para ter um grande êxito no âmbito do desempenho dessas funções.

E são funções, em que é importante, também, mais uma vez... Eu gosto de olhar para o futuro, no âmbito do que nós temos vindo a ver que há um reforço da componente estatal, dos Estados, da afirmação dos Estados, neste momento, também, são circunstâncias especiais, em que é importante desenvolver os mecanismos necessários para que, neste contexto, também as regiões sejam valorizadas. Mais uma vez, não é fácil, mas o senhor tem a garra, a determinação e a preparação para ter êxito nessa função.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS é subscritor deste voto, mas não poderia deixar de aproveitar a oportunidade para reiterar a nossa congratulação com esta eleição, que é, efetivamente, o reconhecimento de características pessoais de competência e de lisura no exercício de todo o percurso político que o Deputado Vasco Cordeiro exerceu, agora Presidente do Comité das Regiões, que saudamos, obviamente.

E consideramos que os Açores, sendo uma região enorme, porque são os Açores que dão a dimensão euro-atlântica à Europa, mas, efetivamente, temos jurisdição sobre um terço da zona económica exclusiva da Europa continental. Isso não é de somenos importância, é isso que dá a centralidade geopolítica e geoestratégica aos Açores.

E consideramos que, apesar das nossas diferenças no plano interno do ponto de vista político-partidário, tenho a certeza, no CDS temos a certeza que o Deputado Vasco Cordeiro tem a capacidade e as características exatas e indicadas para defender os Açores, as regiões, as regiões periféricas, as regiões ultraperiféricas, exatamente por ter sido Presidente do Governo de uma região ultraperiférica, de

ter um conhecimento vasto sobre aquilo que são as dificuldades e as assimetrias que essas regiões possam sentir.

E, sem dúvida, o que podemos desejar é os votos de maior sucesso no desempenho dessas funções, porque o sucesso desse desempenho será, certamente, também o sucesso daquilo que são os anseios das regiões ultraperiféricas, nomeadamente dos Açores.

Por isso, reiteramos esta congratulação, disponibilizando-nos para aquilo que lhe aprouver e que possa ser útil e que considere útil da parte do CDS, do nosso Grupo Parlamentar, do Partido, para levar a cabo com maior sucesso estas novas funções, que serão, certamente, marcantes para a Região e para o País.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN, além de associar-se a este voto, subscreveu este voto, obviamente. E queremos mesmo congratular Vasco Cordeiro pela sua nomeação, dando, além do protagonismo do homem, da sua carreira e da sua capacidade política, também protagonismo aos Açores e à forma como nós podemos defender e representar os açorianos. Nesse aspeto, vai-nos dar, obviamente, um destaque bem maior para os Açores. E sem dúvida que não poderíamos ter melhor pessoa do que Vasco Cordeiro a representar no Comité das Regiões.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

(Neste momento, o Deputado Vasco Cordeiro ausentou-se da sua bancada parlamentar, não participando na votação)

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS, aplausos dos Deputados das restantes bancadas e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, não é para uma declaração de voto, é para uma interpelação.

Presidente: Interpelação. Faça favor, então.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para justificar esta interpelação, eu gostaria que ficasse registado que não tomei parte nesta votação pelos motivos que me dispenso de referir e que me parecem óbvios.

Aproveitando a generosidade do Sr. Presidente da Assembleia, eu gostaria de agradecer a generosidade, que me parece excessiva, das referências que me foram feitas, mas agradeço essas palavras e espero estar à altura, nestas funções, da confiança que elas inspiram.

E, por último, eu gostaria apenas de me referir a esta situação parafraseando um antigo Presidente desta Casa, o Sr. Deputado e Presidente Dionísio Sousa: “Esta votação diz mais da maturidade deste Parlamento, do que dos meus eventuais méritos.”

Muito obrigado a todos.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade à apresentação dos votos de congratulação que deram entrada na Mesa.

O próximo voto de congratulação é pelo 100.º aniversário do Sport Club Lusitânia. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação. Faz favor.

Deputada Nídia Inácio (PSD):

Voto de Congratulação

100º Aniversário do Sport Club Lusitânia

O Sport Club Lusitânia comemorou o seu Centenário no passado dia 24 de junho, feriado municipal de Angra do Heroísmo e dia de São João.

Foi em 1922 que um grupo de entusiastas, reunidos na sede da Sociedade Filarmónica e Instrução Recreio dos Artistas (fundada em 1877), no então Convento da Graça e atual Escola EB1/JI Infante D. Henrique, em Angra do Heroísmo, fundou o emblema a que deram o nome do avião "Lusitânia", homenageando a travessia transatlântica (do Atlântico Sul) de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Nascia o que veio a ser o Sport Club Lusitânia, um dos mais emblemáticos clubes açorianos.

Ostentando orgulhosamente o epíteto de "o mais campeão dos campeões açorianos", o Lusitânia acumulou um vasto e rico historial, exercendo, especialmente ao nível do Futebol, um domínio quase absoluto na Região, que lhe valeu mais de 500 taças conquistadas, religiosamente expostas na sua sede da Rua da Sé, o solar e antiga casa de Dona Violante do Canto.

A sua equipa principal de Futebol foi a primeira dos Açores a entrar para os

campeonatos nacionais, em 1978/1979, e a única que, desde então, nunca desceu aos distritais. Sublinhe-se que, no Estado Novo, os clubes açorianos não disputavam os campeonatos nacionais, participando apenas na Taça de Portugal. O Lusitânia foi também o primeiro clube açoriano a subir ao 2.º escalão do Futebol nacional, em 1980, lá se mantendo por mais de uma dezena de épocas.

O Sport Club Lusitânia foi 38 vezes Campeão Distrital de Futebol (em 53 campeonatos disputados até 1978), onze das quais em anos seguidos. E foi por 16 vezes Campeão Açoriano, rumando à Taça de Portugal.

Foi Campeão Insular em 1963/1964, acontecimento único, com jogos em Angra do Heroísmo e no Funchal. Foi Campeão Único da Eliminatória Açores/Ultramar e o primeiro Clube a entrar nas meias-finais da Taça de Portugal, na temporada 1963/1964, não chegando a disputar o esperado confronto com o Futebol Clube do Porto.

Nos anos de ouro do Futebol na Terceira, as tardes de domingo eram preenchidas com os jogos locais, com os campos cheios. Nessa altura, o Lusitânia jogava no Campo de Jogos Municipal de Angra do Heroísmo, principal palco das suas maiores vitórias.

Salientando-se por representar um emblema eclético, os desportistas do Lusitânia salientaram-se em várias modalidades ao longo dos 100 anos de História: Atletismo, Ciclismo, Andebol, Futebol, Futsal, Hóquei em Patins, Ténis de Mesa ou Basquetebol, onde chegou à Liga Profissional, ganhando uma Taça da Liga e, posteriormente, a Proliga, que marcou o seu regresso ao escalão máximo da modalidade.

Já no novo século, uma grave crise financeira levou à extinção de algumas das secções, e só a muito custo o clube conseguiu manter o Futebol e o Basquetebol, reativando o Futsal e mais recentemente o voleibol feminino.

O trabalho dedicado de muitos associados assim o permitiu, sendo possível manter abertas as portas da Delegação n.º 14 do Sporting Clube de Portugal que,

tal como os Leões de Alvalade, equipa tradicionalmente de verde e branco. Instituição de Utilidade Pública, o Sport Club Lusitânia teve uma delegação em Toronto, no Canadá, com denominação própria. A sua enorme expressão social fez manter, durante 32 anos, o jornal "O Lusitânia", entre 1958 e 1990. Da sua vertente cultural, destaca-se a gravação, em 1962, da Marcha "Lusitânia! Lusitânia!", cantada por Olivério Ribeiro. Em 1973, surgiu um Hino-Marcha, com o título "Os Verdes Campeões", com a colaboração do Grupo Coral do Seminário de Angra e da Sé Catedral de Angra do Heroísmo, e já na década de 1980, a jovem Anabela Mancebo, atual professora do Conservatório de Angra, deu voz ao hino "Lusitânia Campeão". Existem também os temas "Os Nossos Campeões", cantado por Guy Fernandes, e a "Vocação" com voz de João Pimentel. O clube teve ainda atividade ao nível do Teatro, e foram célebres as Corridas de Toiros de Praça que promovia no 15 de agosto.

A história de uma coletividade com a dimensão do Lusitânia cruza-se com a própria história de Angra do Heroísmo e dos Açores, sendo lembranças de sempre as enchentes no centro da cidade, aquando da chegada das equipas do clube, após a conquista de importantes títulos. São imagens e recordações, que perpetuam o nome grande da agora centenária coletividade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 100 anos do Sport Club Lusitânia.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Sport Club Lusitânia, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e à Junta de Freguesia da Sé.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Elisa Sousa, Jaime Vieira, Paulo Gomes, Nídia Inácio e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é também pelos 100 anos do Sport Club Lusitânia.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso para a sua apresentação.

Deputada Andreia Cardoso (PS):

Voto de Congratulação

100.º Aniversário do Sport Club Lusitânia

O Sport Club Lusitânia, da ilha Terceira, atingiu, no passado dia 24 de junho, o estatuto de clube desportivo centenário.

Em 1922, um grupo de entusiastas, que reunia frequentemente na Filarmónica Recreio dos Artistas, fundou um clube a que deu o nome do avião “Lusitânia”, em homenagem à travessia transatlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Nascia, assim, um dos mais emblemáticos clubes açorianos.

O Sport Club Lusitânia, atualmente presidido pelo empresário Luís Carneiro, foi fundado, em Angra do Heroísmo, a 24 de junho de 1922, sendo a Delegação n.º 14 do Sporting Clube de Portugal e, embora o seu emblema tenha um açor em vez de um leão, utiliza as mesmas cores, verde e branco.

O Lusitânia foi declarado como Instituição de Utilidade Pública e condecorado em 1977 com a Medalha de Mérito Desportivo - Prata Dourada da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Em 1997, foi-lhe atribuída a Medalha de

Mérito Municipal a este clube que ostenta orgulhosamente o epíteto de "o clube mais campeão dos campeões Açorianos", um título justificado pelo rico historial do clube, que já conquistou mais de 500 taças.

São 100 anos de história, com muitos êxitos desportivos que não se cingem apenas à ilha Terceira, mas que se ampliam a todo o arquipélago dos Açores e que se distinguem a nível nacional.

O futebol foi, desde o início, a principal modalidade do clube, que foi 38 vezes Campeão Distrital e que, apesar de já não participar nas provas regionais de ilha há mais de 40 anos, continua a ser o clube com mais Campeonatos Distritais conquistados.

O Sport Club Lusitânia conquistou 16 Torneios de Classificação para a Taça de Portugal, uma prova extinta em 1978, que era até então a competição mais importante da Região, porque dava acesso ao único quadro competitivo nacional ao qual os clubes Açorianos podiam aceder.

Também no futebol, o Lusitânia é o clube com mais títulos conquistados e, conseqüentemente, com mais presenças na Taça de Portugal.

O Sport Club Lusitânia venceu o Campeonato de Futebol dos Açores na época de 2015/2016, assegurando um lugar no Campeonato de Portugal.

Foi através do Lusitânia que muitos dos melhores jogadores Açorianos de futebol deram o salto para clubes do continente. Foi o caso de Mário Lino que se afirmou no Sporting Clube de Portugal. Foi também o caso de Elvino Bettencourt, no Belenenses; Armando Fontes, no Sporting de Braga e Desportivo de Chaves; Luís Teves, na Académica de Coimbra; Álvaro Pereira, no Boavista e União de Leiria; e João Medeiros, no Boavista e Rio Ave.

No basquetebol, o Lusitânia foi 38 vezes Campeão Distrital, 16 vezes Campeão Açoriano à Taça de Portugal, Campeão Insular, Campeão Único da Eliminatória Açores/Ultramar e o primeiro clube a entrar nas meias-finais da Taça de Portugal. Em 1978/1979, foi o primeiro clube dos Açores a disputar um Campeonato

Nacional. Conquistou uma Taça da Liga no escalão maior do basquetebol português.

Para além do futebol e do basquetebol, o Lusitânia sempre foi um clube que se destacou pelo seu ecletismo, participando em diversas modalidades e com níveis de participação de excelência no atletismo, ciclismo, andebol, futsal e hóquei em patins.

O Sport Club Lusitânia é, igualmente, uma escola de formação desportiva, por onde já passaram milhares e milhares de Terceirenses, ao longo destes 100 anos, formando atletas, mas sobretudo pessoas com a capacidade de ganhar e de perder, que saibam lidar com a vitória e com a frustração da derrota.

Apesar de algumas dificuldades financeiras, que levaram à extinção de algumas secções e que chegaram inclusivamente a fazer equacionar o fim do Sport Club Lusitânia, com a garra dos campeões, sempre soube dar a volta por cima e regressar mais forte, proporcionando a prática desportiva a centenas de Terceirenses, cerca de meio milhar, todos os anos.

O Sport Club Lusitânia extravasa a esfera do desporto, indo muito além. Este clube desportivo desempenha também um importante – e reconhecido – papel a nível social, em Angra do Heroísmo.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que seja aprovado o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 7 de julho de 2022, congratula-se pela celebração do centésimo aniversário do Sport Club Lusitânia, a quem faz votos da continuidade dos maiores sucessos desportivos.

Que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Sport Club Lusitânia, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e ao Conselho de Ilha da Ilha Terceira.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

Os Deputados, Andreia Cardoso, Vasco Cordeiro, Carlos Silva, Sandra Faria, Berto Messias, Francisco Coelho, Rodolfo Franca e Tiago Lopes.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo de congratulação é também pelo centenário do Sport Club Lusitânia. É apresentado pelo Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo Centenário do Sport Club Lusitânia

A travessia transatlântica de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, a bordo do avião “Lusitânia”, dava origem a um dos maiores clubes açorianos. Após uma reunião na Sociedade Recreio dos Artistas, um grupo de entusiastas fundou o Sport Club Lusitânia em homenagem à travessia.

Associou-se ao Sporting Clube de Portugal – sendo a delegação número 14 – e adotou o verde e branco como cores oficiais.

Desde a sua criação até ao 25 de Abril de 1974, os clubes açorianos não

participavam nos campeonatos nacionais e apenas disputavam a Taça da Portugal. Os jogos eram invariavelmente disputados entre as várias equipas da Terceira, no Estádio Municipal de Angra do Heroísmo, dando várias alegrias aos sócios.

Com a Revolução dos Cravos, o Lusitânia foi a primeira equipa a militar nos campeonatos nacionais de futebol – em 1978/79 – e a única que nunca de lá saiu. Com épocas a participar na III Divisão, outras a manter-se na II Divisão nacional, foi a primeira equipa açoriana a subir ao segundo escalão do futebol nacional em 1980, e até à época 2011/2012, nunca desceu aos regionais.

Na altura, os jogos eram bastante disputados e com bastante público nas bancadas para ver os “verdes e brancos” da Rua da Sé. Com a subida à II Divisão Zona Sul, chegou também um maior profissionalismo dos jogadores e a mística dos adeptos no Estádio Municipal foi-se diluindo à medida que outros jogos passaram a ser transmitidos pela televisão.

Mas os adeptos do Lusitânia não esquecem o clube que foi 38 vezes campeão Distrital e 16 vezes Campeão Açoriano à Taça de Portugal – participando em 25 edições do Torneio Açoriano. Foi Campeão Insular em 1963/1964; foi Campeão Único da Eliminatória Açores/Ultramar e o primeiro Clube a entrar nas meias-finais da Taça de Portugal, na temporada 1963/1964. Em 1978/1979 foi o primeiro clube dos Açores a disputar um campeonato nacional.

O Lusitânia é chamado "o clube mais campeão dos campeões açorianos", que se justifica pelo rico historial do Clube, que conquistou 500 taças ao longo da sua existência.

Mas o palmarés do Lusitânia não se fica pelo futebol. No clube sempre se praticaram várias modalidades, como atletismo, ciclismo, andebol, futsal, hóquei em patins e basquetebol – onde chegou à Liga Profissional e conquistou uma Taça da Liga – e onde se mantém com bom desempenho. Em 2014, o Lusitânia voltou a ter uma equipa de futsal, aumentando novamente o número de modalidades praticadas no clube.

Ao longo dos cem anos de existência, o Sport Clube Lusitânia foi declarado como Instituição de Utilidade Pública, tendo sido condecorado com a Medalha de Mérito Desportivo - Prata Dourada da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em 1977.

O CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo centenário do Sport Clube Lusitânia, do qual deve ser dado conhecimento à Direção do Clube, à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e à Direção Regional do Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 5 de julho de 2022

O Deputado, José Pacheco.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelo centenário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para a apresentação deste voto. Faz favor.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo Centenário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

No passado dia 27 de junho, a Caixa de Crédito Agrícola dos Açores celebrou o seu centenário, o que dá bem nota da sua longevidade e solidez financeira.

Esta instituição bancária, de carácter regional e com grande responsabilidade social, conta atualmente com mais de 12 mil sócios, 40 mil clientes e 111 colaboradores, ao serviço das empresas, instituições e famílias Açorianas.

O centenário da instituição bancária foi assinalado com o lançamento do livro evocativo “Cem Anos de Convicção – O centenário da Caixa de Crédito Agrícola dos Açores”, da autoria de Madalena San-Bento.

Até ao início do século 20, os produtores agrícolas nos Açores viviam marginalizados pela banca tradicional, que não lhes disponibilizava crédito com maturidades adequadas aos ciclos agrícolas e a preços justos, ficando sujeitos à usura dos mais abastados.

Ainda que as origens do Crédito Agrícola nos Açores remontem a 1843, com a criação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, foi, efetivamente, em 1922 que foi criada a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, dos Sócios do Sindicato dos Cultivadores de Ananás da ilha de São Miguel, com sede em Ponta Delgada. Desde então, foram criadas Caixas de Crédito Agrícola em todo o arquipélago, com a missão principal de servir e conceder crédito aos agricultores da Região.

A evolução e o percurso de sucesso da Caixa nos Açores ficam marcados por personalidades como João Matos Couto, referenciado como o “pai” do Crédito Agrícola dos Açores, e também por Francisco Amâncio de Oliveira Macedo.

Francisco Macedo foi um dos grandes mentores e impulsionadores da instituição que hoje conhecemos, tendo-se empenhado no processo de afirmação do crédito agrícola como sistema financeiro independente, com a supervisão a ser feita pelo Banco de Portugal, tal como acontece hoje com qualquer outra instituição

bancária, mas que não acontecia na altura.

Foi graças à visão e à capacidade de liderança de Francisco Macedo que foi alcançada a fusão de todas as Caixas de Crédito Agrícola nos Açores, numa única instituição de âmbito arquipelágico, a 16 de outubro de 1993.

Passou, então, a existir a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, que hoje é uma das maiores e mais robustas de todo o Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), com Capital Próprio superior a 53 milhões de euros.

Ao longo dos seus 100 anos, a Caixa de Crédito Agrícola dos Açores passou a ser transversal a todos os setores económicos e segmentos de mercado, servindo a economia Açoriana em períodos prósperos, mas também em períodos mais difíceis.

Hoje em dia, a Caixa de Crédito Agrícola dos Açores distingue-se pelo seu rápido e eficiente poder de decisão, sendo liderada por António Gomes de Sousa, que, além de dar continuidade ao trabalho desenvolvido, tem assumido novos desafios ao nível da sustentabilidade, da formação e da inovação.

Mantendo a forte ligação ao setor primário – e apesar de contar hoje com um leque mais abrangente de serviços – a Caixa de Crédito Agrícola dos Açores continua a desenvolver um importante papel no financiamento dos projetos dos agricultores Açorianos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo centenário da Caixa de Crédito Agrícola dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Órgãos Sociais da Caixa de Crédito Agrícola dos Açores, da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, à Fenacam - Federação Nacional Das Caixas De Crédito Agrícola Mútuo, ao Banco de Portugal, à Federação Agrícola dos Açores e à Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores.

Muito obrigado.

Horta, Sala de Sessões, 07 de julho de 2022

Os Deputados, Carlos Silva, Vasco Cordeiro, Sandra Faria e Andreia Cardoso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Vitória Pereira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Vitória Pereira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se ao voto de congratulação pelo centenário da Caixa de Crédito Agrícola dos Açores.

Até ao início do século passado, a banca não era capaz de responder às necessidades dos nossos produtores agrícolas. Com a criação do Crédito Agrícola, há 100 anos, esta necessidade dos nossos agricultores foi ultrapassada.

A Caixa de Crédito Agrícola é hoje uma referência de solidez financeira, não só para o setor agrícola, mas também para a comunidade. A banca fornece um conjunto de serviços essenciais à sociedade.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pelo centésimo vigésimo quinto aniversário da Sociedade Filarmónica União Faialense.

Para a sua apresentação, tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

125.º Aniversário da Sociedade Filarmónica União Faialense

Fundada a 17 de maio de 1897, a Sociedade Filarmónica União Faialense tem como padroeira Nossa Senhora das Angústias, devendo a sua criação ao então pároco da freguesia António de Oliveira Morais e ao entusiasmo de um conjunto de outros paroquianos desta freguesia.

Os seus estatutos, datados de 21 de janeiro de 1935, foram revistos e alterados em 12 de agosto de 1997.

É sócia fundadora da Federação das Bandas Filarmónicas das Ilhas do Ocidente, atual Federação de Bandas filarmónicas dos Açores que releva a importância histórica, educativa e cultural do conjunto das Associações Filarmónicas.

O reconhecimento público chegou em 1996, quando pelos méritos alcançados foi declarada como Instituição de Utilidade Pública.

Atualmente com cerca de 25 músicos e apesar das dificuldades acrescidas pela pandemia Covid 19, nos últimos 2 anos, mantém em atividade uma Escola de Música para formação e integração de novos músicos garantindo assim a perpetuação desta coletividade nos tempos buscando sempre a manutenção e a melhoria do nível artístico.

Ao longo destes 125 anos ao serviço da cultura e da música nos Açores, esta filarmónica contribuiu de forma significativa com o seu empenho, dedicação e disponibilidade para a divulgação e dinamização sociocultural da freguesia das Angústias, do Faial e da Região.

A Sociedade Filarmónica União Faialense deslocou-se a outras ilhas do arquipélago, bem como além-fronteiras para inúmeras atuações levando a todos o

seu repertório, participando ativamente em festas religiosas e seculares, comemorações de datas, receções e ainda concertos diversos.

Pelas fileiras da União passaram centenas de músicos amadores, que prescindiram e prescindem do seu tempo de descanso e da sua vida pessoal e familiar em prol da cultura e da difusão da música.

Na vida de uma filarmónica, o seu maestro tem um papel agregador, desempenhando as suas funções de forma dedicada e competente, dando o melhor de si. É maestro da Sociedade Filarmónica União Faialense o Professor José Maria Dutra da Silva, tendo dirigido pela primeira vez esta Filarmónica na tarde do dia 11 de maio de 1986, por ocasião da Festa de Nossa Senhora das Angústias.

Assim, e desejando aos músicos, associados e dirigentes desta coletividade, bem como à população da freguesia das Angústias a continuação de grandes sucessos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 125.º aniversário da Sociedade Filarmónica União Faialense, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua direção, ao seu maestro, à Câmara Municipal da Horta, à Junta e à Assembleia de Freguesia das Angústias.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Elisa Sousa, Jaime Vieira, Paulo Gomes, Salomé Matos e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agradecendo a oportunidade que a Sra. Deputada Salomé Matos nos dá com a apresentação deste voto de

congratulação, parabeniza, também, a Sociedade Filarmónica União Faialense pela passagem dos seus 125 anos.

E aproveita também esta oportunidade para fazer um reconhecimento público pela importância destas filarmónicas na divulgação, mas também no acervo cultural de uma região, de uma localidade, e na importância que tiveram, principalmente, ao longo dos anos, na formação musical de tantos e tantos jovens.

Permitam-me também fazer uma referência, com amizade, ao maestro desta filarmónica, o Sr. José Maria da Silva, há quase 40 anos na direção desta filarmónica, na direção musical, digamos, um verdadeiro homem da cultura, envolvido em inúmeras atividades, sempre de forma dedicada, empenhada e abnegada e que também ele, desta forma, deu o seu contributo para a longevidade desta filarmónica.

Porque o sucesso destas coletividades, e temos vindo a referir isso também quando aqui congratulamos a passagem de diversos aniversários de instituições desta natureza, o sucesso destas coletividades, dizia eu, passa essencialmente por aqueles que, de forma ativa ou nos bastidores, mas em ambos os casos de forma empenhada e dedicada, mantêm-na ativa, neste caso por 125 anos, esta instituição. Por isso, o Partido Socialista não só se associa, com muito gosto, a este voto, como, desta bancada, deseja a todos os músicos, ao seu maestro, dirigentes e sócios as maiores felicidades, os maiores sucessos e longa vida à União Faialense. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto e também saúda o Grupo Parlamentar do PSD por dar esta oportunidade de podermos aqui congratular a Sociedade Filarmónica União Faialense, dizendo que as sociedades filarmónicas

são, efetivamente, responsáveis pelos elevados índices de literacia musical na Região. Isto é um facto que é ímpar no contexto nacional.

Por isso, esta celebração da longevidade de mais uma filarmónica da nossa comunidade é algo que nos apraz e com a qual também nos congratulamos. Saudamos, por isso, a Sociedade Filarmónica União Faialense, celebrando a sua longevidade, congratulando os músicos, associados e dirigentes nesta celebração. E que muitos e bons anos venham para que esta sociedade filarmónica continue a prestar um enorme serviço, que é aquilo que já fez durante estes 125 anos à sociedade faialense e, obviamente, aos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação, ao Grupo Musical Tributo, pela comemoração dos seus 25 anos, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira para a sua apresentação. Faça favor.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ao grupo musical “Tributo” - pela comemoração dos seus 25 Anos

O grupo Musical Jorgense “Tributo” celebrou o seu vigésimo-quinto aniversário, desempenhando um papel fundamental na nossa cultura, na nossa sociedade e na

comunidade emigrante espalhada por todo o mundo.

Em 1996, o grupo “Tributo” começava a dar os seus primeiros passos. Ainda que de uma forma discreta, ensaiavam e estudavam a sua vertente artística. A 6 de julho de 1997 dão o seu primeiro espetáculo na X Semana Cultural de Velas, presença que até hoje é testemunhada e apreciada por todos os Jorgenses, não apenas na Semana Cultural de Velas, como também em outras festividades assinaladas na ilha de São Jorge e restantes ilhas dos Açores. De realçar, a importância do grupo em cristalizar no tempo as tradições Açorianas, o viver das nossas gentes, das promessas do Divino Espírito Santo, do mar, dos lavradores e até às memórias de acontecimentos de grande relevo no povo Jorgense.

Assim acaba, no fundo, por apresentar nas suas letras aquilo que é a nossa História, Cultura e Tradições.

A banda musical “Tributo”, ao longo dos seus 25 anos de carreira, foi sofrendo algumas mudanças, nomeadamente no que toca aos seus elementos, foram já 10 os músicos que fizeram parte deste projeto, António Severino, Manuel Severino, António Enes, João Enes, Jorge Noronha, Lina Ávila, Duarte Silveira, Néilson Ponta-Garça, Dinis Moreira e Marcelo Maciel, sendo os oito primeiros os membros fundadores da banda. São reconhecidos com muito carinho e estima em várias partes do mundo, chegando mesmo a ser de algum modo, para os nossos emigrantes, um lembrar das suas gentes e tradições.

Em 2007 são galardoados com dois prémios, um prémio Açores Música 2007, e o prémio Música Popular, cerimónia que ocorreu no Coliseu Micaelense.

Em 2009 são novamente reconhecidos, desta feita pelo Município de Velas, recebendo a Medalha de Prata do Município.

Até à presente data editaram 4 álbuns, o primeiro foi o “Dia de São Vapor”, seguindo-se “7 Milhas a Remar”, “Ventos e Maré” e por último, no ano de 2021, “Tributo em Nós”, que tem como intuito homenagear o povo Açoriano. O Grupo Musical “Tributo” já marcou presença em todas as ilhas dos Açores (com a

exceção da ilha do Corvo), como também por algumas partes do globo, como é o caso dos Estados Unidos da América, Canadá, Canárias, Alemanha, Brasil e Cabo-Verde.

São dos poucos grupos musicais que, através das suas músicas de cariz mais tradicional, conseguem atrair de forma bastante notória a população mais jovem, e de manifestar naturalmente o sentimento de ser ilhéu e, em certos momentos, ser Jorgense em particular.

Por esta e outras razões, o “Tributo” nunca poderá ser desassociado da cultura Jorgense e Açoriana, nem tão pouco cair em esquecimento, pois é uma riqueza que possuímos e que temos e devemos reconhecer o seu valor, de modo que possa prosseguir o seu caminho e persistir no tempo.

Pela reconhecida importância cultural, pela divulgação da música popular portuguesa, bem como pela promoção do nosso concelho, da nossa ilha e da nossa Região, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista – Açores propor, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Congratulação pelos 25 anos do Grupo Musical “Tributo”.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Grupo Musical “Tributo”, às Assembleias Municipais de Velas e Calheta, às Câmaras Municipais de Velas e Calheta, ao Conselho de Ilha de São Jorge e à Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

Os Deputados, Isabel Teixeira, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria e Carlos Silva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto ao Grupo Musical “Tributo”, que, ao longo de 25 anos, tem levado o nome de São Jorge aos quatro cantos do mundo, sempre com a preocupação de divulgar a nossa cultura e levar São Jorge e as suas vivências pelo mundo fora.

De salientar que, para além do cancionero regional e da música popular portuguesa, este grupo tem tido a preocupação de ter temas seus, inéditos. Aqui saliento as composições e letristas do António Severino, do Dinis Moreira, das colaborações do professor Victor Rui Dores com o grupo, que, ao longo dos anos, deixaram a marca em gerações do que é a nossa música.

É com grande satisfação que me recordo, desde os primeiros tempos, de acompanhar este grupo, ao António Severino, ao Manuel Severino, ao João Enes, ao António Enes, ao Jorge Noronha, ao Duarte Silveira, que já não está entre nós e era uma pedra basilar deste grupo, à Lina, uma voz inconfundível, ao Dinis Moreira e, por fim, agora, ao Marcelo Maciel, o último a integrar este grupo. Que se mantenham em atividade e que nos continuem a dar esta lufada de ar fresco na nossa cultura.

E que tem temas, muito acariciados, como o “Dia de São Vapor” ou, por exemplo, o “Estudante Ilhéu”, que é um hino dos estudantes dos Açores, que é uma balada lindíssima, que leva o sentimento de sair e ser ilhéu.

Felicidades aos “Tributo”, muita longevidade. E que possamos, esta Casa, quem cá estiver, comemorar os 50 anos, porque, realmente, é um grupo que faz muita falta a esta Região e é emblemático. E é difícil ser grupo numa ilha pequena, mas eles têm tido a resiliência de se manterem ativos e sempre levar bem longe o nome dos Açores ao mundo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também pelo 25.º aniversário do Grupo Musical “Tributo”, entrou na Mesa um voto de congratulação do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva para a sua apresentação.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelo vigésimo quinto aniversário do grupo musical “Tributo”

O grupo musical Jorgense “Tributo” comemora no presente ano o seu vigésimo quinto aniversário.

Trata-se de um grupo de música popular portuguesa, com expressão não só a nível regional, mas também além-fronteiras de inegável e reconhecida qualidade e com um papel incontornável na divulgação da Cultura Açoriana.

Este grupo surge da ideia de um grupo de amigos, Manuel Severino, António Severino, Duarte Silveira, António Enes, João Enes, Lina Ávila, Nelson Ponta Garça e Jorge Noronha que têm em comum uma paixão – a música, que depois de algum tempo de árduos ensaios, estreou-se a 6 de julho de 1997, durante as festas da "X Semana Cultural" nas Velas.

Têm até hoje 4 CD'S editados, “Dia de São Vapor”, “Sete Milhas a Remar”, “Ventos e Marés” e “Tributo em Nós”. Fazem parte do seu repertório, além da música tradicional Portuguesa e do cancionero Açoriano, vários temas inéditos

compostos pelos elementos do próprio grupo. Algumas das suas letras retratam vivências e experiências passadas de nós Jorgenses e Açorianos, que nos levam a outros tempos, como por exemplo os temas “Baleeiro”, “Dia de São Vapor” e “Outros Ventos”, enquanto outras relatam situações e sentimentos sempre atuais, como o “Estudante Ilhéu”, onde ao longo da melodia temos os sentimentos e pensamentos pelos quais muitos estudantes Jorgenses e Açorianos passam quando partem da sua ilha para irem estudar:

“Estudante, / Tu que partes cedo/ Deste teu rochedo/ Cruzando o mar/ Confiante deixas este cais/ Abraçando os pais/ Sei que um dia hás-de voltar/ Deixando este cais e teus pais...”

A Banda “Tributo” já atuou em todas as ilhas dos Açores à exceção do Corvo, em algumas delas por diversas vezes, mas também no continente português, chegando mesmo além-fronteiras, atuando em Cabo Verde, Canárias, Alemanha, Estados Unidos da América e Brasil.

Culturalmente têm um papel fulcral enquanto elo de ligação entre a Região e as Comunidades de Emigrantes Açorianas, reforçando as relações entre ambas, mas também como importantes agentes culturais dos Açores na divulgação e promoção de eventos de cariz sociocultural, fomentando a manutenção dos laços existentes e incentivando o intercâmbio cultural e musical da Região, com aquelas Comunidades espalhadas por diferentes zonas do globo.

Esta banda recebeu o Prémio Música Popular nos Prémios Açores Música 2007, cerimónia que ocorreu no Coliseu Micaelense. Foi também reconhecida pelo Município de Velas em 2009, recebendo a Medalha de Prata do Município.

Recentemente, este grupo musical ficou mais pobre com a perda de Duarte Silveira. No entanto, a vida tem de continuar, e como o próprio dizia e cantava tantas vezes:

“Até à vista e não Adeus.”

Assim, ao abrigo das disposições regimentáveis aplicáveis, o Grupo Parlamentar

do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo vigésimo quinto aniversário da Banda “Tributo”, desejando a todos os membros do grupo a continuação de grandes sucessos e que continuem a brindar-nos com a sua arte, mas também a levar além-mar as vivências de nós ilhéus, deixando sempre a marca dos Açores e dos Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao grupo musical “Tributo”, à Assembleia Municipal da Calheta, à Assembleia Municipal das Velas e ao Conselho de Ilha de São Jorge.

Os Deputados, Jorge Paiva, Rui Martins e Pedro Pinto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo PAN, pelo 155.º aniversário da Polícia de Segurança Pública.

Faz favor, Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação pelo 155.º aniversário da Polícia de Segurança Pública

A Polícia de Segurança Pública comemorou, no passado dia 02 de julho, 155 anos de história ao serviço da causa pública e dos concidadãos que juraram proteger e

servir.

Desde a sua fundação que esta polícia tem demonstrado ser um pilar determinante na segurança da sociedade portuguesa, assegurando, sem receios e de forma destemida, a defesa do estado democrático, salvaguardando os direitos dos cidadãos.

A nossa segurança é um incontestável e precioso ativo na qualidade da vida de todas e todos os cidadãos, sem prejuízo de revelar-se como uma verdadeira vantagem competitiva com outros países, permitindo captar investimento e reforçando a nossa imagem na conjuntura mundial. Sobretudo numa altura em que a segurança e paz valem ouro, muito por força do conflito armado na Europa.

Por isso, pese embora Portugal tenha abandonado o pódio da lista de países mais seguros do mundo, são os importantes contributos das nossas forças de segurança pública que fazem do nosso país – à beira mar plantado, e ilhéus, um dos 6 países mais seguros do mundo, segundo o Global Peace Index 2022. Atrás da Islândia, Nova Zelândia, Irlanda, Dinamarca e Áustria.

Mas é suficiente? Pergunto. Então, vejamos.

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2021, a criminalidade violenta e grave participada nos Açores aumentou drasticamente. Houve um acréscimo perigoso de 7,6% comparativamente com o ano de 2020. Das quase 10 mil participações, 1000 foram por violência doméstica, contando com um incremento de 5,3%. Em ambiente escolar, somos a quinta região do país com mais ilícitos.

Ponta Delgada, seguida da Ribeira Grande e Angra do Heroísmo ocupam os três lugares do pódio dos municípios com mais participações, seguidos da Lagoa, ocupando a cidade da Horta, por sua vez, o sexto lugar desta classificação.

Não estamos a falar de dados sobre pequenos delitos ou desacatos na via pública. Estamos a falar de ameaça à segurança dos açorianos, num contexto de violência e gravidade relevante. A criminalidade grave e violenta aumentou cerca de 14,6%

nos Açores em 2021, contrariando a tendência nacional, em que se verificou um decréscimo de 6,9%. Isto significa o terceiro maior crescimento em todo o país. Por comparação com dados regionais de 2020, os crimes de violação aumentaram 8%, o roubo 23% e o sequestro ou rapto cerca de 71%.

É necessário recuar quase uma década, até 2012, para se verificar um número de participações por crimes violentos superiores às de 2021.

A montante, o trabalho preventivo e pedagógico para uma sensibilidade acrescida sobre a violência, em especial a de género, e os seus espectros deveria ser adoptada na comunidade escolar, para uma involução e mudança de paradigma, falhou em toda a linha pelos governos anteriores bem como pelo atual. Aliás, como poderemos capacitar os nossos jovens sobre o largo espectro da criminalidade quando, em ambiente escolar, somos uma região com um dos piores resultados a nível nacional? Temos crianças e jovens a faltar às aulas devido ao bullying, cyberbullying e à violência exercida em contexto escolar. Sem prejuízo da violência em contexto intrafamiliar em que muitos jovens vivem.

A jusante, na actuação dos nossos sistemas de segurança, que futuro dar-nos-á os órgãos de polícia nos Açores? Se contarmos com o rápido declínio da quantidade dos Agentes da PSP e dos Guardas da GNR nos últimos anos, quando a necessidade nos obriga a um reforço de 200 a 250 polícias no imediato, então o nosso futuro demonstra uma acelerada mudança negativa nos riscos e ameaças à nossa comunidade açoriana.

Por mais qualidade nos serviços de proximidade realizada pelas nossas forças de segurança, onde a missão e vontade moral de cada profissional conta, mesmo com uma exposição elevada ao risco, no final a nossa linha de defesa da segurança interna desmorona pelo simples facto de não haver efectivos suficientes. E quando o flanco não está salvaguardado, a integridade física e mental dos poucos efectivos existentes está comprometida.

Sras. e Srs. Deputados, poder-se-á até afirmar que não é uma competência da

região. Mas é da nossa responsabilidade a salvaguarda da comunidade que nos elegeu. Aliás, é a nossa obrigação. Mas não só na defesa da sociedade civil açoriana, mas também na evolução das ferramentas que fornecemos às nossas forças de segurança no arquipélago – um profissional motivado e valorizado será mais diligente na salvaguarda dos direitos basilares dos cidadãos.

Dou como exemplo do que poderá ser feito na região.

Há dois dias foi aprovada, por unanimidade, nesta casa a Anteproposta de Lei do PAN/Açores que pretende fixar o subsídio de risco dos agentes da PSP em 443€. Não uma compensação tímida, mas sim uma equiparação justa do valor do subsídio já atribuído aos inspetores da PJ e do SEF.

Também o Governo Regional tem a obrigação de intervir publicamente, mas de forma assertiva e célere, sobre as más decisões tomadas pelo Ministério de Administração Interna, nos últimos anos, no que concerne a quantidade de efetivos necessários para a nossa região.

Quando as reuniões diplomáticas à porta fechada não funcionam, a coragem governamental é uma necessidade e último reduto para defesa dos nossos cidadãos.

Ou isso ou esperamos, com os braços cruzados, pelos dados do relatório anual de Segurança Interna para 2022, com um presumível aumento para 13 mil participações de criminalidade violenta e grave nos Açores, 1500 participações de violência doméstica e talvez a região com mais ilícitos em ambiente escolar de Portugal.

Mas também há ainda outra solução ainda. Esperar, não pela acção do Governo Regional, mas pelo bafejo sortudo que o aumento da criminalidade nos Açores, em 2022, seja proporcional às declarações do diretor da Polícia de Segurança Pública, Magina da Silva, e cito – “o efetivo de polícias vai aumentar nos Açores, mas não será muito”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, a

Representação Parlamentar do PAN propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do presente Voto de Congratulação pelo 155.º aniversário da Polícia de Segurança Pública.

Agradecemos que este voto seja endereçado ao Ministério da Administração Interna, Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, Comando Regional dos Açores da PSP, Sindicato Nacional de Oficiais de Polícia - SNOP, Sindicato Nacional da Carreira de Chefes da PSP, Associação Sindical dos Profissionais da Polícia, Sindicato Nacional da Polícia - SINAPOL, Sindicato Independente dos Agentes de Polícia, Sindicato dos Profissionais de Polícia, Sindicato Unificado da Polícia de Segurança Pública, Associação Sindical Autónoma de Polícia, Sindicato Vertical de Carreiras da Polícia, Sindicato de Polícia pela Ordem e Liberdade, Sindicato Independente Livre da Polícia, Organização Sindical dos Polícias e Federação Nacional dos Sindicatos de Polícia - FENPOL.

Obrigado.

Horta, 07 de julho de 2022

O Deputado, Pedro Neves.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mais polícia do que cidadãos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste reconhecimento pelos 155 anos da Polícia de Segurança Pública é bom que lembre que a importância das forças de segurança não pode ser questionada, não pode ser posta em causa a organização da ordem social instituída, a plena liberdade dos cidadãos e a própria vivência da democracia. A Polícia de Segurança Pública é fundamental e imprescindível para a manutenção da paz

social, a preservação dos direitos, liberdades, garantias e bens.

E é urgente o investimento. É urgente investir na Polícia de Segurança Pública. É estruturante. O aumento do subsídio de risco, como foi proposto aqui pelo PAN, e muito bem, aprovado por unanimidade nesta Casa, a par da atualização das tabelas salariais, é estruturante. Esta medida vai levar a que a Polícia de Segurança Pública seja mais atrativa, que os profissionais possam convergir para esta profissão, que deixou de ser apetecível.

As últimas escolas, nos últimos concursos que têm aberto para a Polícia de Segurança Pública não há um número de candidatos suficientes para as vagas que são postas para o curso.

Quando eu concorri à Polícia de Segurança Pública, para 1000 vagas, concorreram 12 000 pessoas. Esta profissão deixou, efetivamente, de ser atrativa. Ninguém quer vir para a Polícia de Segurança Pública, correr risco de vida, para auferir um vencimento um pouco acima do ordenado mínimo nacional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Fica por aí em qualquer empresa, não precisa sofrer riscos, não precisa de passar noites em claro, não precisa de ficar desenraizado do seu meio social e familiar. Não é preciso. Portanto, é preciso valorizar as forças de segurança.

Se Portugal é o sexto país mais seguro do mundo, eu não fico contente por isso porque ainda há bem pouco tempo éramos o segundo país mais seguro do mundo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os Açores eram a região mais segura do mundo. Nós não ganhamos fluxos turísticos porque... Trabalhamos muito, sim, é verdade, para isso, mas também porque somos uma zona segura. A segurança está diretamente relacionada com as pessoas se sentirem bem quando estão de férias. E isso acontece nos Açores. Acontecia. Ainda acontece nos Açores.

Aliás, no Sistema Estratégico de Informações da Polícia de Segurança Pública, nós, quando preenchemos uma peça de expediente, pomos lá numa quadrícula se

o crime é contra turistas. Nós estamos à espera de quê? Estamos à espera que aumente exponencialmente o crime contra turistas para depois então reforçarem a Polícia de Segurança Pública, para vir os agentes que são necessários para os Açores, para melhorar as infraestruturas que temos, para dotá-los de meios? O que é que é preciso mais?

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Esta Assembleia tem trabalhado, sim, temos apresentado aqui propostas. O PAN. Eu próprio apresentei uma proposta, o PSD, para o reforço dos meios da Polícia de Segurança Pública nos Açores.

E quando nos prometeram: sim, vão ser reforçados no imediato... A nossa proposta chegou à República. Terminou uma escola em setembro. Sabem quantos vieram para os Açores? Zero! Zero! Portanto, é assim que os Açores são tratados, têm sido tratados pela República no que diz respeito à segurança interna.

Portanto, é com naturalidade e até com muito orgulho que o Grupo Parlamentar do PSD – eu pessoalmente – se associa ao voto de congratulação pelos 155 anos da Polícia de Segurança Pública.

E espero que façamos mais, muito mais, para que esta Polícia de Segurança Pública possa perdurar no tempo e prestar um real e efetivo serviço à sociedade. Desmornar a segurança é desmornar a sociedade. Quando não houver segurança, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... todos os outros pilares irão desaparecer. Não vale a pena ter saúde e educação. Nada consegue existir.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se eu fosse tão desconfiado como o Sr. Deputado Nuno Barata em relação às interpretações que o Sr. Deputado Nuno Barata aqui faz em relação às iniciativas dos outros partidos, se eu fosse tão desconfiado, mas não sou, mas, se fosse tão desconfiado, diria que o PAN está a concorrer com o Chega nesta matéria e que V. Exa. concorre nessa agenda política. Mas não sou. Não sou. Como não sou assim, não o vou afirmar de forma perentória.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não era, mas já está sendo! Mas eu pensei nisso, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Eu sabia que o senhor tinha pensado.

Esta é uma questão da maior importância. Eu, ontem, tive a oportunidade de afirmar que era com muito orgulho que via o nosso país como um dos países mais seguros do mundo. Continua a ser, mas já não somos o segundo, somos o sexto. E os dados indiciam que vamos continuar a descer nesta tabela, que é uma tabela de honra, de, de facto, ser um dos países e, no nosso caso, uma das regiões mais seguras do mundo.

Aqui existe uma degradação. E o Partido Socialista, a nível nacional, não está a fazer nada para que isto se altere. A verdade é essa. Como sabem, é o caos no setor da saúde e é o caos também já no setor da segurança. E ainda nos faltam quatro anos de governação do Partido Socialista nesta matéria. Portanto, sabe-se lá em que lugar é que nós vamos estar quando terminar este calvário de quatro anos de governação do Partido Socialista lá fora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Muito bem!

O Orador: O que eu quero dizer nesta matéria é o seguinte: há uns anos, o PPM

defendeu, com veemência, a criação de uma polícia regional, uma vez que o Estado tem demonstrado que não tem capacidade para responder a esta matéria, não tem vontade. E os sucessivos Governos, diga-se em abono da verdade, dos diversos setores ideológicos, os sucessivos Governos da República não têm correspondido às necessidades dos Açores. E isso é algo que nos penaliza gravemente.

A resposta é, como em tantas outras matérias: porque não ter também esta responsabilidade e a autonomia assumir algo que o Estado não está a fazer bem? E, portanto, a restrição é uma restrição, desde já, constitucional e também é uma restrição financeira.

Até que ponto é que nós podemos assumir mais responsabilidades? Eu acho que devemos assumir essas responsabilidades. E a reforma autonómica, a Comissão está a trabalhar nisto, é uma matéria que deveríamos olhar com atenção, para criarmos uma polícia regional.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente. É por falta mesmo de tempo, já?

Presidente: Não, não. É porque esgotou o tempo para reagir a um voto.

O Orador: Exatamente. Pronto. Mas, Sr. Presidente, o voto foi muito longo, há de convir...

Então, termino já, Sr. Presidente, a dizer que eu penso que é uma das questões que temos que colocar em cima da mesa. Se o Estado não o faz, se não há perspetivas de o fazer, pensar na criação de uma polícia regional. Eu penso que é uma das respostas possíveis.

Algo que me desanimou, e termino, foi, de facto, a má experiência das Canárias. Correu muito mal nas Canárias. Portanto, há muitos anos que o PPM defende a criação da polícia regional. E eu penso que é um bom momento para se repensar e colocar na agenda política esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu já não tenho qualquer desconfiança, eu julgo que este Plenário mostra que o PAN está claramente a disputar a agenda das forças de segurança com o Chega. Portanto, isso parece-me claro e inequívoco.

Ainda antes de me referir em concreto a este voto, eu não posso deixar de referir o seguinte, porque isto tem sido referido várias vezes neste Plenário e faz parte um pouco daquela que já se percebeu que é a agenda dos partidos da Coligação: para disfarçar as suas incapacidades internas, está a alimentar a ideia do inimigo externo. Refiro-me àquilo que disse agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão relativamente ao calvário que é a governação socialista. Ó Sr. Deputado, não há calvário nenhum! Eu recordo que, há cinco meses, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vá aos aeroportos nacionais!

O Orador: ... os portugueses conferiram uma maioria absoluta ao Partido Socialista no nosso país e também aqui na Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E, portanto, não é calvário! Não tentem reescrever a história! E isso também se nota na sucessão de apresentação de Antepropostas de Lei, nas referências permanentes a uma ideia de inimigo externo que serve apenas e só para disfarçar incapacidades e incompetências na governação dentro da nossa Região. Isso tem que ficar absolutamente claro.

Relativamente ao voto que nos é aqui apresentado, aliás, havia, em tempos, um acordo na Conferência de Líderes de que os votos de saudação, em termos de aniversários, eram apresentados no âmbito dos 25, dos 50, dos 75, dos 100. O Sr.

Deputado Pedro Neves traz-nos agora, enfim, no seu legítimo direito, um voto pelos 155 anos da Polícia de Segurança Pública, quebrando esse entendimento que havia anteriormente.

Mas, relativamente a este voto, eu quero dizer o seguinte: hoje, enfim, referindo e registando aquilo que está neste voto, o Grupo Parlamentar associa-se a este voto de congratulação, à saudação à Polícia de Segurança Pública, à saudação a todos os agentes da Polícia de Segurança Pública que desempenham funções na nossa Região, extensível, naturalmente, também, às suas famílias, enfim, por aquilo que decorre desta função, quer pelas dificuldades que esta função tem, quer pela exposição ao risco que estes profissionais têm, que não é, naturalmente, mensurável nem tão pouco medido através do valor que é recebido mensalmente num subsídio de risco ou em outra coisa qualquer.

E, portanto, nós preferimos que, no âmbito desta matéria, e isso deve ser o enfoque, seja feita referência e justa homenagem a estes profissionais e àqueles que desempenham estas funções nos seus diversos patamares.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Com enormes dificuldades!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está, naturalmente, disponível para...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

... discutir e debater mais aprofundadamente estas questões, sobre aquela que é a presença do Estado na Região, sobre aquele que é o contingente das forças de segurança na Região, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É preciso bastante!

O Orador: ... sobre aquele que é o papel que o Governo da República tem que garantir neste âmbito.

E devemos dizê-lo também de forma muito clara: houve momentos em que o Governo da República e o Ministério da Administração Interna não cumpriram

com os Açores nem cumpriram com a palavra que deram no âmbito da transferência de membros das forças de segurança para os Açores.

E, portanto, temos nós, também, enquanto Órgãos de Governo Próprio, este Parlamento, mas desde logo também o Governo Regional, de garantir a pressão necessária e o exercício da influência necessária junto do Governo da República para que isso possa ser materializado.

Mas também é importante que, nesta matéria, e daí dizer que não é com um voto, com este modelo regimental, que nos permite ter um debate aprofundado sobre esta matéria, ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... também é importante que possamos ter um debate sério sobre este assunto, perceber a dificuldade de recrutamento deste tipo de profissionais, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem a faca e o queijo na mão!

O Orador: ... que não é uma questão circunscrita aos Açores. E, portanto, só assim é que nós poderemos ter um debate mais aprofundado sobre este assunto, para o qual o Grupo Parlamentar está, como sempre esteve, totalmente disponível.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Para terminar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do CDS, obviamente, congratula também o PAN por trazer aqui esta declaração política, em forma de voto de congratulação, pelos 155 anos da Polícia de Segurança Pública.

Mas, efetivamente, esta declaração política é sempre, infelizmente, oportuna. E aí tenho que dizer, também não podia deixar passar esta oportunidade, que tanto o PAN como o Chega, mas também por serem partidos mais recentes, juntaram-se ao CDS nesta agenda.

Deputado Pedro Neves (PAN): O PAN já existe desde 2009!

O Orador: Sim, mas o CDS tem um histórico... Antes de 2009, já o CDS colocava na agenda as condições de trabalho das forças de segurança.

Sendo certo que ninguém se deve arrogar como dono desta preocupação. Isto não é uma preocupação sectária, não é do partido A ou do partido B, mas deve ser uma preocupação de todos nós, porque há, efetivamente, uma necessidade de valorizar as forças de segurança, dar-lhes a dignidade que merecem, isto tanto salarialmente, como pela questão do risco profissional.

E foi aqui também bem referido pelo Sr. Deputado Pedro Neves, na sua declaração política em forma de voto, que também já esta Casa fez e deliberou sobre o assunto e pelo menos remeteu para a República esta preocupação, que ficou verificado pela votação que é comum e que pretende dignificar efetivamente e valorizar aquilo que é um risco profissional acrescido daqueles que são o garante da nossa segurança, até mesmo aqui dentro, enquanto políticos. Estamos aqui, obviamente, é uma sociedade democrática, mas até para exercermos com absoluta segurança a nossa função de representantes dos açorianos, até nesta entidade, que é o Parlamento dos Açores, temos forças de segurança a trabalhar connosco.

E, nesta matéria, considero que é muito importante também referir e não devemos esquecer que o Estado central não está, efetivamente, a garantir nos Açores as melhores condições de trabalho, o número de efetivos necessários, bem como as dignas infraestruturas para o trabalho destas forças de segurança.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E, por isso, saudamos esta declaração política em forma de voto que o PAN no traz aqui, hoje. E, obviamente, vamo-nos associar, não deixando de dizer que isto é um trabalho contínuo. Já esta semana, felizmente, esta Assembleia se pronunciou sobre o assunto, deliberou e enviou uma mensagem clara e precisa sobre aquilo que é uma reivindicação que consideramos justa, proposta pelo PAN. Por isso, julgo que é um trabalho contínuo e que não nos deve deixar descansados enquanto as forças de segurança não tiverem a dignidade que merecem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para informar a Mesa que vou fazer chegar todos os Projetos de Lei, Projetos de Resolução, na Assembleia da República, que o PAN já entregou desde 2015, antes que o Chega existisse, sobre PSP, Guarda, Bombeiros, Guardas Prisionais e todas as demais forças de segurança.

Muito obrigado.

Presidente: Está registada a sua interpelação, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até porque tenho muito pouco tempo, eu gostaria apenas de dizer que não vemos com inveja, não vemos com ciúme, não vemos com nada. Vemos com muita

alegria. Quantos mais partidos se juntarem à dignificação das forças policiais e na sua defesa, cada vez ficamos mais satisfeitos. Ninguém é dono dessa verdade. Isto é uma necessidade que nós temos na nossa sociedade.

Sim, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Chega está disponível, como sempre esteve, para falarmos da polícia regional. E até para falar também em quem é que a vai pagar e como a vamos pagar.

Isso aí também é verdade, é preciso termos cuidado com a defesa das ideologias que temos, daquilo que defendemos, para não darmos mais trabalhos à polícia, com os poucos recursos que já têm.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, para...

Deputado Pedro Neves (PAN): Posso participar?

Presidente: Pode sim, senhor. Fez só a apresentação do voto. Pode agora participar. Pode sim, senhor. Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por acaso, não sabia que tinha esse direito.

Presidente: Tem, tem.

O Orador: Por acaso, um Deputado desta Assembleia ajudou-me com essa informação.

Mas não quero adiantar mais, simplesmente, obviamente, que isto é uma luta de todos os partidos, não apenas do PAN.

Mas também não queria deixar de dizer que nós não estamos atrás de votos absolutamente de ninguém. O Chega não existia nem sabiam sequer que iriam fazer um partido. Se o PSD fosse mais unísono, se calhar não havia o Chega e se calhar o André Ventura não fazia um novo partido. Mas é o que acontece. O Chega

agarrou em algumas bandeiras que já eram dos outros partidos.

Aliás, não sabia que o PPM também queria a polícia regional. Como eu pedi também na campanha de 2020. Eu não fazia mínima ideia. E é sempre bom. Quanto mais partidos defendem as mesmas coisas, mais força têm essas bandeiras.

E sem dúvida que aqui não há inveja do Chega. O Chega não tem inveja do PAN. E estamos aqui, neste caso, pelo voto em prol das nossas forças de segurança, ...

Deputado José Pacheco (CH): Estamos disponíveis para subscrever consigo.

O Orador: ... que isso é muito mais importante para todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que não há mais inscrições. Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

Sr. Deputado José Pacheco, vamos votar, se faz favor.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas e 10 minutos.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade à apresentação dos votos de congratulação.

Eram 12 horas e 12 minutos.

O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do

Partido Social Democrata, pelos 50 anos da Casa do Povo da Terra Chã.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 anos da Casa do Povo da Terra Chã

No passado dia 28 de junho, a Casa do Povo da Terra Chã comemorou o seu cinquentenário, recordando a aprovação dos Estatutos por Alvará a 28 de junho de 1972, pelo então Subsecretário de Estado do Trabalho e Previdência.

A instalação desta instituição deveu-se a um grupo de quarenta e sete homens liderados por José Corvelo Pires, Manuel da Rocha Coelho, Deodato Sérgio Ferreira da Costa, José Corvelo Rebelo, Alberto Henriques Ávila Dias Areias, filhos da freguesia da Terra Chã e que pretendiam a criação de uma Casa do Povo que servisse a sua terra e as suas gentes.

Ao longo destes cinquenta anos de existência, muitos foram os sacrifícios que dirigentes e colaboradores enfrentaram para a prossecução da missão desta instituição. A Casa do Povo da Terra Chã foi essencial para os seus residentes e sócios, assim como para os militares aquartelados no Hospital Militar, que acabaram por criar raízes e se fixar na Terra Chã.

A Casa do Povo da Terra Chã foi espaço litúrgico, aquando das obras de recuperação da Igreja Paroquial, foi espaço lúdico, quando o Pólo da Universidade dos Açores de Angra do Heroísmo era nessa freguesia e onde os alunos universitários de fora da ilha Terceira, que encontraram nesta instituição uma porta aberta para os seus convívios e tradicionais festas de curso, foi espaço casa aquando da crise sísmica de 1980 na ilha Terceira, tendo cedido as suas

instalações para albergar inúmeras famílias, que acorreram quando o teto lhes faltou.

Nesta instituição, foi criado o colégio “O Girassol”, que permitiu apoiar as crianças residentes da freguesia, assim como todas aquelas que o quisessem frequentar, mediante as vagas existentes. O colégio da Casa do Povo mantém-se em funcionamento, adequando-se às normas, necessidades e infraestruturas atuais e dando resposta a mais de cem crianças.

A Casa do Povo da Terra Chã tem, na sua história, preservado uma forte componente cultural, tendo sido aqui criado o Coro Tibério Franco há mais de 30 anos, tendo mantido durante algum tempo um grupo folclórico, assim como tendo promovido excelentes Bailinhos de Carnaval que levam o nome da Terra Chã aos palcos da ilha Terceira.

A Casa do Povo da Terra Chã é hoje, como o foi há cinquenta anos aquando da sua instalação, a casa de um povo, a casa de todos os que residem, frequentam e visitam a freguesia, fundamental nas suas várias componentes social, lúdica e cultural.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de julho de 2022, a aprovação de um voto de congratulação pelos cinquenta anos da Casa do Povo da Terra Chã.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento à Direção da Casa do Povo da Terra Chã, à Junta de Freguesia e à Assembleia de Freguesia da Terra Chã, assim como à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Elisa Sousa, Jaime Vieira, Paulo Gomes e Marco Costa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto de congratulação pelos 50 anos da Casa do Povo da Terra Chã.

A Casa do Povo da Terra Chã, à semelhança das centenas de instituições com a mesma natureza por toda a nossa Região, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social das suas comunidades.

Ao longo dos anos, foram assumindo papéis muito distintos. Desde logo, foram, durante muitos anos, espaços onde funcionavam os serviços da Segurança Social. E também aconteceu com a Casa do Povo da Terra Chã, ou mesmo os postos de saúde em cada uma das freguesias.

Felizmente, aconteceu na Terra Chã, como um pouco por toda a nossa Região, estas instituições foram-se qualificando na prestação de serviços à sua comunidade. E esta é disso um bom exemplo.

A Casa do Povo da Terra Chã, hoje presidida pelo Sr. Rui Coelho, cidadão empenhado no desenvolvimento desta comunidade, tem respostas sociais muito determinantes naquela freguesia, designadamente a creche e jardim de infância, mas outros espaços abertos à sua comunidade.

Foi também com muito gosto que tive a oportunidade de participar nas comemorações destes 50 anos, no início das comemorações destes 50 anos desta instituição e de, com os seus associados, no fundo, termos a oportunidade de debater algumas questões que ainda são muito importantes para esta comunidade e para esta freguesia, que foi uma comunidade que acolheu, como disse o Sr. Deputado Paulo Gomes, e muito bem, desalojados do sismo de 80 e que, por essa razão, tem vivido particularidades, quer ao nível do realojamentos, mas também questões sociais bastante relevantes.

Foi por isso que, nos últimos anos, foi desenvolvido naquela comunidade um polo local de desenvolvimento e inclusão social, que contou também com a colaboração desta instituição.

O que o Grupo Parlamentar quer deixar aqui expresso é, naturalmente, a nossa satisfação pelo trabalho desenvolvido por esta instituição e o desejo de que a atual direção consiga dar continuidade a este trabalho, com os resultados proveitosos que temos vindo a assistir ao longo dos últimos anos.

Naturalmente que felicitar a atual direção é também agradecer a todos quantos participaram nas direções desta instituição ao longo destes 50 anos. E foram muitos. Tive oportunidade de conhecer muitos dirigentes desta instituição e também de reconhecer a entrega que todos colocaram ao serviço desta comunidade da freguesia da Terra Chã.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Chega, pelos 270 anos do povoamento açoriano do Estado do Rio Grande do Sul e pelos 250 anos da Fundação Açoriana da Cidade de Porto Alegre.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 270 anos do povoamento açoriano do Estado do Rio Grande do Sul

e pelos 250 anos da Cidade de Porto Alegre, fundada por Açorianos

Apesar de esporadicamente os açorianos terem começado a chegar ao Rio Grande do Sul – então Vila do Rio Grande do Sul – desde 1750, é em 1752 que a colonização açoriana manifesta um grande impulso.

A chegada de grande número de açorianos ajudou a fundar várias localidades, mas também alterou a própria comunidade, com a mudança de hábitos alimentares, com adaptações arquitetônicas, até de novas expressões linguísticas, mas sobretudo com novas práticas agrícolas.

Na Vila do Rio Grande do Sul de São Pedro, assim denominada administrativamente a partir de 1751, os açorianos tiveram um papel fundamental para o seu desenvolvimento urbano, demográfico e económico.

Portugal almejava controlar o centro e o noroeste do Rio Grande que estava sob domínio espanhol. Mas com o Tratado de Madrid, em 1750, e para que a paz reinasse, foram divididos territórios e a Portugal coube aquela zona do Rio Grande.

Era, por isso, necessário povoar aquele local para que ali se começasse a cultivar, evitando o envio de mantimentos do Rio de Janeiro.

Naquela altura, nos Açores, despoletaram vulcões e sismos que deixaram a população apreensiva, a que se juntou a pressão demográfica e a concentração territorial, assim como um fraco crescimento económico.

Os açorianos procuravam outras paragens e, na altura, a coroa portuguesa apresentava algumas regalias para casais que quisessem embarcar nessa aventura de povoar o Brasil e foram muitos os que se aventuraram a passar dois a três meses a atravessar o Atlântico – com todas as dificuldades e doenças que daí surgiam.

A população foi-se fixando junto ao porto que passou a ser conhecido como Porto dos Casais, por ali desembarcarem os casais de açorianos.

A cidade de Porto Alegre tem como data oficial de fundação 26 de Março de 1772,

com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, que foi, um ano depois, alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

Em 1773, Porto Alegre tornou-se a capital da capitania, com a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo e atualmente é a capital do Rio Grande do Sul.

Fundada por açorianos, celebra o seu legado com toda a pompa e circunstância. Atualmente, a presença açoriana mantém-se muito forte por todo o Estado do Rio Grande do Sul. Desde logo com a arquitetura do Património Histórico Cultural em alguns municípios, tais como Santo António da Patrulha, com o casario da Avenida Borges de Medeiros; Gravataí, com a Casa dos Açores entre outros prédios; Rio Pardo, Mostarda, Viamão, entre outros.

Estes municípios, além do casario, têm preservado alguns costumes referentes a festas e à religiosidade, como festa do Divino, provérbios ou mesmo histórias e o folclore.

E a ligação afetiva que ainda existe aos Açores, mesmo muitos deles sem nunca terem visitado o arquipélago, é digna de registo e deve ser impulsionada e acarinhada.

Neste sentido, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentáveis aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos 270 anos do povoamento açoriano do Estado do Rio Grande do Sul, e pelos 250 anos da cidade de Porto Alegre, fundada por Açorianos, no Brasil, do qual deve ser dado conhecimento ao Governador do Estado de Rio Grande do Sul, à Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura de Porto Alegre e à Direção Regional das Comunidades dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de Julho de 2022

O Deputado, José Pacheco.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa. Faça favor.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se, naturalmente, com muito gosto, a este voto de congratulação pelos 270 anos do povoamento açoriano do Estado do Rio Grande do Sul e também pelos 250 anos da Fundação Açoriana da Cidade de Porto Alegre.

A presença açoriana neste estado e nesta cidade é muito notada, não só pela preservação do património histórico, mas também pela divulgação dos nossos costumes e das nossas tradições, um trabalho que tem sido desenvolvido de forma exímia pela Casa dos Açores do Estado do Rio Grande do Sul.

E, portanto, desta forma, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores aproveita para saudar todas as Casas dos Açores e todos os açorianos distribuídos pelo mundo inteiro, que, pela perpetuação dos nossos valores e da nossa cultura, conferem aos Açores uma dimensão que vai muito além da dimensão física das nossas nove ilhas.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta as suas felicitações aos cidadãos do Estado do Rio

Grande do Sul. E fazemos um reconhecimento a todos quantos permitiram que hoje pudéssemos saudar os 270 anos do povoamento do Rio Grande do Sul e os 250 anos da Fundação Açoriana da sua capital.

Permitam-me, por isso, enviar, desde o Açores, um abraço fraterno a todos os dirigentes da Casa dos Açores deste Estado e também ao Regis Gomes, Conselheiro do Rio Grande do Sul, no Concelho da Diáspora Açoriana.

Permitam-me, igualmente, que releve todos os açorianos que partiram para um país distante, do outro lado do Atlântico, em condições muito difíceis, que releve, igualmente, os seus filhos e netos, que perpetuaram a nossa cultura, a nossa história e tradições, e todos os outros que vieram depois, brasileiros, que sempre se consideraram açorianos, que deram o nome das nossas ilhas e cidades às suas ruas e entidades e que continuam, orgulhosamente, açorianos, mesmo que muitos, a maior parte, não conheçam as nossas ilhas.

E, por fim, mas não menos importante e verdadeiramente fundamental, na minha opinião, um reconhecimento a todos os que, nos Açores, trabalharam e contribuíram para a manutenção destes laços e proximidade, que ganhou forma institucional na legislatura passada com a constituição do Conselho da Diáspora Açoriana, órgão com competências próprias, que agrega toda a nossa diáspora e várias entidades, de áreas tão distintas como a Cultura, a Solidariedade Social ou a Economia.

É importante, para além dos laços históricos, culturais e diria até emocionais que nos unem, que se estreitem os relacionamentos institucionais, políticos e empresariais.

Termino, saudando, uma vez mais, os 270 anos do povoamento açoriano do Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também quero aproveitar esta intervenção para associar-me ao voto apresentado pelo Chega, nesta matéria.

E referenciar que, de facto, os açorianos tiveram uma importância fulcral no povoamento do Estado do Rio Grande do Sul, de tal forma que os investigadores consideram que cerca de um milhão de brasileiros do Estado do Rio Grande do Sul descendem de açorianos. Portanto, é uma enorme comunidade. É uma comunidade que tem cada vez mais visibilidade. É uma comunidade que organiza cada vez mais eventos no sentido de dar a conhecer a todos a origem açoriana do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. E tem vindo a ganhar outra dimensão.

É também de justiça referenciar o excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Casa dos Açores do Rio Grande do Sul.

Referir também que uma comitiva açoriana teve a oportunidade de acompanhar a comemoração da cidade de Porto Alegre, que se define a si própria como a maior cidade açoriana no mundo.

E, por isso, é uma área em que é muito importante aprofundar relacionamento, não só de âmbito cultural, mas também do ponto de vista económico há um conjunto, um mundo de oportunidades que se podem desenvolver no âmbito da cooperação entre os Açores e o Rio Grande do Sul, porque temos um passado muito importante, mas também temos um futuro promissor em conjunto com aqueles que pertencem e integram também este grande povo dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo CDS-PP – Paulo Pereira, atleta do Judo Clube de São Jorge, é vice-campeão europeu.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Paulo Pereira, atleta do Judo Clube de São Jorge, é Vice-Campeão Europeu

O Judo Clube de São Jorge nasceu a 7 de março de 2002, tem cerca de duzentos atletas, onde vários integram regularmente as seleções nacionais nos diferentes escalões etários, incluindo nos seniores e veteranos, assim como, também integra atletas de Alto Rendimento Desportivo, mostrando assim que este é um clube responsável, dinâmico e grande promotor do desporto açoriano.

O Judo tem sido uma das atividades através das quais os atletas jorgenses mais se têm destacado tanto a nível nacional como a nível internacional, alcançando sucessos consideráveis ao mais alto nível competitivo.

Decorreu entre os dias 2 a 5 de junho de 2022 o Campeonato da Europa de Veteranos, na Ilha de Creta, Grécia. Esta competição contou com atletas de praticamente todos os países da Europa, muitos deles apenas com um ou dois atletas. Portugal conseguiu assegurar a presença de sete competidores.

O Judo Clube de São Jorge fez-se representar através da participação do atleta Paulo Pereira acompanhado pelo treinador Victor Soares.

Paulo Pereira participou na categoria de -81kg M4, onde se destacou ao vencer os combates todos até à final. Na final contra o atleta experiente da Geórgia acabou por ser vencido.

Paulo Pereira acabou assim por conquistar a medalha de Vice-Campeão da Europa

de Veteranos. O atleta Paulo Pereira demonstrou uma dedicação, entrega e compromisso com a modalidade, alcançando assim esta conquista.

Esta distinção, tanto pessoal como do Judo Clube de São Jorge, promove o desporto açoriano e prestigia os Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentáveis aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do segundo lugar no Campeonato da Europa de Veteranos 2022 pelo atleta Paulo Pereira.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta e ao Judo Clube de São Jorge.

Os Deputados, Jorge Paiva, Rui Martins e Pedro Pinto.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos a este voto ao atleta Paulo Pereira, que, ainda recentemente, em março deste ano, nesta Casa, também foi apresentado um voto de congratulação, na altura, quando este atleta foi Campeão Nacional de Veteranos. Agora, sagrou-se Vice-Campeão Europeu de Veteranos. Isto é o corolário do seu desempenho e dedicação a esta modalidade.

E assim queremos felicitar os Judo Clube de São Jorge, os seus atletas e treinadores por mais este título, que assim se junta a muitos outros já alcançados por este Judo Clube. Mais uma vez, o Judo Clube de São Jorge demonstra ser uma escola de desenvolvimento desportivo, de formação de jovens seniores e veteranos jorgenses, que prestigiam São Jorge e o desporto açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação pela conquista do atleta Paulo Pereira, do Judo Clube de São Jorge, como Vice-Campeão Europeu.

Estiveram presentes no Campeonato Europeu de Veteranos 231 atletas de 31 países. Portugal esteve com sete atletas. O Paulo Pereira é um exemplo para todos nós, demonstrando que nunca é tarde para abraçar um novo projeto.

Congratulamos o Paulo Pereira, assim como o Judo Clube de São Jorge, promovendo o desporto açoriano, levando a ilha de São Jorge e os Açores mais além.

Muito obrigada.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, a Tiago Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares para a sua apresentação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Tiago Pinheiro pela Medalha de Ouro em Competição Mundial de Ginástica Aeróbica

O ginasta micaelense Tiago Pinheiro, representando o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, sagrou-se campeão do mundo de ginástica aeróbica. A competição decorreu na cidade de Guimarães entre nos dias 10 e 12 de junho últimos.

O atleta, que participou na final da categoria de Individual Masculino, escalão júnior, conquistou a medalha de ouro na Competição Mundial Por Grupo de Idades, classificando-se à frente de atletas da Finlândia e da Bulgária.

O título e a medalha agora arrecadados são o culminar do excelente trabalho que o atleta e o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada têm desenvolvido ao longo dos anos, nomeadamente no treino e preparação dos seus atletas para a competição de alto nível.

Tiago Pinheiro é um jovem de 15 anos de idade e desde os 5 que treina ginástica com muita pertinácia. Estuda na Escola Secundária Domingos Rebelo e quem o conhece sabe que quando sai da escola vai logo para o Centro de Treino de Ginástica Aeróbica onde chega a treinar diariamente entre 4 a 6 horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Nas suas interrupções letivas chega a realizar dois treinos por dia.

Aquando da sua passagem pelo escalão juvenil foi o 3º melhor do Mundo nas categorias de Individual Masculino e Par Misto.

Nesta competição, a participação do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada notabilizou-se também pela conquista da medalha de prata no escalão juvenil em Pares Mistos. A ginasta Matilde Cymbron e o ginasta Manuel Resendes, de apenas 13 e 14 anos respetivamente, subiram ao pódio para receber

a medalha de prata, juntando estes aos já muitos troféus conquistados pelo Clube ao longo dos anos.

Assim, é de todo o mérito referir que o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, tantas vezes lembrado neste âmbito pelas suas conquistas ao longo dos anos, esteve presente em várias finais desta competição, tendo alcançado diversos lugares de destaque que muito enobrecem a sua participação. Neste certame competitivo que se realizou no Pavilhão Multiusos de Guimarães, participaram 316 ginastas oriundos de 25 países diferentes.

Uma semana depois, no mesmo espaço e na mesma cidade, decorreu o Campeonato do Mundo que contou com a presença do ginasta micalense Rui Cansado que representou a seleção nacional nas categorias de Individual Masculino, Par Misto e Grupo, na qual obteve o honroso sexto lugar.

O sucesso do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada e dos seus ginastas há muito que é conhecido por todos. Ao longo dos seus trinta anos de existência, foram inúmeras as vitórias e as medalhas conquistadas nas mais diversas competições nacionais e internacionais, incluindo campeonatos do mundo.

A história do clube remonta ao ano de 1992, com a criação do Ginásio Corpore, e tem sido desde aquela data um promotor e defensor da boa condição física como vetor indelével de bem-estar, que produz espetáculos multitemáticos de dança, nas suas mais diversas correntes. No ano de 2008, o Ginásio Corpore muda o seu nome para Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, e mais tarde torna-se Instituição de Utilidade Pública Desportiva, promovendo diversas Disciplinas Gímnicas na ilha de São Miguel, salientando-se a Ginástica Aeróbica com Ginastas na Seleção Nacional e de Alto Rendimento.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao jovem ginasta Tiago Pinheiro do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada

pela da medalha de ouro na categoria de Individual Masculino, escalão júnior, da Competição Mundial Por Grupo de Idades.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao jovem ginasta e à respetiva família, à Direção do Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Direção Regional do Desporto e à Federação Nacional de Ginástica.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Elisa Sousa, Jaime Vieira, Paulo Gomes, Flávio Soares e Marco Costa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A apresentação do voto de congratulação apresentado pelo Partido Social Democrata, o Partido Socialista, naturalmente, se associa aqui ao voto de congratulação que evidencia e destaca os méritos e os sucessos também do desporto açoriano na Região, no caso particular aqui do jovem Tiago Pinheiro.

Mas também não podemos esquecer todos aqueles jovens açorianos que participaram nesta iniciativa e que tiveram também o seu sucesso e as suas relevantes participações, neste caso a Matilde Cymbron, o Manuel Resendes e também o Rui Cansado. Porventura, o voto não refere e não se dirige a todos eles que participaram, mas o Partido Socialista, aqui, destaca. E quer revelar também que todos aqueles que participaram nesta iniciativa devem ser todos eles reconhecidos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: E devem ser reconhecidos de tal forma que o desporto açoriano fique bem representado. E é o bom sucesso e o bom trabalho que é desempenhado também por todos aqueles que trabalham na nossa Região.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Flávio Soares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a atenção que o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes fez em referência a este nosso voto e ao facto de o Partido Socialista se associar a este nosso voto, mas eu penso que o título do voto é bastante claro, é um voto de congratulação a Tiago Pinheiro pela conquista da medalha de ouro, que foi o único que atingiu este objetivo.

E mais, no próprio voto eu faço referência aos três atletas que o Sr. Deputado referiu e que estão contemplados, portanto, no voto. Portanto, não foi esquecimento, estão todos contemplados neste voto.

E, obviamente, que, tanto os atletas, como o clube, são uma mais-valia e fizeram merecer e levar o nome dos Açores mais longe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 50 anos da Escola Básica e Secundária da Graciosa

Nelson Mandela dizia que a educação é “a arma mais poderosa para mudar o mundo”, fazendo alusão à importância do papel da educação no desenvolvimento humano e na defesa das oportunidades e capacidades dos seres humanos viverem com qualidade de vida e de acordo com os seus objetivos.

Na Ilha Graciosa, como em quase todas as ilhas, estudar era uma luta e um enorme desafio para algumas famílias, muito poucas, enquanto outras famílias nem ousavam sonhar em lá chegar.

As desigualdades eram gritantes. Fazer o ensino primário e depois trabalhar era a sorte de grande parte dos jovens.

Depois da quarta classe, valia-nos as professoras Adelaide Teles, Filomena Teixeira, Teodora Borba, Livramento Carvalhal e Teresinha Luz, para, em modelo de ensino externo, preparar os jovens para os exames que seriam concretizados num qualquer banco de escola fora daquela ilha.

Estas professoras do primeiro ciclo, para além do ensino, desenvolviam um importante trabalho de cariz social. Os alunos que podiam, contribuía com uma verba para as despesas, mas aqueles que não podiam – e eram muitos – nunca lhes

era exigido qualquer pagamento, o que denotava um verdadeiro espírito altruísta que é preciso não deixar cair no esquecimento.

Como alternativa, apenas a saída de casa. Por vezes com 10/11 anos, o que, como se compreende, era violento tanto para as crianças como para os seus pais.

No ano letivo 1971/72, através da Portaria n.º 486/70, foi criada a Escola Preparatória da Graciosa, onde foram lecionados os 1.º e 2.º anos do segundo ciclo.

A primeira diretora foi a professora Fernanda Gregório que, com as professoras acima referidas e ainda com os professores Pe. Guilherme Pimentel, Valquírio Louro, Filomena Correia, Laura Teixeira e Luísa Codorniz construíram, a partir do nada, a escola que agora completa 50 anos de relevantes serviços prestados à Graciosa e aos Graciosenses.

Em 1975/76, já depois da Revolução de Abril, portanto, foi instalada a Secção Liceal do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, onde se ministrava o 3.º ciclo, cujo primeiro diretor foi o professor Fernando Carvalhal.

Seguiu-se a implementação do ensino secundário e, mais recentemente, a instalação do ensino artístico.

Foi um longo caminho de 50 anos. De conquistas e, também, de muitas dificuldades, naturalmente, mas foi meio século que valeu a pena.

Para além dos já referidos docentes, Fernanda Gregório e Fernando Carvalhal, que tiveram o ensejo de instalar os estabelecimentos de ensino que originariam, mais tarde, a Escola Básica e Secundária da Graciosa, importa recordar os nomes dos principais responsáveis pela sua gestão a partir daí: Pe. José Simões Borges, Manuel Avelar Santos, Manuel Jorge Lobão, Pe. António Machado Alves, Armando Lopes, José Gregório, João Pedro Costa e Paulo Miguel Espínola, atual Presidente do Conselho Executivo.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que seja aprovado o seguinte voto de

congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 7 de julho de 2022, congratula-se pela passagem do quinquagésimo aniversário da Escola Básica e Secundária da Graciosa, felicitando, também, os seus alunos, pessoal docente, pessoal não docente e dirigentes, fazendo votos para que esta instituição prossiga com a prestação do indispensável serviço educativo para bem das futuras gerações.”

Que deste voto seja dado conhecimento à Escola Básica e Secundária da Graciosa e à Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 7 de julho de 2022.

Os Deputados, José Ávila, Vasco Cordeiro, Manuel Ramos, Andreia Costa, Sandra Faria e Carlos Silva.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, associa-se, com gosto e com alegria, a este voto de congratulação pelos 50... vamos a caminho dos 51. A escola não pôde, o ano passado, fazer a sua comemoração oficial. E já tivemos, aliás, a oportunidade, este ano, de estar presentes na festa, com os alunos, da comemoração dos 50 anos da Escola da Graciosa.

E é importante associarmo-nos também a este pioneirismo e a esta força de vontade daqueles que deram os primeiros passos para chegarmos a ter mais e melhor educação, tão essencial para o nosso futuro e para o nosso desenvolvimento coletivo.

Era, no passado, e felicitamos, naturalmente, congratulamo-nos e associamo-nos a este voto de congratulação precisamente por isso, era, no passado, importante esta força para estabelecermos melhores laços com a educação, o progresso e o crescimento pessoal. E é no presente também. Por isso, também, está de parabéns a nossa escola pelos seus 50 anos, a caminho dos 51. E que traga bons frutos, cada vez mais, a educação na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, informo a Câmara que os restantes votos de congratulação foram retirados pelos proponentes, quer pelo PSD, quer pelo Chega.

Passamos, assim, ao voto de saudação, apresentado pelo Bloco de Esquerda, às iniciativas de Orgulho LGBTQIA+. Espero que não me tenha enganado, Sra. Deputada. E se me enganei, perdoe-me. Faz favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação às Iniciativas de Orgulho LGBTQIA+

O direito de nos manifestarmos e termos orgulho daquilo que somos, como nos identificamos, de quem gostamos, de defender as nossas convicções, são direitos humanos, fundamento de qualquer regime democrático.

A vergonha socialmente imposta e politicamente consentida tem como principais

vítimas as minorias de toda a natureza, que são enfiadas num qualquer armário. Por isso compete-nos, como representantes do poder político, contribuir para quebrar barreiras e abrir armários.

A marcha de orgulho LGBTQIA+ que ocorreu em Ponta Delgada no passado dia 2 de julho, organizada pelas associações Azores LGBT, As Cores dos Açores e UMAR Açores, com a participação da OPUS diversidade, e a Noite Pride que ocorreu na Ilha Terceira no dia 25 de junho, organizado pela Oficina D'Angra - Associação Cultural, AMAR-Açores e APF - Associação para o Planeamento Familiar Açores, procuraram tirar os açorianos e açorianas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais da invisibilidade e entregar o espaço público a todas as manifestações de afeto, independentemente da orientação sexual e identidade de género.

O preconceito e a discriminação existem e são ocultados pela invisibilidade social das suas vítimas. Graças aos movimentos pela defesa dos direitos LGBTQIA+ e a todos e todas as ativistas, já muitas vitórias foram alcançadas nos últimos anos. Desde 1990 que a homossexualidade não é considerada uma doença, no entanto, ainda há "instituições" que praticam as erradamente denominadas “terapias de conversão”. A orientação sexual, identidade e expressão de género não são doenças. São características pessoais próprias de cada pessoa - essenciais ao seu equilíbrio, saúde e vivência social. Não há nada para curar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Foi também alcançado o acesso ao casamento e à adoção da comunidade LGBTQIA+, o direito à autodeterminação de género e o princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a proibição da discriminação. Mas ainda assim continuamos a assistir à homo/bi/inter/transfobia. As leis mudaram, mas ainda há muito por fazer.

Continuam a persistir ideias e conceitos distorcidos, que tentam confundir estas formas de ser e de amar como doença ou problema social.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Vários setores conservadores pretendem reverter os processos alcançados, o que nos deve levar a não desistir de tornar visível esta causa e de continuar o caminho para uma sociedade mais livre e inclusiva.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Isso é que é!

A Oradora: Importa realçar que tolerar não é suficiente para combater os estigmas e os preconceitos!

Deputado José Pacheco (CH): Fomentar o ódio é que é estigma!

A Oradora: Estes estigmas e preconceitos só se combatem com o respeito integral pela liberdade de cada ser humano!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação às iniciativas de Orgulho LGBTQIA+, ocorridas em Ponta Delgada e na Ilha Terceira.

Do presente voto deve ser dado conhecimento às associações “Açores LGBT”, “As Cores dos Açores”, UMAR Açores, Oficina D'Angra - Associação Cultural, AMAR - Açores pela Diversidade, APF - Associação para o Planeamento Familiar Açores, OPUS Diversidade e Pride Azores.

Horta, 7 de julho de 2022

Os Deputados, António Lima e Alexandra Manes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito o Sr. Deputado José Pacheco, a quem dou a palavra. Faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Por falar em conservadores...

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Eu até vou esperar que a Sra. Deputada se sente. Estas coisas devem-se ouvir sentada.

O Chega não pode acompanhar um voto destes, devido a uma coisa muito simples: a opção sexual de cada um merece...

Deputada Alexandra Manes (BE): Orientação!

O Orador: Eu posso falar, ou a senhor vai falar por mim?

Deputada Alexandra Manes (BE): Estou só a corrigir!

O Orador: A senhora já quer instrumentalizar a sociedade e ainda quer falar por mim?! Deixe-me falar, se faz favor! O que é isso agora??

A opção de cada um é de cada um e merece todo o respeito.

A defesa das agressões não é apenas para LGBT+++++, “traca”, “traca”, vira e tal, coisa e tal... Aquilo todos os dias cresce! Aquilo parece um pé de salsa!

Deputada Alexandra Manes (BE): Jesus!

O Orador: Merece sim, todos, crianças, idosos, de todos os sexos, de todas as opções, tudo merece a defesa. Fazer disto um circo é uma ofensa a todas as pessoas que têm opções.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é o que o senhor está a fazer!

O Orador: Todas as pessoas têm opções legítimas.

Deputada Alexandra Manes (BE): Orientações!

O Orador: Fazer disto um circo é vergonhoso! Não contem com o Chega!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muito orgulho que eu, julgo eu que serei a mulher mais velha que aqui está, tenho uma cabeça tão aberta para um tema que é, hoje, tão atual.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Eu gostaria de ter mais tempo para poder ter elaborado um texto muito mais interessante, mas isto foi-me entregue, há pouco mais de minutos, pelo, aqui, meu camarada Carlos Silva.

Percorreu-se um longo caminho no reconhecimento da dignidade e humanidade das pessoas LGBT... desculpem, QIA+. Isto quer dizer lésbicas, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: ... gays, bissexuais, transgéneros e mais.

Percorreu-se esse longo caminho, um caminho impulsionado por todas as vozes que, num tempo em que a exclusão era a norma social, se insurgiram contra a moralidade instituída.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Tantas vozes. E tantas vezes se perderam relações familiares e recursos sociais.

Os movimentos LGBTQIA+, que ganharam folgo a partir da segunda metade do século XX, têm contribuído para que a nossa sociedade, como um todo, seja mais humana e mais solidária.

A história do progresso em matéria de direitos das pessoas LGBTQIA+, no nosso país e, necessariamente e conseqüentemente, na nossa Região, passa pela história do Partido Socialista, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... como o casamento igualitário, o acesso, a casais de mulheres, à procriação medicamente assistida...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e o acesso à adoção por casais do mesmo sexo.

O PS tem na sua história este contributo, pelo que se associa, sem qualquer reserva, a esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: E como nota de futuro, que os partidos e as instituições possam fazer cada vez mais parte destes eventos, destas marchas, destes movimentos, porque é de direitos humanos que tratamos, porque só seremos verdadeiramente livres quando todos nós e todas nós formos igualmente livres.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN obviamente que se associa a este voto do Bloco de Esquerda pelos direitos e pelo respeito pelas pessoas LGBTQIA+.

E só queria também informar, mas aqui o nosso Deputado do Chega me obrigou a dizer que há pessoas do Chega que ainda estão no armário. Para não esquecer que nas redes sociais do Chega, esta semana, fizeram um *hashtag* ao orgulho gay.

Acho que o Sr. Deputado aqui dos Açores, do Chega, ainda não sabe.

Depois, à partida, o Sr. André Ventura, neste caso o seu líder parlamentar, ainda está no armário. É melhor o Sr. Deputado José Pacheco saber.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor está a acusar o André Ventura de ser gay?

Deputado Berto Messias (PS): Não, que está no armário!

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Deputado Pedro Neves, o senhor está-se esticando!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, e porque a Sra. Deputada Valdemira já disse tudo, obviamente que votamos a favor deste voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para informar a Câmara que o Grupo Parlamentar do PPM se associa a este voto de saudação.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem!

O Orador: E referenciar aqui que há muito trabalho ainda a fazer do ponto de vista de criar as condições para que não exista na nossa sociedade perseguição às pessoas que entendem e que têm outra orientação sexual. Isto acontece quotidianamente. Há muito trabalho a fazer. É preciso continuar a chamar a atenção. É preciso continuar a promover atos institucionais que, de facto, possibilitem a dignificação e igualdade em relação a estes coletivos. E o PPM associa-se a esse esforço e associa-se a este voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário, para o anúncio da votação.

Secretário: O voto de saudação apresentado foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 19 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN; e 1 voto de abstenção do Chega.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Encerramos os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 06 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Deram entrada na Mesa dois requerimentos para, ao abrigo do artigo 81.º, apresentação de dois diplomas. O primeiro deles, o ponto 18 da nossa Agenda: **Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/XII – “Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino”**. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca para a sua apresentação. Dispõe de 10 minutos, Sr. Deputado. Faça favor.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É investindo na Educação de um povo que se poderá ambicionar um melhor futuro para os seus próprios filhos. Num esforço continuado, persistente, do qual ninguém se deverá abster, absolutamente ninguém. Importa que o contributo de cada um de nós seja determinado, responsável, consciente, com tudo aquilo que poderá oferecer em prol de todos. E é isto um guia, um rumo, um claro norte orientador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e é este um princípio

basilar que nos estrutura.

Por demais evidente é o papel fulcral dos assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores na prossecução dos objetivos da escola atual, uma escola que se quer dinâmica, aberta, criativa, na construção do cidadão educado, culto e adaptado.

Através da apresentação de uma nova proposta de Estatuto do Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino para a Região Autónoma dos Açores, damos hoje um passo, que desejamos ambicioso, podendo efetivamente assumir-se como um enorme salto se acolhido por todos os decisores políticos desta casa. É este um diploma que procura valorizar o papel de todos e cada um dos trabalhadores das nossas unidades orgânicas, na plena compreensão de que apenas com a ajuda de todos se conseguem almejar os tão desejados patamares de conhecimento que coloquem os Açores, ambiciosamente, como uma Região capaz de convergir e acompanhar os resultados europeus no domínio da Educação e Formação.

O presente diploma acompanha esta aspiração, desde logo porque empenhado em responder à urgência de problemáticas que, a manter-se no tempo, se assumem como verdadeiramente bloqueadoras do desenvolvimento pretendido. É na sequência, então, deste desiderato que o presente diploma inova sem hesitações, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vamos ver se agora é assim!

O Orador: ... e desde logo a partir do seu próprio nome, revertendo a nomenclatura comumente utilizada de «Pessoal Não Docente», para uma outra que, no fundo, valorize pela positiva as carreiras em referência, ou seja, o «Pessoal Assistente e Técnico de Apoio à Educação e Ensino». Mas outros passos, eventualmente saltos, efetivamente se dão, inovando-se através de uma clarificação dos mais diversos domínios de ação no todo da equipa educativa escolar, inovando-se através do estabelecimento de critérios transparentes e o

máximo objetivos promotores da dotação equitativa e justa dos assistentes e técnicos das escolas açorianas, inovando-se com a mensuração de parâmetros, ainda que com a incontornável margem de flexibilidade, como a contratação de serviços externos, a tipologia dos edifícios ou a existência de instalações desportivas de frequente utilização, inovando-se com automatismos de reequilíbrio dessas mesmas equipas, com destaque para a ponderação de critérios como a eventual elevada média de idades ou até a elevada percentagem de trabalhadores em situação de baixa médica prolongada, inovando-se com a centralização dos concursos de recrutamento e com a criação de uma bolsa com atualização anual, inovando-se através de uma clara valorização da formação do trabalhador, tanto ao nível da sua formação inicial como da sua formação contínua, inovando-se com a potenciação de uma equipa dinâmica de intervenção pessoal e social, com partida do interior das entidades escolares para o seio familiar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Prevê o nosso Regimento um período para pedidos de esclarecimento. Pergunto se há alguma Sra. e Sr. Deputado que queira usar desse período para pedir esclarecimentos ao proponente.

Não havendo, vamos passar ao segundo requerimento para apresentação de um diploma, desta feita o ponto 24 da nossa Agenda, feito pelo Governo Regional:

Apresentação em Plenário da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/XII – “Procede à organização do trabalho médico suplementar nos serviços de urgência e de atendimento permanente do Serviço Regional de Saúde”.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde para a apresentação do diploma. Dispõe de 10 minutos, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa do Governo Regional vem na sequência do trabalho que tem sido desenvolvido já há cerca de um ano, no sentido de avaliarmos todas as questões relativas ao trabalho suplementar médico e à necessidade da reorganização dos serviços de urgência e de atendimento permanente, tendo em conta a realidade existente e a necessidade de melhorarmos as condições da prestação desse serviço de urgência. Para mais ainda com aquilo que se passa a nível nacional com todas as complicações decorrentes, exatamente, dos serviços de urgência, com encerramentos diários, semanais, de vários serviços de urgência no país. E para evitarmos que isso chegue à Região, nós também começamos a preparar esse trabalho.

Entretanto, há uma iniciativa de uma Resolução do PAN, aqui nesta Assembleia, que foi aprovada, foi publicada no dia 23 de junho a Resolução aprovada nesta Assembleia. E em cumprimento com a Resolução aprovada na Assembleia e de acordo com aquilo que foi o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional sobre esta matéria, já foi apresentado o diploma e já está na respetiva Comissão e, pelo que percebo, até já em processo de audição pública, tendo em conta a dimensão laboral do mesmo.

Ora, isto resulta, como referi, da circunstância da exiguidade de recursos humanos por um lado, também da limitação dos recursos financeiros, mas também, fundamentalmente, da necessidade das populações, que cada vez mais recorrem e têm consciência da importância do recurso aos cuidados assistenciais e tendo em conta que, infelizmente, ainda não estamos num ponto em que os cuidados primários estejam tão capacitados que façam com que o recurso às urgências não seja o recurso dominante. Infelizmente, vivemos num sistema de saúde em que o

recurso à urgência é o recurso dominante dos cidadãos para terem algum tipo de cuidado assistencial. Isto não é o ideal, obviamente que não. Caminhamos para ultrapassar esta dificuldade, mas, enquanto ela não for ultrapassada, temos de encontrar soluções, conforme, de resto, já foi aqui debatido, quer em sede de Comissão, quer em sede de Plenário, aquando do debate da Resolução a que fiz referência.

Os caminhos para estruturarmos de forma estratégica o Serviço Regional de Saúde e todo o sistema de saúde passam, desde logo, pela contratação de mais profissionais de saúde. Ainda nesta semana, tive a oportunidade de comunicar à Assembleia e aos açorianos o esforço que está a ser feito de contratação de médicos. Desde que este Governo iniciou funções, já foram contratados, a título definitivo, para o Serviço Regional de Saúde, 52 médicos. Só para termos a noção da ordem de grandeza do que são 52 médicos, é que no ano anterior foram contratados 23. Percebe-se o esforço que está a ser feito para dotar os quadros médicos da Região de mais profissionais que deem a resposta necessária e adequada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, estão já autorizadas as contratações de mais 145 médicos. O que quer dizer que há aqui uma aposta significativa no reforço dos quadros clínicos desta Região.

Para além disso, há um novo regime de incentivos à fixação, que é um regime distinto daquele que existiu agora, que entendemos que tem um conjunto de medidas mais atrativas para que a vinda de médicos para a Região seja mais eficaz.

Para além disso, também temos um regime de incentivo à produção adicional, nomeadamente através do programa CIRURGE, que também ele teve um incremento na Região nos últimos meses.

E tudo isto mesmo não se faz apenas com uma parte, com uma parcela, tem que

ser com um conjunto de medidas. E é através deste conjunto alargado de medidas que entendemos que poderemos dar uma resposta mais capaz.

Sendo certo que as questões relacionadas com o serviço de urgência, neste momento, ainda estão muito assentes nas prestações de serviço, nas empresas prestadores de serviço, que não têm um vínculo efetivo com a Região. Há um esforço financeiro grande da Região com estas prestações de serviço, que têm assegurado os serviços de urgência.

Em 2019, foram prestadas 176 000 horas através deste regime de prestação de serviços, o que implicou um valor de 6,5 milhões de euros. Em 2020, foram 167 000 horas, o que implicou um esforço de 6,4 milhões de euros. Em 2021, foram 198 000 horas, o que implicou um esforço de 8 milhões de euros.

O que quer dizer que grande parte do Serviço Regional de Saúde, nos últimos anos, ao nível daquilo que são os serviços de urgência, nomeadamente e em particular, estão assentes exatamente nestas prestações de serviço.

Ora, se assim é e se percebemos que há tendência... Ainda hoje, era notícia de vários médicos do Serviço Nacional de Saúde que rescindem o seu contrato com o Serviço Nacional de Saúde para passarem a ser tarefeiros ou prestadores de serviço. Temos que tomar medidas que acautelem esse risco.

E essas medidas são no sentido de reforçar o valor pago a título de trabalho suplementar médico, para que os médicos não sintam essa necessidade de recorrer a outros meios que têm uma distinta dimensão ao nível do vínculo, porque, conforme também já afirmamos por diversas ocasiões, o problema é que os prestadores de serviço não têm uma ligação estável com o serviço, com os utentes, com os colegas e, por vezes, cria-se essa injustiça de haver prestadores de serviço que recebem um valor superior àquele valor que é recebido pelos profissionais daquela unidade de saúde.

Só para termos também uma noção da ordem de grandeza, os valores que referi dizem respeito a prestações de serviço que desde 15 a 60 euros, uma dispersão de

valores que também não cria muita justiça na própria relação entre o prestador de serviço e a entidade pública que paga esse serviço.

E é na medida de encontrarmos aqui soluções que consigam esbater estes problemas que é apresentada esta iniciativa, que, como disse, é imediata à apresentação, à deliberação e à publicação da Resolução relativa a esta matéria, sendo certo que, como refere a própria Resolução, o próprio diploma também refere de forma expressa que este recurso ao trabalho suplementar médico tem que ser entendido como recurso extraordinário e um recurso que não pode ser a base, não pode ser permanente, para que os cuidados assistenciais sejam prestados.

Nessa medida, é com esta dimensão extraordinária, mas, sobretudo, com esta constatação da necessidade de encontrarmos soluções para que estes serviços sejam prestados.

A única diferença relativamente àquilo que foi aprovado por esta Assembleia é uma diferença que é um *plus*, é mais. O que a Assembleia aprovou foi que este valor era pago tendo por base a sexta posição remuneratória da categoria de assistente. A proposta que o Governo apresenta tem por base a primeira posição remuneratória da categoria de assistente graduado sénior, porque entendemos que é uma forma mais atrativa, tendo em conta todo o contexto nacional que neste momento existe, que é um contexto nacional de uma hipervalorização da necessidade de termos médicos que assegurem os serviços de urgência. Entendemos que esta resposta é mais robusta e que vai desde os 29,44 na primeira hora de trabalho diurna em dias úteis até um valor de cerca de 50 euros na hora de trabalho noturno em dias feriados, dias de descanso semanal e domingos.

Como, de resto, todos devem ter a consciência, esta matéria já foi abordada em Comissão, já foi abordada em Plenário. E, por isso, o apelo que o Governo faz também é que, em sede de Comissão, tendo em conta que já foi tudo abordado, não há aqui nada de novo a não ser este valor, tendo em conta que também já está

a decorrer a consulta pública, que a apresentação já é feita em Plenário, para que seja apresentado um relatório em condições de podermos, no próximo mês de setembro, aprovar este novo regime extraordinário de pagamento de trabalho médico suplementar, de forma a que os profissionais de saúde tenham condições para prestar o seu serviço de forma adequada à exigência que ele tem e para que as direções das respetivas unidades de saúde e hospitais tenham capacidade para dar a resposta que os açorianos necessitam e anseiam.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentado o diploma. Pergunto às Sras. e aos Srs. Deputados se querem usar da prerrogativa regimental de solicitação de esclarecimentos. Não havendo intenção de... damos por encerrado este ponto da nossa Agenda.

E voltamos ao ponto 9, que encerramos ontem à noite, atingida a nossa hora regimental. Estávamos no ponto 9: “**Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020**”.

Estava na altura inscrito o Sr. Deputado Carlos Silva, a quem dou a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu estava, efetivamente, inscrito ontem, logo após a intervenção do Sr. Secretário Regional das Finanças. E lamento que, hoje, ao falar desse assunto, o Sr. Secretário não esteja disponível. Eu desconheço as razões, mas a verdade é que eu também não gosto de me dirigir a alguém que não está presente, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão aqui quatro Membros do Governo!

Deputado José Ávila (PS): Está ficando curto o Governo!

O Orador: ... porque também não quero acusar ninguém de fugir ao debate.

Não sei se algum dos Membros do Governo presentes irá responder por essa matéria, mas de qualquer forma...

Sr. Presidente, posso continuar?

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado. Faça favor.

O Orador: Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu tinha uma intervenção muito breve sobre essa matéria. Em primeiro lugar, gostaria exatamente de refutar aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, porque a dívida da Região, no final de 2020, conforme já foi aqui deixado muito claro, quer na leitura do relatório, quer na intervenção do Deputado Vílson Gomes, a dívida da Região, para efeitos de cumprimento dos normativos nacionais e internacionais, era 2490, conforme está no relatório do Tribunal de Contas e conforme está no relatório que foi aprovado na Comissão de Economia por todos os partidos, incluindo o PSD, o CDS e os restantes. E, portanto, faz-me alguma confusão que aprovem um relatório que diz algo e depois venham aqui dizer o contrário.

Uma segunda nota: o Sr. Secretário disse ontem que já tinha dito em maio, quando promoveu um debate sobre as finanças da Região, dizia que com ele o critério não era a dívida bruta para efeitos de INE, Eurostat e Tribunal de Contas, mas sim o de responsabilidades financeiras futuras. Eu tive o cuidado de pesquisar, de consultar, de verificar onde é que esse critério era aplicado no país, noutras regiões, mesmo no Tribunal de Contas tive o cuidado de ler e não encontrei esse critério.

Também tive o cuidado de ir verificar à conta da Região de 2021, que foi entregue neste Parlamento na semana passada e que é da inteira responsabilidade do atual Governo Regional e do Sr. Secretário Regional das Finanças. Fui consultar se na conta de 2021 o tal critério, que era o critério para o futuro, responsabilidades financeiras futuras, se estava no documento. E, para surpresa minha, não encontro

qualquer alteração àquilo que era feito no passado. E, portanto, mais uma vez, o Sr. Secretário Regional diz uma coisa, promove a transparência, mas, quando tem a responsabilidade de entregar aqui documentos nesta Assembleia e de usar o critério que ele acha que é o mais justo, ele não apresenta.

E isso deve ser aqui realçado, porque não basta criticar aquilo que o Partido Socialista faz quando se baseava em critérios aceites internacionalmente e pelas instituições de referência, quando, depois, quando tem a responsabilidade de fazer exatamente o que disse, não o faz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor foi beber da doutrina de José Sócrates!

O Orador: Só nos leva a concluir uma coisa: que a única missão do Sr. Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas, é culpar o Partido Socialista por aquilo que ele não consegue fazer. E isso é algo que nos preocupa.

Uma terceira nota, para terminar: já aqui foi referido que o ano de 2020 foi um ano especial, não pelas melhores razões, mas porque fomos assolados por uma pandemia. E isso teve impacto na atividade económica. Isso provocou, a título de exemplo, uma quebra no PIB superior a 330 milhões de euros. E a Região, como é óbvio, não ficou imune a esses impactos financeiros. E a conta da Região também reflete negativamente esses impactos, quer da pandemia, quer também dos gastos necessários para recuperar dos danos do furacão “Lorenzo”. E isso está refletido na conta da Região que nós estamos aqui a debater. E tem repercussões, como é óbvio, nos resultados que são apresentados.

E, portanto, para concluir, uma vez mais, a dívida da Região no final de 2020 era de 2490, conforme é reconhecido pelo Tribunal de Contas e não aquilo que é dito pelo Sr. Secretário das Finanças e pela Coligação que o suporta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa, neste momento, não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições. Não havendo mais inscrições, estamos em condições de votar.

Vamos então votar a Proposta de Resolução n.º 3/XII – “Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2020”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução n.º 3/XII foi aprovada com 25 votos a favor do PS; 21 votos de abstenção do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 10: **Petição n.º 23/XII – “Criação de condições de acesso a contratos de trabalho e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da segurança social, designadas creches familiares”**. É uma iniciativa apresentada por Mafalda da Luz da Silva Fernandes, na qualidade de primeira subscritora.

Para apresentação do relatório, tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo, relatora da Comissão de Assuntos Sociais.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER

Petição n.º 23/XII – “Criação de condições de acesso a contratos de trabalho

e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da segurança social, designadas creches familiares”

INTRODUÇÃO

A 8 de fevereiro de 2022, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 23/XII, intitulada “Criação de condições de acesso a contratos de trabalho e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da segurança social, designadas creches familiares”.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes, as matérias relativas a “*segurança social*”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

OBJETO DA PETIÇÃO

A primeira peticionária refere, em sede de exposição de motivos, que “O regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores (R.A.A.), no âmbito das respostas da segurança social e o seu enquadramento em creches familiares, encontram-se atualmente previstos no Decreto Legislativo Regional (DLR) n.º 18/2016/A de 29 de setembro. O regulamento do exercício da atividade de amas e do seu enquadramento em creches familiares, a que se refere o aludido DLR, é definido pela Portaria n.º 45/2017 de 23 de junho.

A atual situação das amas integradas em creches familiares e o regime jurídico aplicável a esta profissão, evidenciam a marcada desigualdade, desproteção e injustiça social por que estão a passar estas profissionais. O que move os

signatários desta petição é o propósito de regulamentação da carreira de ama, com o respetivo enquadramento profissional previsto em sede de contratação coletiva de trabalho, e a promoção de vínculos laborais estáveis das amas em exercício da atividade no âmbito de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de enquadramento (creche familiar), através da sua integração nos quadros das respetivas IPSS ou da sua integração nos quadros da administração pública regional.

Se, por um lado, o DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro, pretendeu representar um instrumento de promoção e aumento do acesso à atividade de ama, ambicionando motivar os cidadãos ao empreendedorismo (“autoemprego”), bem como propiciar “(...) a possibilidade de extensão destes serviços, como resposta às famílias (...)”, por outro reúnem-se evidências de que as amas se encontram numa situação de elevada desigualdade social no emprego, face ao seu vínculo precário (trabalho independente por recibos verdes) e baixas remunerações (183.96 euros por criança, por mês, até no máximo de 4 crianças, por 12 meses anuais de retribuição), e cada vez mais ameaçadas na sua profissão pelas políticas públicas discriminatórias desta resposta social.

O DLR n.º 38/2021/A de 23 de dezembro, referente ao Orçamento da R.A.A. para o ano 2022, define no art.º 51º que “os agregados familiares abrangidos até ao 13.º escalão (...), ficam isentos do pagamento de participações familiares pela frequência de creches”. Passam, assim, as famílias açorianas a poder optar pela inscrição dos filhos em creche, beneficiando da isenção da mensalidade, ou em ama (creche familiar) por valor definido atualmente no Despacho Normativo n.º 21/2017 de 23 de junho. Esta desigualdade é sentida pelos signatários como inaceitável e atenta contra os princípios patentes na própria lei que regula o exercício da profissão, que alude ao incentivo e alargamento da atividade de ama, bem como de conciliação das políticas sociais e de emprego. Esta discriminação ao nível das políticas regionais também posiciona a região perante o efetivo risco

de redução de crianças inscritas, o que representa, por um lado, uma ameaça à capacidade de manutenção das amas em exercício da atividade (que, por serem trabalhadoras independentes, recebem apenas em função do número de crianças integradas), e, por outro, uma ameaça à sobrevivência da própria profissão, que se tem vindo a revelar muito pouco atrativa.

De salientar que o Programa do XIII Governo da R.A.A. definiu como prioridade em matéria de solidariedade social “apoiar a criação de uma rede de respostas personalizadas de apoio à infância em termos de mini-creches e amas” (pp. 23). A evidência de que as políticas regionais têm sido, ao contrário do que pretendem ser, desmobilizadoras da profissão, são a redução do número de amas em exercício de funções no âmbito de instituições de enquadramento ao longo da última década, com o respetivo impacto social desta realidade na redução de apoio às famílias. Esta situação poderá, no limite, não contribuir para o combate do exercício irregular da atividade.

O acima exposto representa uma perda de dignidade para todas as amas licenciadas que, reconhecidamente, exercem um trabalho de elevada qualidade e que em muito satisfaz as famílias açorianas que beneficiam deste serviço. Acresce ainda o facto de que as políticas públicas na R.A.A. e a legislação atualmente em vigor para a matéria em análise, confluem juntas para uma realidade que em nada defende e dignifica os interesses de todas as famílias açorianas que, pelas condições de insularidade e de dispersão do território que habitam, poderiam beneficiar em larga medida de uma mais robusta oferta ao nível da rede de amas regional. Considera-se que o acesso a este serviço de qualidade beneficia: i) as famílias com necessidades de apoio que não se coadunem com as demais respostas sociais, desde logo pela proximidade territorial deste serviço ou pelo princípio de promover a conciliação da vida familiar e profissional dos agregados familiares; ii) as famílias que valorizem uma relação de tipo díade (adulto-criança) e um ambiente afetivo de tipo familiar, promotor de vinculações significativas

seguras com um único cuidador de referência (aspeto distinto do contexto de creche), o que reconhecidamente contribui para a saúde psicológica das crianças; e iii) as crianças que tenham recomendação, por diversos motivos de saúde, de um espaço com menor risco de propagação de doenças, tal como sucede num ambiente de creche familiar.

Acresce ainda sublinhar, relativamente ao acima exposto, que a R.A.A se posiciona em contraciclo com as atuais políticas públicas centrais, que determinaram, ao abrigo da Portaria n.º 199/2021 de 21 de setembro, a isenção do pagamento da participação familiar devida pela frequência das crianças dos 1.º e 2.º escalões em creches e creches familiares com acordos de cooperação celebrados com a Segurança Social. As amas do Instituto da Segurança Social são também abrangidas por esta medida. Com a Lei n.º 2/2022 de 3 de janeiro, o Governo alarga progressivamente a gratuitidade da frequência de creche a todas as crianças que, independentemente do escalão, frequentem creche abrangida pelo sistema de cooperação, bem como as amas do ISS, I. P., com efeitos a partir de 1 de setembro de 2022.

Importa prosseguir a análise à situação das amas de creche familiar, defendendo que a relação destas profissionais com a IPSS que as enquadra pode ser qualificada como trabalho subordinado, devendo por isso ser considerada a alteração ao atual regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na R.A.A. e permitir o acesso destas profissionais a contratos de trabalho e a condições laborais efetivas e estáveis.

Passam a ser expostos os argumentos que aludem à presunção de contrato de trabalho das amas de creche familiar com as respetivas IPSS, tal como definido no art.º 12º do Código do Trabalho:

a) Procedimentos de seleção e formação de amas

· As amas estão sujeitas a processo de seleção, período experimental (n.º 3 do art.º 7º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro) e formação inicial e contínua no

decorrer do exercício da atividade (art.º 7º do DLR n.º 18/2016/A).

b) Regime de prestação serviço

· O atual regime jurídico das amas em exercício da atividade no âmbito de resposta da segurança social prevê a celebração de contrato de prestação de serviço das amas com as IPSS de enquadramento (creche familiar), ficando assim as profissionais abrangidas pelo regime de trabalho independente. Não obstante a natureza do vínculo de prestação de serviços, as amas ficam sujeitas à relação de exclusividade com a respetiva entidade enquadradora, ao cumprimento dos procedimentos, orientações, funcionamento, organização e Regulamento Interno da valência Creche Familiar da IPSS que integram e, por sua vez, das diretivas técnicas que sobre esta atividade sejam emanadas pelo organismo regional competente em matéria de ação social.

c) Retribuição mensal

· O Despacho Normativo n.º 21/2017 de 23 de junho estabelece o valor atualmente em vigor da retribuição mensal devida às amas, a que se refere o art.º 31º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro, e o complemento de acolhimento aplicável. O pagamento da referida retribuição mensal é assegurado pela instituição enquadradora (creche familiar), de acordo com a alínea d) do n.º 1 do art.º 36º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro. Ora, este facto determina um pagamento, com periodicidade e valor (por ano letivo) fixos, por contrapartida da atividade desenvolvida, em proporção ao número de crianças inscritas e selecionadas pela Instituição. Os valores a auferir pela ama são reduzidos em proporção, caso haja desistência de crianças e pelo período de não preenchimento da vaga, situação não imputável à ama.

· A atribuição dos subsídios para reforço da alimentação e de alimentação previstos, respetivamente, nos n.ºs 4 e 5 do Despacho Normativo n.º 21/2017 de 23 de junho, bem como a atribuição de complemento de acolhimento, quando o número de crianças inscritas não permita o acolhimento de mais de duas crianças

(n.º 2 do art.º 2º do mesmo Despacho Normativo), dependem de parecer favorável do organismo competente em matéria de ação social, não constituindo direitos diretos das amas.

- O pagamento das participações pela família, pela utilização do serviço prestado pela ama, é efetuado na instituição de enquadramento e nunca diretamente à ama prestadora do serviço (n.º 2 do art.º 12º da portaria n.º 45/2017 de 23 de junho).

- Refira-se que os valores fixados de rendimento das amas, considerando a integração do número máximo de crianças aplicável legalmente, determina uma retribuição anual líquida abaixo do valor anual líquido recebido por um trabalhador a auferir a Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) na R.A.A, na medida em que as amas apenas recebem 12 meses anuais de retribuição por serem trabalhadoras independentes. Note-se que é considerada uma redução da remuneração em caso de não se efetivar o acolhimento de crianças, por motivos não imputáveis à ama (art.º 32º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro).

- A ama fica obrigatoriamente enquadrada pelo regime contributivo fiscal e de segurança social dos trabalhadores independentes (art.º 48º e 49º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro). O atual enquadramento trimestral em matéria de segurança social é desajustado à realidade das amas e acarreta potencial dano para as próprias, na medida em que, por exemplo, em situação de desistência de crianças, a ama assume a mesma contribuição para a segurança social, mesmo não auferindo a totalidade dos rendimentos, até que entre em vigor o novo enquadramento trimestral. No final da carreira contributiva, por terem o enquadramento de trabalhadoras independentes, verificam-se muito baixos valores de reforma.

- Importa ressaltar que o valor da retribuição mensal aplicável às amas não é alterado na R.A.A. desde 2007, contrariamente ao que se tem verificado com o RMMG. O valor da retribuição mensal definido no Despacho normativo n.º

57/2007 de 20 de dezembro, revogado no n.º 6º do Despacho Normativo n.º 21/2017 de 23 de junho, mantém-se inalterado no despacho normativo em vigor, correspondendo, desde 2007, a 183.96 euros por criança.

Todos os aspetos mencionados no atual ponto, concorrem para uma situação de precariedade, desproteção e desigualdade social deste grupo profissional.

d) Interrupção anual remunerada

· O art.º 35º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro, determina o direito da ama à interrupção da atividade com a duração de 22 dias úteis anuais, seguidos ou interpolados, bem como o direito ao pagamento da respetiva retribuição mensal, durante o referido período de interrupção da atividade.

e) Instalações

· A atividade das amas de creche familiar é exercida pelas mesmas nas suas respetivas residências, sendo a instituição de enquadramento a assumir a celebração de contrato de seguro que cobre os acidentes pessoais das crianças, de acordo com a alínea b) do art.º 19º e da alínea g) do art.º 36º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro;

f) Acompanhamento da entidade enquadradora

· As amas, no âmbito das suas funções, nomeadamente de desenvolvimento de atividades socioeducativas com as crianças, dependem do apoio técnico sistemático por parte das educadoras de infância (ou quadros técnicos equivalentes, conforme previsto no n.º 1 do art.º 40º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro) dos quadros de pessoal da instituição enquadradora, cujas funções estão associadas à valência creche familiar (alínea e) do art.º 36º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro). No contexto desse apoio, a educadora de referência da ama procede, designadamente, à definição, execução e avaliação do projeto pedagógico das crianças, à organização do tempo e rotinas das crianças, à organização dos espaços (art.º 40º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro), à organização e planificação semanal das atividades socioeducativas desenvolvidas

pela ama, à entrega/fornecimento de material e equipamento indispensável à prossecução das atividades (ex. lápis, tintas, papel, cartolina, puzzles, berços, catres, etc.), a visitas ao domicílio da ama, à participação em atividades desenvolvidas com as crianças, ao acompanhamento ao processo educativo das crianças, à avaliação da aquisição de competências pelas mesmas, ao apoio técnico e supervisão do desempenho da ama, à articulação regular com as famílias, à recolha de registos biográficos e de presenças das crianças e das amas, entre outros. Conforme determina o n.º 2 do art.º 26º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro, compete, ainda, à instituição enquadradora das creches familiares proceder ao acompanhamento e controlo da qualidade do serviço prestado pela ama; à avaliação da adequação, em termos quantitativos e qualitativos, do material e equipamento disponíveis; à monitorização e avaliação do desempenho das amas; à promoção da articulação entre as várias amas enquadradas na respetiva creche familiar, com o objetivo de garantir a troca de práticas e experiências; bem como a gestão de todo o processo de admissão e seleção das crianças a integrar em creche familiar (art.º 20º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro e art.º 5º da Portaria n.º 45/2017 de 23 de junho).

· As IPSS com creches familiares funcionam como serviços de apoio às amas. As creches familiares dispõem de uma equipa de enquadramento com valências de apoio administrativo, técnico, físico e logístico às amas, estando inclusive legalmente previsto o apoio através de instalações com gabinete e arrecadação para armazenamento de material e apoio no fornecimento de refeições e tratamento de roupas (art.º 39º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro). Todos os recursos humanos técnicos, administrativos e de apoio acima referidos (ex. educadoras de infância, pessoal administrativo), estão vinculados por contrato de trabalho às IPSS, nos termos da legislação em vigor, com a exceção das amas.

· A implantação de creches familiares, ou seja, o acesso de candidatos à atividade de ama depende, designadamente, da existência IPSS que tenham as condições

necessárias para funcionarem como serviço de apoio (alínea a) do art.º 37º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro).

- As instituições enquadradoras promovem formação para as amas de creche familiar.

- As amas desenvolvem as suas funções com total respeito e observância pelo Regulamento Interno de funcionamento da Resposta Social de Creche Familiar, das respetivas Instituições que as enquadram.

g) Horário de trabalho

- As amas exercem as suas funções de segunda a sexta-feira, com a duração diária de acolhimento da criança não inferior a 4 horas nem superior a 12 horas (n.º 1 do art.º 23º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro), com descanso semanal ao Sábado, Domingos e suspensão da atividade nos feriados.

h) Procedimento de inscrição de crianças

- A inscrição das crianças a colocar em ama é efetuada pelos pais na Instituição de enquadramento de que depende a ama (n.º 3 do art.º 20º do DLR n.º 18/2016/A de 29 de setembro), a qual procede à seleção, organização e gestão de todo o processo de admissão das crianças e à sua colocação em ama. A equipa técnica de apoio à ama procede a entrevista com os requerentes do serviço de creche familiar, com o objetivo de concretizar o processo de admissão. A Instituição disponibiliza à ama a ficha de admissão (processo individual) da criança e todos os documentos associados à sua frequência (ex. folha de presenças).

i) Faltas e impedimentos das amas

- As amas registam a sua presença diariamente e entregam o documento referente a este registo à Instituição de enquadramento no final de cada mês.

- Sempre que se verifiquem ausências ou impedimentos da ama, a creche familiar (IPSS) assegura o acolhimento da criança, ou através do apoio pontual do técnico da IPSS que se desloca ao domicílio da ama para prestação de cuidados às crianças por um período reduzido de ausência da ama (ex. educador de infância de

referência da ama), ou da colocação das crianças ao cuidado temporário de outra ama que integre a mesma creche familiar, deslocando-se nesse caso a criança para o domicílio da nova ama.

· Os dias pagos à ama são os que efetivamente estiver ao serviço, sendo descontadas, no valor pago mensalmente, eventuais faltas por ausência ou impedimento.

Desde há anos que as amas reclamam a integração nos quadros das instituições de enquadramento, melhores condições de estabilidade na profissão e maior proteção social, tendo os últimos manifestos formais dirigidos a entidades competentes em matéria de solidariedade social sido apresentados em julho de 2020 e janeiro de 2022. No continente português, observa-se um longo processo de contestação à situação das amas, que culminou na abertura de procedimentos concursais e contratos de trabalho efetivos no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).

Assim, nos termos constitucionais aplicáveis, os signatários apresentam à Assembleia Legislativa Regional o pedido de alteração do regime jurídico das amas integradas em creche familiar, bem como a regulamentação da carreira de ama na R.A.A., que deverá passar a ter o respetivo enquadramento profissional previsto em sede de contratação coletiva de trabalho. Os signatários vêm, ainda, solicitar à Assembleia Legislativa Regional a adoção das medidas necessárias com vista à promoção de vínculos laborais estáveis das amas integradas em creche familiar, através da sua integração nos quadros das IPSS que as enquadram ou da sua integração nos quadros da administração pública regional, à semelhança do sucedido no continente português. O vínculo a um contrato de trabalho representa para este grupo profissional o acesso a direitos laborais fundamentais e à proteção social correspondente. Estas alterações são urgentes e prioritárias na R.A.A. e permitirão reconhecer o valor estratégico que as amas acrescentam às respostas sociais na área da infância, com impactos importantes no maior acesso à profissão,

na dignificação da atividade, na vida e no trabalho destas profissionais, bem como na redução dos riscos psicossociais que este grupo profissional está exposto”.

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder às audições da cidadã Mafalda da Luz da Silva Fernandes, na qualidade de primeira peticionária, da URMA - União Regional das Misericórdias dos Açores , da URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social e do Vice-Presidente do Governo Regional, bem como solicitar pareceres escritos às seguintes entidades: SINTAP, Lar das Criancinhas da Horta, Centro Paroquial e Social da Fajã de Baixo, Centro de Bem Estar João XXIII, Casa Bernardo Estrela e à Casa do Povo de Porto Judeu.

As audições da primeira peticionária, a cidadã Mafalda da Luz da Silva Fernandes, e da URMA - União Regional das Misericórdias dos Açores decorreram no dia 7 de junho, pelas 10h30 e 11h30, respetivamente; as audições da URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social e do Vice-Presidente do Governo Regional decorreram no dia 17 de junho, pelas 10h00 e 11h15, respetivamente.

- **Audição da primeira peticionária, cidadã Mafalda da Luz da Silva Fernandes:**

A peticionária, Mafalda Fernandes, começou a sua intervenção referindo que a carreira das amas não se encontra regulamentada em sede de contratação coletiva de trabalho, o que impede estas profissionais acederem a um vínculo de trabalho estável. Por tal, solicitam a integração destas trabalhadoras nos quadros das IPSS que as enquadram.

Segundo a peticionária, o regime jurídico determina que sejam trabalhadores independentes, mas têm contrato de prestação de serviços com uma instituição. Desde 2007, não é alterada a retribuição, ao contrário do que acontece com a retribuição mínima mensal garantida, que, no momento atual, é já superior ao auferido pelas amas. Para além disso, a instituição que as enquadra dá-lhes todo o apoio ao nível do acompanhamento, formação, disponibilização de equipamentos, do plano de atividades a desenvolver, faz a avaliação do seu desempenho e controla a assiduidade das amas e das crianças, portanto a instituição de enquadramento tem um papel de entidade empregadora. É nesta sequência que estas trabalhadoras reclamam melhores condições e maior proteção social. Algumas amas temem não ter crianças inscritas para o próximo ano letivo, porque as famílias podem optar por uma creche que neste momento é gratuita até ao 13.º escalão.

Aberta a primeira ronda de questões, a deputada Nídia Inácio (PSD) pediu a palavra para questionar a peticionária se alguma vez as amas foram auscultadas para contribuírem com aportes para o Decreto Legislativo Regional 18/2016/A de 29 de setembro ou se o grupo de amas emitiu parecer à proposta de Decreto enquanto a mesma esteve em consulta pública, tendo sido informada que tal nunca aconteceu e que estas profissionais já lutam há anos por mais direitos, mas nunca obtiveram uma resposta positiva.

Numa segunda ronda, inscreveu-se a deputada Alexandra Manes (BE) que perguntou se as amas já tinham tentado reunir na Segurança Social e que respostas tinha aquela instituição dado face às reivindicações apresentadas.

Em resposta, a peticionária explicou que foi feita uma exposição à Segurança Social, em janeiro, mas que não houve resposta. Relembrou que estas profissionais já reivindicam mais direitos há anos, mas sempre sem sucesso, pelo

que agora os pais e encarregados de educação elaboraram a presente petição para ajudarem as amas a atingirem os seus objetivos.

Na terceira e última ronda, a deputada Célia Pereira (PS) referiu que no Decreto Legislativo Regional 18/2016/A de 29 de setembro as amas são consideradas profissionais autónomas. Neste seguimento, quis confirmar se o principal objetivo seria que as amas passassem de um regime de prestação de serviços para um vínculo laboral diferente, mais estável, tendo as peticionárias confirmado esta intenção.

Já a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou se a petição estava articulada com as restantes amas, tendo recebido resposta afirmativa.

A terminar, a deputada Nídia Inácio (PSD) questionou a peticionária em relação a outras exposições formais apresentadas pelas amas e, a haver documentos neste sentido, se podiam ser facultadas as cópias dos mesmos, ao que foi esclarecida que fariam chegar à comissão todas as exposições feitas e respetivas respostas.

- **Audição da URMA - União Regional das Misericórdias dos Açores:**

Marcou presença na audição o presidente da União Regional das Misericórdias dos Açores, Bento Barcelos, que, em resposta à questão colocada pela deputada Célia Pereira (PS) acerca do entendimento da URMA em relação à pretensão das amas, disse que o conteúdo essencial da posição requer uma resposta política.

O presidente da URMA reconheceu a legitimidade das amas nas suas reivindicações, mas lembrou que o funcionamento das creches está regulamentado no quadro legislativo e tem um projeto pedagógico e planos de ação aprovados. Estas questões não acontecem nas ditas creches familiares.

Em réplica, a deputada socialista retomou a palavra para questionar se é entendimento das Misericórdias que o Decreto Legislativo Regional 18/2016/A de 29 de setembro possa sofrer alterações para que a integração das amas passe a ser uma realidade, desde que haja lugar ao financiamento do Governo Regional às IPSS. À questão colocada, o presidente da URMA considerou que não se deve alterar a legislação em vigor e que a medida proposta carece de maior estudo, de forma a averiguar o impacto que a mesma pode vir a ter.

Seguidamente, interveio a deputada Nídia Inácio (PSD) para questionar se alguma vez a URMA tinha sido contactada, de 2016 até ao presente, para se encontrar uma solução exequível para as amas, tendo a resposta sido negativa. O presidente da URMA acrescentou que o Decreto Legislativo Regional 18/2016/A de 29 de setembro tem um grande pendor de apoio ao empreendedorismo, ao autoemprego, estando em consonância com a realidade atual, pelo que pode ser reapreciado, mas não nos moldes solicitados.

Na segunda ronda, pediu a palavra a deputada Alexandra Manes (BE) que perguntou se a URMA considerava que as reivindicações das petionárias poderiam ser acolhidas caso a medida fosse acompanhada de um envelope financeiro por parte do Governo Regional. Perguntou, ainda, se a integração destas profissionais nas IPSS não poderia ser considerada injusta por comparação aos restantes trabalhadores que se sujeitam a um processo concursal.

O presidente Bento Barcelos respondeu que não se trata somente do aumento de financiamento, mas da filosofia de atuação e do enquadramento funcional da valência que se diferencia dos alicerces do regime jurídico da prestação de serviços como amas.

O presidente da URMA lembrou que as exigências colocadas às equipas pedagógicas estão num primado de trabalho de qualidade, pelo que são duas

realidades distintas. As creches oferecem um ambiente que permite a socialização e o crescimento harmónico da criança e são cada vez mais conhecidos os benefícios de as crianças frequentarem estes espaços, onde encontram profissionais qualificados para os acompanharem, daí que a decisão de admissão direta das amas tenha de ser bem ponderada, para não serem criadas injustiças.

- **Audição da URIPSSA – União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social:**

O presidente da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, João Canedo, começou por referir que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) é que devem decidir se as amas são ou não integradas nos seus quadros, não o Governo Regional. Concorda, porém, que deve haver um acerto da carreira das amas, uma vez que, desde 2007, não é atualizado o valor padrão, uma questão da responsabilidade da URIPSSA e URMA, daí este assunto já constar da agenda para as próximas reuniões.

Na ótica da URIPSSA, as amas devem continuar a trabalhar como prestadoras de serviço, mas reconhece que têm a sua ação dificultada pela decisão do Governo em isentar as famílias do pagamento de creches até ao 13.º escalão.

Aberta a primeira ronda de questões, pediu a palavra a deputada Nídia Inácio (PSD) que quis confirmar se o presidente da URIPSSA era da opinião que seria mais fácil fazer a regulação dos valores a atribuir às amas do que proceder à integração das mesmas nos quadros das IPSS. Em resposta à questão, o presidente João Canedo sublinhou que a vinculação às IPSS não pode ser feita por decreto. Assim, defendeu que no momento em que se discutir o acordo para 2022/2023 é preciso trabalhar este assunto, através da negociação dos valores a atribuir.

Seguidamente, interveio a deputada Célia Pereira (PS) que retomou um argumento apresentado pelas petionárias – o facto de as IPSS fazerem todo o

acompanhamento do trabalho das amas – para questionar se este modelo de atuação não era uma forma de garantir que a prestação de serviços cumpriria padrões de qualidade.

O presidente João Canedo esclareceu que as IPSS têm o dever de fazer este acompanhamento, fiscalização e apoio, por se tratar de uma prestação de serviço à instituição, mas é um acompanhamento diferente daquele que é feito nas creches, por serem âmbitos diferentes.

- **Audição do Vice-Presidente do Governo Regional:**

O vice-presidente, que tutela a Solidariedade Social, considerou que as amas são uma “boa resposta”, que é um serviço “complementar” à oferta das instituições. Reconheceu, contudo, a necessidade “de rever alguns aspetos” da atividade de ama. “Quando as amas têm quatro crianças, se perdem uma criança, perdem logo o valor respetivo dessa criança, mesmo que não sejam por razões imputadas a ela. Nós achamos que isso não é justo e também vamos corrigir esse aspeto”, acrescentou.

Neste sentido, o vice-presidente do Governo dos Açores, Artur Lima, revelou que as famílias que tenham crianças em amas vão ficar isentas do pagamento da mensalidade, uma medida que vai constar do Plano e Orçamento da região para 2023.

Terminou a referir que não concorda que as amas sejam integradas nas instituições, porque assim perde-se a capacidade de empreendedorismo e autoemprego, aspetos que são, no fundo, o âmago do que está legislado acerca desta matéria.

Por fim, a Comissão de Assuntos Sociais rececionou os pareceres escritos abaixo referenciados:

- SINTAP

- Lar das Criancinhas da Horta
- Centro de Bem Estar Social João XXIII
- Centro de Apoio Social e Acolhimento, Bernardo Manuel da Silveira Estrela
- Centro Social e Paroquial da Fajã de Baixo

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por um grupo de 438 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto no respetivo Regimento;
2. De acordo com os peticionários, a atual situação das amas integradas em creches familiares e o regime jurídico aplicável a esta profissão evidenciam a marcada desigualdade, desproteção e injustiça social por que estão a passar estas profissionais, pelo que reivindicam a regulamentação da carreira de ama, com o respetivo enquadramento profissional previsto em sede de contratação coletiva de trabalho, e a promoção de vínculos laborais estáveis das amas em exercício da atividade no âmbito de uma Instituição Particular de Solidariedade Social de enquadramento, através da sua integração nos quadros das respetivas IPSS ou da sua integração nos quadros da administração pública regional;
3. As pretensões dos peticionários não são acompanhadas pelas entidades ouvidas em comissão, embora estas reconheçam a necessidade de se proceder a um acerto da carreira das amas;

4. É entendimento da URIPSSA que se atualize o valor padrão pago às amas, dado que não é atualizado desde 2007, o que leva a que estas profissionais estejam a auferir, segundo as mesmas, um valor inferior à retribuição mínima mensal garantida;
5. Para a URMA, as amas não devem ser integradas nas instituições, uma vez que as valências de creche têm uma filosofia de atuação e um enquadramento funcional que se diferencia dos alicerces do regime jurídico da prestação de serviços como amas. Para além disso, a admissão direta destas trabalhadoras poderia criar injustiças por comparação aos restantes trabalhadores que se sujeitam a um processo concursal;
6. As entidades ouvidas em comissão sublinharam, igualmente, que a integração das amas nas instituições faria com que se desvirtuasse o que está legislado acerca desta matéria e que se encontra plasmado no Decreto Legislativo Regional 18/2016/A de 29 de setembro, mais concretamente a capacidade de empreendedorismo e autoemprego, dado que o regime jurídico determina que as amas sejam trabalhadoras independentes;
7. O vice-presidente considerou que as amas são uma boa resposta e que é um serviço “complementar” à oferta das instituições, tendo reconhecido, contudo, a necessidade de rever alguns aspetos desta atividade. O mesmo anunciou, no decorrer da audição, que as famílias com crianças em amas vão, também, ficar isentas de mensalidade, sendo esta uma medida que irá constar do Plano e Orçamento da Região para 2023.
8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como às entidades ouvidas em comissão e ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Ponta Delgada, 29 de junho de 2022

A Relatora, Délia Melo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Joaquim Machado

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o relatório. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva. Faça favor.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários pela apresentação da petição, nomeadamente a primeira signatária, a Sra. Mafalda Fernandes, pois sem dúvida que iniciativas como esta são um importante contributo para uma sociedade dinâmica, ativa e mais próxima dos representantes eleitos.

Esta petição, com diversas reivindicações de alguns anos, apela à regulamentação da carreira de ama, com respetivo enquadramento profissional previsto em sede de contratação coletiva de trabalho, e a promoção de vínculos laborais estáveis das amas em exercício da atividade no âmbito de uma IPSS, por via da sua integração nos quadros das respetivas IPSS ou nos quadros da administração pública regional, reivindicações legítimas.

Contudo, não nos podemos esquecer que estamos a falar de duas realidades distintas, uma coisa são as creches integradas nas IPSS, outra são as creches familiares, os próprios encarregados de educação na sua opção onde colocar as crianças num ou em outro regime procuram realidades diferentes.

Reconhecendo a medida do Governo Regional em isentar as famílias do pagamento das creches até ao 13.º escalão poderá ter trazido algumas dificuldades, foi com agrado que vimos a medida prevista anunciada em sede de comissão pelo Sr. Vice-Presidente, que o Plano e Orçamento para 2023 irá alargar

a isenção às famílias que tem as crianças em amas.

O Grupo Parlamentar do CDS reconhece que as amas são uma boa resposta no que concerne no apoio à infância, num ambiente mais familiar e personalizado, representando uma complementaridade nas respostas disponíveis pelas instituições nos cuidados de apoio à infância.

Estando certos que o Governo irá rever alguns aspetos desta tão importante atividade, não esquecendo que o que esteve na base na regulamentação do exercício da atividade de amas e do seu enquadramento em creches familiares foi fomentar a capacidade empreendedora e a criação do autoemprego e tal não deve ser desvirtuado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Célia Pereira, faça favor, tem a palavra.

Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários sublinhando que o recurso à figura da Petição, consagrado na Constituição da República Portuguesa, constitui inequivocamente uma via à proximidade entre os cidadãos e os órgãos de soberania ou de governo próprio que os representam. Constitui, portanto, uma das muitas vias que respondem ao desafio do estreitar a proximidade e diálogo entre cidadãos e governantes, no quadro daquele que é o salutar exercício da praxis da democracia. A Petição em apreciação emerge no quadro que a reinterpretção do desempenho da atividade de ama no contexto atual possibilita equacionar.

Tratar-se-á, talvez, do evoluir mais recente daquela que é, consensualmente, considerada uma atividade autónoma, secular. Uma atividade a quem a literatura e o imaginário, tantas e tantas vezes, como reconhecimento e elogio dedicam

tantas páginas e tantas obras.

Uma atividade merecedora do mais elevado reconhecimento e respeito.

Uma atividade que, quer por vontade própria de quem a exerce quer por imperativo legal, evoluiu e nesse processo procurou adaptar-se aos desafios do cuidar e dos desafios do educar.

Uma evolução que o legislador procurou fomentar e liderar face à necessidade de garantir a qualidade dos serviços prestados, nomeadamente do ponto de vista técnico-pedagógico em alinhamento com os referenciais de aprendizagem e desenvolvimento psicossocial e cognitivo das crianças.

Foi também este o caminho percorrido na Região Autónoma dos Açores correspondendo à necessidade de garantir a regulamentação, certificação e qualidade dos serviços prestados no exercício desta atividade.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Isso é falso!

A Oradora: E, portanto, através do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2001/A, de 9 de novembro e da Portaria n.º 88/2002, de 12 de setembro, foi criado na Região o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de ama, no âmbito das respostas da segurança social, e o seu enquadramento em creches familiares.

Com o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro, o legislador foi mais além e procurou estabelecer um regime jurídico universal e transversal a toda a atividade das amas enquanto resposta social, incluindo a regulação do exercício da atividade de ama a título privado.

Assim, este novo regime veio, por um lado, possibilitar a extensão dos serviços de ama, como resposta às famílias com necessidades de apoio que não se coadunem com as demais respostas sociais. E, por outro lado, constitui-se como instrumento de conciliação das políticas sociais com as políticas de emprego, e de autoemprego, uma vez que esta tipologia de serviço, tanto potencia o emprego como permite a conciliação com a vida familiar.

É importante sublinhar que este diploma é aplicável, quer a quem pretenda exercer

a atividade de ama no âmbito de uma instituição de enquadramento de amas, ou, quer a quem a pretenda exercer através da contratualização do serviço diretamente com os pais ou com quem exerça as responsabilidades parentais.

A presente Petição apresenta e cito “... o pedido de alteração do regime jurídico das amas integradas em creche familiar, bem como a regulamentação da carreira de ama na Região Autónoma dos Açores, que deverá passar a ter o respetivo enquadramento profissional previsto em sede de contratação coletiva de trabalho.”, fim de citação.

Esta Petição apela, em suma, à possibilidade de se rever o diploma que regula a carreira, quer em termos de remunerações, horários, direitos e deveres e que, tal como já aqui foi referido no âmbito da apresentação do respetivo Relatório, que sejam adotadas as medidas necessárias com vista à promoção de vínculos laborais estáveis das amas integradas em creche familiar, através da sua integração nos quadros das IPSS que as enquadram ou da sua integração nos quadros da administração pública regional a integração nos quadros das instituições de enquadramento.

Uma reivindicação legítima que apesar do seu bom acolhimento em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, nomeadamente no âmbito das audições e pareceres emitidos, não granjeou, todavia, consenso na sua apreciação.

O anterior Governo fez o mais difícil, que foi dar forma e conteúdo jurídico a uma profissão que sempre trabalhou na clandestinidade. Os tempos evoluem, as exigências também pelo que essa reflexão se impõe e é necessária, competindo ao Governo em funções reunir com o setor e com as suas representantes e promover uma reflexão mais apurada e em sede própria, dada a complexidade e questões que esta matéria suscita.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar as peticionárias, em nome da primeira peticionária, a Sra. Mafalda da Luz Silva Fernandes, pelo seu ato de participação cívica e pelo problema e conjunto de questões e de reivindicações que trazem a este Parlamento, no exercício de importante participação cívica pelo conjunto de cidadãos, como é o exercício do direito de petição.

Aquilo que as amas integradas em creche familiar pedem com esta petição é da mais elementar justiça. Falamos de várias dezenas de pessoas que se encontram numa situação de precariedade laboral, auferindo, muitas vezes, abaixo da remuneração mínima mensal garantida.

As suas reivindicações por melhores condições laborais, por estabilidade, são justas. Como são justas as de quaisquer trabalhadores que se veem em situação precária, com baixos salários, com incerteza nas suas vidas.

A inação e a resistência em querer resolver esta situação contribui para que esta profissão seja pouco atrativa e desmotivante. E ela é, esta atividade, uma atividade essencial para o acompanhamento de muitas crianças e para o apoio às famílias.

No âmbito das audições em Comissão sobre esta petição, o Governo, através do Sr. Vice-Presidente, afirmou que as amas corporizam uma resposta social individual e personalizada, que a sociedade em geral não pode abdicar e que existem muitas crianças em lista de espera para resposta social em creche familiar.

No entanto, as soluções apresentadas não são mais do que remendos, como é o caso do aumento da retribuição mensal que já não é alterado desde 2007 e a isenção do pagamento da mensalidade, que é uma medida que repõe justiça a algo que foi negligenciado pelo Governo na altura em que se aprovou a isenção do pagamento da mensalidade de creche até ao 13.º escalão.

A ideia também deixada pelo Governo e que transmite a ideia do salve-se quem puder, com a intenção pelo empreendedorismo, o autoemprego, demonstra que as

palavras não acompanham as ações. Por um lado, afirma-se que não se pode abdicar destas trabalhadoras. Por outro, defende-se a manutenção da sua precariedade.

É inadmissível a situação de amas que durante um trimestre tiveram quatro crianças e que numa infelicidade, se virem reduzido o número de crianças para uma, veem o seu rendimento trimestral seguinte ser reduzido a um pouco mais de meia centena de euros. Como é que pode ser esta uma situação aceitável?

São estas, entre outras, as situações que desincentivam e não permitem o alargamento e a dignificação desta profissão.

Não podemos continuar a assistir à situação de precariedade destas trabalhadoras, cuja realidade laboral pressuporia a existência de um contrato de trabalho por conta de outrem.

A nível nacional, esta situação foi colmatada com a abertura de procedimentos concursais e contratos de trabalho efetivos no âmbito do programa especial de regularização de trabalhadores precários na Administração Pública, o denominado PREVPAP. O Bloco de Esquerda, na República, defendeu esta solução. E recorde-se que, nos Açores, apresentamos, em 2019, uma adaptação deste mesmo regime, o PREVPAP, nos Açores, que previa a integração imediata dos trabalhadores para os quadros da Administração Pública, proposta essa que foi rejeitada pelo Partido Socialista e pelo PSD.

O Bloco de Esquerda entende que esta teria sido, à data, a melhor solução, porque era a forma de regularizar todas as situações de precariedade na Administração Pública sem efetivamente deixar ninguém para trás. Passados três anos, este é mais um exemplo do resultado de falta de vontade política para resolver problemas, muitos deles, como este, antigos.

Não aceitamos, nem podemos aceitar, nem aceitaremos esta inação que permite que estas amas trabalhem até 12 horas por dia, auferindo baixos rendimentos, injustamente enquadradas como trabalhadores independentes, não lhes sendo

conferidos os mesmos direitos que os trabalhadores por conta de outrem têm. Trabalhadores independentes são os precários dos nossos dias.

Por tudo isto, mais do que remendos, precisamos, sim, de soluções estruturais, como pedem as peticionárias, que alterem esta situação e que confirmem estabilidade laboral, estabilidade à vida destas peticionárias.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves. Faça favor.

(*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM saúda os peticionários na pessoa da primeira peticionária, a Sra. Mafalda da Luz Fernandes, pela sua participação cívica através desta petição.

O assunto que nos traz a presente petição alude para a criação de condições de acesso a contratos de trabalho e regulamentação da carreira das amas enquadradas no âmbito das respostas da Segurança Social, designadas creches familiares.

No nosso entender, através do relatório e parecer da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, poderemos retirar uma conclusão assertiva da situação em análise, isto é, as amas prestam um bom serviço complementar à oferta existente nas instituições e a sua carreira deverá ser alvo de um acerto, na medida em que o valor padrão não é atualizado desde 2007.

Não obstante o reconhecimento da legitimidade por parte das mesmas nas suas reivindicações, no nosso entender, o funcionamento das creches está regulamentado no quadro legislativo com um projeto e plano de ação aprovados, o que não acontece no caso das creches familiares.

Por outro lado, não concordamos que as amas sejam integradas nas instituições, porque isso fará com que, e passando a citar o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que tutela a Solidariedade Social, “assim perde-se a capacidade de

empreendedorismo e autoemprego, aspetos que são, no fundo, o âmago do que está legislado acerca desta matéria”.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para apreciação desta petição, a Sra. Deputada Nídia Inácio. Faça favor.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Boa tarde.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A figura da petição é uma forma de participação cívica ativa e que nos convoca a todos à reflexão sobre as necessidades e ambições dos cidadãos. Neste sentido, em nome do Grupo Parlamentar do PSD/Açores saúdo a atitude dos subscritores desta petição pela dignidade das condições de trabalho das amas integradas em regime de creche familiar.

Esta petição é resultado de uma reivindicação e necessidade de dezenas de amas, com consequência direta para as famílias que dependem deste serviço, tão crucial para o seu o bem-estar.

Durante anos, as amas não foram ouvidas, nem encontradas soluções que, de alguma forma, pudessem responder à situação de desigualdade e oferecer condições dignas a quem pretenda ser empreendedor, criando autoemprego.

Como ficou demonstrado nas várias audições e diligências tomadas pela Comissão dos Assuntos Sociais, ao contrário do que aconteceu anteriormente, o atual Governo Regional mostrou-se disponível e diligente sobre esta matéria, com o intuito de combater a precariedade vivida pelas amas.

Em audição, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional anunciou pretender alterar o Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro, por forma a reforçar o financiamento por cliente, dando resposta à necessidade de subida da retribuição como já não acontece desde 2007.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Ademais, anunciou pretender que o próximo Orçamento da Região preveja a isenção de agregados familiares abrangidos até ao 13.º escalão do pagamento de participações familiares pela frequência de amas integradas em creches familiares, colocando-as em igualdade de circunstâncias com o que já acontece nas creches.

Por conseguinte, as condições que se pretendem efetivar para as amas da Região Autónoma dos Açores, revelam o cuidado das políticas sociais deste Governo da Coligação, beneficiando as famílias, assim como quem desempenha as funções de ama, papel fulcral para vários agregados familiares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em cerca de ano e meio de vigência, este Governo tem corrigido situações diversas, sendo que na área social as medidas criadas vão ao encontro das necessidades das pessoas. Essa é a prova de um trabalho contínuo e eficaz. Estamos em cumprimento com o Programa do Governo como podemos verificar na página 23, e passo a citar: “Apoiar a criação de uma rede de respostas personalizadas de apoio à infância em termos de mini-creches e amas.” Fim de citação.

Desta forma, será assegurada a dignidade, o respeito e a melhoria das condições de trabalho que os petionários reivindicam, salvaguardando o espírito e a filosofia do regime jurídico da prestação de serviços como ama, o incentivo ao empreendedorismo e ao autoemprego.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições. Parecendo não haver, vamos então dar por apreciada esta petição.

Avançamos para o ponto 11 da nossa Agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado António Manuel Raposo Lima possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de um processo.**

O relatório foi elaborado pela Comissão competente. Foi aprovado por unanimidade. Foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados. E é no sentido de não autorizar o Sr. Deputado a prestar esse depoimento.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos colocar à votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem condições, neste momento, de avançar para o ponto 12 da nossa Agenda.

Vamos fazer um ligeiro intervalo. Penso que a proposta, segundo percebi, estava a ser subscrita agora mesmo pelos líderes. E, portanto, fazemos um intervalo de 15 minutos para completar o processo. Estamos de acordo? Então, regressamos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 15 horas e 58 minutos.

Presidente: Agradeço que reocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 17 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, creio que já terá entrado nas vossas caixas de email a proposta que é subscrita pela maioria dos líderes.

Vamos então entrar no ponto 12 da nossa Agenda: **Eleição dos Representantes da Região Autónoma dos Açores no Conselho Económico e Social.**

Regem esta matéria os artigos 173.º a 175.º do nosso Regimento. E de acordo com a Lei n.º 108/91, de 17 de agosto, integram o Conselho Económico e Social quatro representantes da Região Autónoma dos Açores, dois efetivos e dois suplentes.

No seguimento do início da nova legislatura na Assembleia da República, torna-se necessária a indicação dos representantes dessa Assembleia Legislativa, determinando a realização de nova eleição para os referidos cargos.

Em Conferência de Líderes, os representantes de todos os Grupos e Representações Parlamentares decidiram, por unanimidade, manter os representantes atuais: Professor João Teixeira, Eng.^a Anabela Borba e Professor Mário Maciel. Havendo a necessidade, infelizmente, de substituir o Sr. Frederico Maciel.

A proposta que deu entrada na Mesa preenche os requisitos formais, tem as declarações de aceitação. Assim, foram indicados os seguintes candidatos para o Conselho Económico e Social: João Carlos Aguiar Teixeira, representante efetivo; Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba, representante efetivo; Mário Jorge Belo Maciel, representante suplente; Eunice Dora Silveira Tavares de Melo, representante suplente.

Penso que estamos em condições de iniciar a votação. Peço aos nossos colaboradores a distribuição dos boletins de voto. E peço ao Sr. Secretário para verificar a urna se está conforme.

(Neste momento, foram distribuídos os boletins de voto e foi verificada a urna)

Pergunto às Sras. e Srs. Deputados se todos têm o boletim de voto e se todos já

exerceram o seu direito de voto.

Vamos iniciar a chamada para colocação dos boletins de voto na urna.

Faz favor, Sr. Secretário.

(Neste momento, procedeu-se à chamada)

Votaram 57 Sras. e Srs. Deputados. Vamos abrir a urna. Convido os Grupos e Representações Parlamentares que quiserem acompanhar a contagem dos votos a se aproximarem da Mesa.

(Neste momento, procedeu-se à contagem dos votos)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para o anúncio da votação.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Passo a apresentar o resultado da votação:

João Carlos Aguiar Teixeira, membro efetivo, 48 votos sim, 3 não e 6 votos de abstenção;

Anabela Ferreira Silveira de Borba, membro efetivo, 53 votos sim e 4 não;

Mário Jorge Belo Maciel, membro suplente, 51 votos sim, 2 não e 4 de abstenção;

Eunice Dora Silveira Tavares de Melo, membro suplente, 52 votos sim, 3 não e 2 votos de abstenção.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão, assim, eleitos os nossos representantes no Conselho Económico e Social, quer os efetivos, quer os suplentes.

Em nome do Parlamento, agradeço a disponibilidade desses quatro cidadãos para nos representarem em tão importante órgão a nível nacional.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos com o ponto 13 da nossa

Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 124/XII – “Pela previsibilidade e adequação dos recursos humanos e financeiros das Juntas de Freguesia dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para a justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS)**: Como é público, as Juntas de Freguesia dos Açores debatem-se, no momento presente, com problemas graves de falta de recursos humanos, bem como com limitados recursos financeiros para contratação de mais trabalhadores, face ao acervo de competências que, pela lei ou por contrato ou protocolo, vão assumindo para fazer face às necessidades das respetivas populações.

Este é um assunto que exige respostas céleres e efetivas. Não pode perder-se em desculpas esfarrapadas.

Estamos em pleno verão e não temos recursos nas nossas freguesias para cumprir as suas funções.

Ainda recentemente, os Presidentes das Câmaras Municipais de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Nordeste e Povoação alertaram para a necessidade de resolver esta situação, o que reforça a sua urgência.

Se parte destes problemas deriva de limitações legais decorrentes da Lei de Finanças Locais, outra decorre das opções políticas que recentemente foram assumidas na Região e que, direta ou indiretamente, influenciaram decisões e opções políticas e orçamentais dos executivos das nossas freguesias, muitos deles recém eleitos, surpreendidos pela impossibilidade de fazer concretizar muitos dos compromissos que assumiram perante as suas comunidades.

Neste particular, releva a decisão assumida pelo Governo Regional dos Açores de acabar, por mero capricho, com os programas ocupacionais nas freguesias da Região...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Capricho?!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Caprichos?! Menos uma coisinha!

A Oradora: ... sem ter acautelado qualquer alternativa para as pessoas e para as instituições.

Ora, o resultado imediato dessa decisão tem sido que as Juntas de Freguesia, na sua maioria, não estão a conseguir dar resposta aos trabalhos que antes faziam de limpeza e manutenção dos espaços públicos e ecopontos, por exemplo, mas também de transporte de crianças e idosos, trânsito, habitação, apoio social, educação, cultura e desporto, entre tantos outros serviços.

A bem de todos os açorianos, é urgente corrigir esta situação, é urgente dar respostas efetivas.

Terminar com os programas ocupacionais foi, assim, uma opção política do Governo Regional.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Isso é mentira!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Secretário, menos!

A Oradora: Mas, como todas as opções, ela devia ter sido avaliada e ponderados os seus efeitos. Neste momento, estes efeitos são preocupantes e as respostas, no mínimo, contraditórias.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Não é verdade!

A Oradora: Sr. Presidente, quando eu puder continuar...

O Governo Regional anunciou, no passado dia 07 de maio, um reforço para este ano na dotação prevista para o programa “ECO Freguesia, Freguesia Limpa”, referindo a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego que, por via disso, seria possível reforçar a capacidade financeira das Juntas de Freguesia, com o intuito de poderem recrutar recursos humanos pela via

da contratação em vez de recorrer, de forma frequente e sistemática, aos programas ocupacionais.

Ora, mesmo que não quiséssemos classificar essa solução de ilegal, que o é face à Lei de Finanças Locais, ela, como facilmente se percebe, não é exequível.

Presidente: Sra. Deputada, estamos no âmbito da justificação da urgência.

A Oradora: Eu já lá irei.

Facilmente se percebe que não é exequível, basta atender aos custos de contratação de um trabalhador pelo período de um ano, com todos os seus direitos garantidos, remuneração e prestações sociais.

Talvez por isso e pela urgência de resposta a essa situação, a 08 de junho, o Presidente do Governo dos Açores, recebendo a Delegação da ANAFRE e sem se comprometer no que às suas competências diz respeito, tenha preferido o escudo de uma futura revisão da Lei das Finanças Locais e um futuro e incerto regime de cooperação técnica e financeira com as freguesias, para promover um reforço dos meios financeiros para as freguesias no seu todo e em particular para as freguesias das Regiões Autónomas, com sobrecustos associados.

Acontece que, uma semana decorrida após essas declarações, a 14 de junho, e em resposta a um requerimento do PS, o Governo Regional...

Presidente: Sra. Deputada Sandra Dias Faria, ao abrigo do n.º 3 do artigo 91.º, eu vou ser obrigado, se a senhora não se cingir à apresentação da urgência, à justificação da urgência, a lhe retirar a palavra.

A Oradora: Então, vou reformular.

Mais uma vez, dando como certa a urgência em dar resposta às Juntas de Freguesia pelo momento que atravessam muitas delas, correndo o risco de ficar sem recursos humanos para cumprir a sua missão, tal como já vem acontecendo nas escolas dos Açores, o Governo teve pressa. E, com essa pressa, abandonou as Juntas de Freguesia dos Açores e os seus trabalhadores à sua sorte.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: A bem de todos os açorianos, é urgente corrigir esta situação, é urgente dar respostas efetivas.

O facto é que não se vislumbra qualquer medida imediata, concreta e real a ser tomada pelo Governo Regional para ajudar as Juntas de Freguesia a solucionar estes problemas. Daqui o facto de entendermos que este Projeto de Resolução se traduz como urgente e fundamental para dar respostas às nossas Juntas de Freguesia. Assim, o exemplo daquilo que são os contratos interadministrativos entre os Municípios e as Juntas de Freguesia celebrados no espaço temporal de um mandato, torna-se crucial assegurar uma previsibilidade e estabilidade financeira e contratual nas relações de cooperação entre o Governo e as Juntas de Freguesia.

Reconhecendo esta urgência, o Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe à Assembleia da Região Autónoma dos Açores que recomende ao Governo Regional dos Açores a promoção da alteração da vigência dos acordos entre as Juntas e o Governo, no sentido de lhes dar maior previsibilidade, promover a alteração da participação financeira também entre essas entidades, no sentido de lhes dar maior sustentabilidade financeira, e proceder à prorrogação urgente e extraordinária pelo praxo máximo de 12 meses da afetação às Juntas de Freguesia da Região dos trabalhadores que estiveram ou estejam abrangidos por programas de inserção profissional nos últimos 6 meses, por forma a dar-lhes capacidade de resposta técnica para cumprir as suas competências.

Acresce a tudo isso, ao que atrás foi dito, que esta prorrogação urgente e extraordinária dos programas ocupacionais impõe-se, em consonância com aquilo que foi anunciado na passada semana pela Sra. Secretária da Educação e Assuntos Sociais, no que concerne aos assistentes operacionais das escolas da Região.

Não reconhecer a urgência que se impõe em atender a esta realidade é fazer perigar o trabalho de proximidade realizado pelas autarquias locais junto das suas populações.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Não reconhecer a urgência que se impõe em atender a esta realidade é virar as costas aos açorianos.

Quem hoje não reconhecer esta urgência, ficará com o ónus das consequências que se fazem sentir um pouco por todas as freguesias e que tendem em intensificar-se.

Ficará com o ónus sempre que uma Junta de Freguesia falhar na resposta à sua comunidade por falta de recursos.

Ficará com o ónus da falta de manutenção dos espaços públicos, que ameaça a imagem dos Açores enquanto cartaz turístico. As imagens magníficas das nossas ilhas, que circulam por tudo o mundo serão contrariadas por imagens ao vivo de desleixo e de abandono.

Ficará com o ónus das consequências nefastas que a falta de manutenção de infraestruturas em espaços, como sejam ribeiras, orla marítima, bacias de retenção, sumidouros e bermas, representa para as nossas freguesias.

E porque no centro da nossa ação estão sempre as pessoas, quem hoje não reconhecer essa urgência, ficará com o ónus de deixar os açorianos para trás.

O ónus ficará...

(Neste momento, foi retirada a palavra à Deputada Sandra Faria)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sra. Deputada Sandra Dias Faria, eu não esperava um desrespeito pela Mesa como aquele que a senhora acabou de fazer neste Parlamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A senhora apresentou a iniciativa, inclusivamente leu os pontos resolutivos da iniciativa. Eu não sei, quando chegar à vez da apresentação, o que fará V. Exa.

E não esperava isso de si, muito sinceramente. Não esperava isso de si.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, tinha pedido a palavra para...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faz favor, Sra. Deputada. Tem a palavra.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra antes do Sr. Presidente dizer o que acabou de dizer. E, obviamente, agradeço-lhe, porque a não justificação desta urgência e a utilização desta figura regimental para falar da própria iniciativa é, por si só, mesmo uma grande falta de respeito.

Mas para que as pessoas fiquem elucidadas, a justificação da urgência, no ofício do Partido Socialista, diz...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma interpelação ou uma intervenção?

A Oradora: Já que não fez a justificação da urgência, faço eu. O diz é: “Declaração da urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução em epígrafe: considerando a clareza de objetivos da iniciativa, a sua natureza, oportunidade e o próprio objeto...”

Pois, eu percebo, Sr. Presidente, que a Sra. Deputada Sandra Dias Faria tenha que ter ido à tribuna fazer política, porque isto não diz nada.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tinha pedido a palavra para...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Prescinde.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, pede a palavra para...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar não teve, por meio da Sra. Deputada Sandra Dias Faria, o propósito de desrespeitar o Sr. Presidente da Assembleia, longe disso, e desrespeitar os colegas.

Agora, eu penso que aquilo que nos rege a propósito da deliberação desta urgência é o artigo 146.º, n.º 2. E agradecia que o Sr. Presidente o confirmasse.

E, sendo assim, a justificação da urgência é um momento importante, ou seja, estamos a adotar um procedimento excecional àquele que é habitual. E entendeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela voz da Sra. Deputada Sandra Dias Faria, que o assunto é de importância e que justificá-lo é um passo importante nesse processo, que estamos a colocar aos demais Grupos e Representações Parlamentares a deliberação de um processo excecional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Toda a gente percebeu o que é que se passou!

A Oradora: E, portanto, justificá-lo também de forma excecional.

Sr. Presidente, eu própria, no passado período legislativo, tive oportunidade também de justificar uma urgência aqui nesta Assembleia. Fi-lo como na altura entendi que se justificava. Também fui à tribuna, também usei do tempo que me está atribuído.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Mas não foi dessa maneira.

A Oradora: E também eu própria, porque entendi que se tratava de um momento importante, utilizei, inclusivamente, partes do próprio projeto.

Portanto, Sr. Presidente, estou a interpelar a Mesa no sentido de justificar a forma e o modo utilizado pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria para justificação desta urgência.

Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Não está em causa, naturalmente, o local onde a Sra. Deputada utilizou para fazer a justificação da urgência. Está, sim, em causa a justificação da urgência ou a apresentação da urgência. O que a Mesa entende, o que o Presidente desta Mesa entende é que foi feita a apresentação da iniciativa e não da sua urgência.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas isso em parte nenhuma está dito, a forma, os termos!

Presidente: Tem a palavra, para participar na justificação da urgência, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os autarcas de freguesia são a linha da frente da política portuguesa, não mereciam tal espetáculo. Não mereciam mesmo.

É facto que os autarcas de freguesia precisam de ser acarinhados com mão de obra para resolverem os problemas, nomeadamente os problemas que os autarcas municipais criam nessas freguesias, com delegações de competências sem lhes dar os meios técnicos, os meios humanos e os meios financeiros para eles executarem essas competências.

Mas isso é uma responsabilidade que é do PSD e do Partido Socialista, que governam esse país alternadamente desde 1975 e que tiveram sempre de costas voltadas para os autarcas de freguesia, com exceção de quatro em quatro anos, em que precisam deles para fazer eleições e para ganhar votos.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado José Contente (PS): E isto é a justificação da urgência?

Deputado Gustavo Alves (PPM): O Parlamento não é vosso! O Parlamento é de todos!

O Orador: Nesse aspeto, a Iniciativa Liberal entende que este diploma, que encerra em si algumas bonomias e algum debate que carece ser feito, deve baixar à Comissão precisamente por isso. Porque não é simples, não é chegar aqui, hoje, e dizer assim: é urgente prorrogar uma solução que não é boa, mas para arranjar aqui uma solução intermédia durante dois anos, para nós depois arranjarmos uma solução que é boa. Não é assim que se resolvem os problemas. Os problemas resolvem-se no terreno, resolvendo definitivamente, com a República também, porque a República tem essa responsabilidade. E a Região não pode, ao contrário do que está aqui escrito nessa Resolução do Partido Socialista, sobrepor-se ou substituir-se à República sistematicamente para resolver os problemas que os centralistas de Lisboa não querem resolver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, por isso, a Iniciativa Liberal vai votar contra essa urgência, também em repúdio pela forma como a urgência foi defendida, até porque temos a certeza que, se nos corredores tivesse sido garantida a votação e a aprovação dessa urgência, a defesa dela teria sido feita de outra maneira.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde que este Governo tomou posse, aliás, antes de tomar posse, fez questão de dar ao poder local a importância que ele merecia, aliás, não fosse o Presidente do Governo um dos melhores autarcas que esta Região já teve.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Um dos melhores autarcas que esta Região já teve, que sempre tratou por igual Juntas de Freguesia do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Isso tem a ver com a urgência!

A Oradora: Eu já chego lá, Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Estou à espera. Vou esperar sentado.

Deputado Berto Messias (PS): O que vale é que estão todos a falar da urgência! O Sr. Presidente não se esqueça de retirar a palavra.

A Oradora: Se tiver a paciência que teve até agora, eu já chego lá.

E mais, não sou tratou de igual forma os autarcas de freguesia sociais-democratas como os socialistas, como muitas vezes deu mais o braço aos Presidentes de Junta do Partido Socialista do que aos seus próprios Presidentes de Junta, para que nunca fosse acusado de favorecimento.

Presidente: Sra. Deputada, estamos na urgência.

A Oradora: Sim, sim. Eu estou a tentar evitar levantar muito a voz. E então calei-me para esperar que as pessoas se acalmem, Sr. Presidente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Parece-me que o desrespeito é geral.

Deputado Flávio Soares (PSD): Ainda bem que reconhece!

A Oradora: Exato, a começar por si.

Isto para dizer o quê, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados? Se há partido que tem histórico na preocupação com os autarcas de freguesia, com os autarcas de Câmaras Municipais e com o poder local, este partido é o PSD/Açores, que sempre andou de mão dada com os seus autarcas.

E ainda há um mês, aqui nesta Casa, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma falta de respeito!

A Oradora: ... trouxemos uma anteproposta por causa dos meios tempos para os Presidentes de Junta de Freguesia. E o que me estranha neste momento é o silêncio absoluto da Sra. Deputada Sandra Dias Faria, ainda há um mês atrás, em relação aos seus colegas Presidentes de Junta. Se calhar, agora, um pouco em cima do joelho e antes das férias, o que dá muito jeito é apresentar um diploma que revela, mais uma vez, o apanágio da festa socialista, que é dar tudo a todos indiscriminadamente.

Presidente: Ó Sra. Deputada, tem que justificar a urgência!

A Oradora: Já vou terminar, Sr. Presidente.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é imparcialidade!

Deputado Pedro Neves (PAN): O Sr. Presidente também deixou a Sra. Deputada Sandra Faria falar até ao fim!

Deputada Ana Luís(PS): Quando se puxa as orelhas a alguém publicamente, tem que se corrigir!

A Oradora: Dar tudo a todos indiscriminadamente.

Este diploma precisa de descer à Comissão para que se fale com a ANAFRE.

Deputado Manuel Ramos (PS): Já se pronunciou!

A Oradora: A ANAFRE tem que ter um papel determinante nesta matéria, para que se saibam as reais e efetivas necessidades de cada Junta de Freguesia e para que não seja, à boa maneira socialista, apenas mais um menu *à la carte*, em que se distribui tudo a todos indiscriminadamente.

Por isso, aos Srs. Presidente de Junta de Freguesia que nos ouvem, este diploma e este tema, o tema da falta de recursos humanos é muito importante nas vossas Juntas de Freguesia (já estou a falar para fora, porque para vocês não vale a pena). Sim, é muito importante nas vossas Juntas de Freguesia, mas tem que ser tratado e resolvido de uma vez por todas de hoje para o futuro e não como o Partido Socialista que só quer adiar um problema.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista deveria ter muito cuidado com o que escreve. Tenta sempre passar despercebido em várias histórias nas quais teve total responsabilidade. Esta é mais uma delas.

Deputado Francisco Coelho (PS): É fácil, somos só dois!

O Orador: Governou esta Região durante 24 anos.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é a urgência?

O Orador: Teve a maioria das Juntas de Freguesia da Região com domínio socialista e também Câmaras Municipais. Qual foi a previsibilidade e adequação dos recursos humanos que facultaram às Juntas de Freguesia? Limitou-se a preencher todos os lugares que eram necessidades permanentes com as pessoas inscritas nos programas ocupacionais. Nunca encontraram uma melhor forma de ajudar. Recursos humanos pagos pelo fundo social europeu, que se mantiveram

em precariedade laboral durante os sucessivos contratos de trabalhos e até, por vezes, a trabalhar ao lado do único efetivo da Junta de Freguesia há 20 anos e que recebe igual ou inferior vencimento.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: As competências referidas na pseudo-urgência...

Deputado José Ávila (PS): Isso tem tudo a ver com a urgência!

O Orador: ... têm tantos anos como a nossa autonomia e estavam a ser maioritariamente realizados por precários que foram iludidos com um cheque mensal, nada mais do que isso, já que essa situação nunca lhes trouxe qualquer garantia para o seu futuro.

Agora, quando este Governo toma uma medida que irá apoiar Juntas de Freguesia, o PS acha que é tudo ilegal e que não é exequível, afirma que não vamos ter sucesso. Tem sido assim com vários assuntos. Disseram o mesmo sobre a Tarifa Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PPM votará contra a urgência do presente Projeto de Resolução, pois consideramos que um assunto de tão grande importância deve ser estudado em Comissão, na qual se poderá ouvir todas as partes interessadas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Nomeadamente na Junta de Freguesia de São Roque!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário está de cabeça perdida!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Este calor, realmente, é uma coisa horrível...

Sras. e Srs. Deputados, está tudo bem com vocês? Sras. e Srs. Membros do Governo, haja saúde. Quando for possível, eu falo. Por enquanto, estou aqui bem. Isso até está em direto. Posso cumprimentar lá para casa as pessoas. Pronto, já se calaram? Ótimo.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado, gostei muito de ouvir o seu líder ontem!

O Orador: Obrigado. Vou-lhe transmitir esse carinho. Já é o segundo carinho hoje.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Posso, Sr. Presidente?

Presidente: Faz favor.

O Orador: Tenho o maior respeito por si e até admiração pessoal. E não lhe vou faltar ao respeito. Não vou mesmo.

Já apelidei aqui algumas vezes que os Presidentes de Junta são os soldados da linha da frente. E são. E merecem todo o respeito, mas todo o respeito de todos nós, de todos nós mesmo. São eles que têm as pessoas na sua frente, muitas vezes, com os problemas mais graves. Mas não vão servir aqui de instrumento para se andar aqui a fomentar uma coisa que é completamente errada e que são os programas. Todos os dias, falamos nisto. Todos os dias, os empresários falam nisto.

Agora, estou aqui indeciso. Voto favoravelmente a urgência ou voto contra. Passo a explicar: favoravelmente, isto morre hoje e eu voto contra este diploma. E mata de vez esse tema.

Deputado Berto Messias (PS): Então vamos a isso!

O Orador: Eu não vou continuar nessa história do socialismo, que as pessoas vão para programas, que nem um crédito conseguem fazer, não têm sequer futuro, não têm visão de nada, estão entretidos, estão embalados. Parece que estamos a embalar crianças. Não podemos! A vida das pessoas é demasiado importante! Temos que resolver!

Os senhores deviam ter trazido para aqui? Sim, soluções para as Juntas de Freguesia, para nós contornarmos isso, para arranjar aqui ferramentas. Pessoas, para as pessoas trabalharem. E os autarcas terem pessoas a trabalhar.

Fazer chantagem... Vejam só como vai ficar a nossa terra! Ai Jesus! Ai Jesus, o que vai acontecer! Os senhores deviam dizer isso é às pessoas que não têm futuro e que andam há anos nos programas sem perspetiva de futuro. Isto não é certo.

O meu voto vai ser contra, porque isto vai à Comissão e vão dar muito mais palco ao Chega para falar dessa asneira que são os programas.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Ó senhor, não somos nós que dizemos! São os Presidentes de Junta!

Deputado José Pacheco (CH): Alguns Presidentes de Junta de Freguesia!

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Secretário, tinha muito gosto de o ouvir!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Academia da Juventude!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tanta ameaça!

Deputado Berto Messias (PS): Se és homenzinho, concretiza isso!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Concretizo! E o Tribunal de Contas já sabe, 12 anos sem inspeções à Câmara da Praia!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições no âmbito da justificação da urgência. Não havendo mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados, vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Sr. Secretário e Sr. Deputado, nós estamos no âmbito de uma votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi rejeitado com 20 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; 24 a favor do PS, 2 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido rejeitado o pedido de urgência, a iniciativa baixará à Comissão competente.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A rejeição do pedido de urgência para esta medida coloca em causa a permanência de alguns dos serviços das Juntas de Freguesia por toda esta Região.

O pedido de urgência que aqui foi apresentado tinha como propósito recomendar ao Governo que encontrasse alternativas, aquilo que não fez atempadamente ao reduzir os programas de apoio, encontrasse alternativas que pudessem garantir às Juntas de Freguesia cumprir aquela que é a sua função.

Em consonância com outras medidas que têm sido feitas, são tomadas sem serem devidamente avaliadas e ponderados os seus efeitos. E foi o caso que aqui aconteceu ao reduzir os programas de apoio sem apresentar alternativas de substituição desta mão de obra nas Juntas de Freguesia. Temos Juntas que, neste momento, não têm pessoal para cumprir com eficácia a sua missão.

A proposta de prorrogação dos programas para as Juntas de Freguesia não foi mais do que aquilo que foi anunciado pela Sra. Secretária da Educação para as escolas. Não sei o porquê de no caso das Juntas de Freguesia ser entendido como algo negativo, quando nas escolas é esta a medida que está a ser tomada.

A diabolização... E o Sr. Deputado do Chega, que é perito em lançar a bojarada e sair logo a seguir, diaboliza os programas ocupacionais. Os programas ocupacionais têm um papel social! Nem todas as pessoas que estão nos programas operacionais têm o perfil e não é por despacho que ficam em condições de ocupar mercado de trabalho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Tenho n situações de pessoas que não encontram emprego mesmo quando terminam programas ocupacionais. Aí vou ver a resposta do Governo a estas famílias e a estas pessoas.

Há uma última questão que eu gostaria de colocar e dirigir-me ao Sr. Presidente da Mesa. Sr. Presidente, desde já, e porque também tenho apreço por si e consideração institucional, mas também pessoal, pedir desculpas se entendeu que foi um abuso da minha parte, mas tive a oportunidade de ver, porque preparo as minhas intervenções, outras intervenções exatamente com o mesmo cariz e que não mereceram este reparo.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Deputada Sabrina, legitimou a minha ação fazendo exatamente a mesma coisa. Tenho dito.

O ónus do chumbo desta urgência ficará com quem hoje chumbou esta urgência, incluindo autarcas que estão a sentir na pele aquilo que eu estou a sentir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Gustavo Alves (PPM): Populistas!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): É bom que baixe à Comissão para se saber a verdade aqui!

Deputada Sandra Faria (PS): À vontade!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada,

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado para uma declaração de voto.

(*) Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois desde ajustezinho de contas, que afinal percebemos que é eleitoralismo pessoal, ...

Deputada Sandra Faria (PS): Não, não é! A Sra. gostaria, mas não é!

A Oradora: ... vou fazer a nossa declaração e voto, para que se perceba o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD, para quem nos ouve lá fora.

O objeto deste diploma é muito importante. É muito importante. Exatamente por ser muito importante, nós achamos que lhe devemos, passo a redundância, dar-lhe a importância que ele merece. Não é um diploma que acaba por ser quase uma alteração de regime, porque servirá a todas as Juntas de Freguesia do arquipélago, que se pode chegar aqui, de um dia para o outro, num Plenário de julho, e tratar este assunto, estas pessoas e estes autarcas em cima do joelho.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputada Sandra Faria (PS): Não é em cima do joelho!

Deputado Manuel Ramos (PS): Não é, não! São medidas urgentes!

A Oradora: Não contem com esta Coligação e com o Partido Social Democrata para tratar pessoas a pontapé e para tratar autarcas e os seus assuntos em cima do joelho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: O que nós temos que fazer, baixando este diploma à Comissão, é avaliar, de facto, quais são as necessidades efetivas de cada uma das Juntas e de Freguesia dos Açores. Porque, se alguém perguntar a qualquer Deputado nesta Casa, ninguém sabe as necessidades reais e efetivas, no papel e em matemática.

Deputado Berto Messias (PS): Sabe. Então não sabe? O Sr. Vice-Presidente sabe e a Sra. Secretária Maria João Carreiro também sabe!

A Oradora: E vamos falar de números das Juntas de Freguesia dos Açores neste momento. A única coisa que sabemos...

Sr. Presidente, eu estou no âmbito de uma declaração de voto...

A única coisa que sabemos é que, até agora, e mostram-nos os documentos e requerimentos que são públicos, tínhamos Juntas de Freguesia com tantos programas ocupacionais quanto uma das maiores Câmaras Municipais do arquipélago.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora aí está!

A Oradora: E eu pergunto-me e o Partido Social Democrata pergunta-se, que fique registado na declaração de voto, Sr. Presidente, se isto é exatamente mesmo assim necessário, continuar a promover a precariedade, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... ao invés de conferir às Juntas de Freguesia dos Açores os instrumentos que elas precisam para contratar pessoas para satisfazer necessidades permanentes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O que estava plasmado neste diploma, e vou terminar, tem uma palavra que a nós nos faz especial confusão: adiar. Este Governo, esta Coligação e estes Grupos Parlamentares tomaram posse para resolver e não para continuar a adiar problemas com a barriga, à moda socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): E nas escolas? Foi à moda socialista! A Sra. Secretária Sofia Ribeiro foi à moda socialista!

A Oradora: E agora perguntar-nos-ão alguns porque é que nós não votamos isto

a favor. Porque é que não votamos a favor da urgência? Porque é extremamente importante para os Presidentes de Junta de Freguesia. Nós sabemos. Por isto mesmo, desenvolveremos todos os esforços, não só, e veja a diferença, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, para aceitar os contributos do Partido Socialista também nesta matéria, como para melhorar a vida dos autarcas...

Deputado Gustavo Alves (PPM): O Partido Socialista pensa que o Parlamento é deles, mas não é!

A Oradora: ... e dos programas ocupacionais que os senhores promoveram por toda uma vida.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não me incomodou a forma utilizada pela Sra. Deputada Dias Faria para, daquela tribuna, apresentar a urgência. Ela argumentou conforme achou por bem. Utilizou o tempo que regimentalmente lhe estava atribuído. Não sei, sinceramente, porque é que tinha que abreviar em palavras a apresentação da urgência.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é o Partido Socialista!

O Orador: Portanto, para mim, a Sra. Deputada Sandra Dias Faria, no uso do tempo que lhe era permitido, explicou conforme pôde e com as suas palavras a urgência. Portanto, para mim, a Sra. Deputada estava legitimada na sua intervenção.

Relativamente à urgência do assunto que aqui traz, sim, Sra. Deputada, realmente, o assunto merece a urgência. Embora eu tenha votado contra a urgência, reconheço que é da maior urgência que esse assunto tenha alguma resolução.

E apelo para que a Comissão que vai tratar deste assunto o faça no menor tempo possível, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Dezembro!

O Orador: ... porque, se esse Governo tem vontade de resolver o problema, enquanto não resolve o problema, há pessoas que precisam do dinheiro que ganham nesses programas para pôr pão na mesa todos os dias. E essas barrigas não podem ficar em standby.

Portanto, antes de arranjar uma situação definitiva, que deve o Estado e as suas ramificações arranjar soluções definitivas, seja nas Juntas de Freguesia, seja nas Câmaras, seja na Administração Central, não pode o Estado exigir aos privados aquilo que não faz.

Portanto, quem se candidata a uma Junta de Freguesia ou a uma Câmara tem que ter a noção de que, efetivamente, os problemas aparecem. Quando aparecem problemas desses, de uma hora para a outra, a situação, obviamente, é grave e deixa mal as pessoas que contavam com uma situação e aparece-lhes outra.

De forma que eu apelo a que a Comissão que vai tratar deste assunto, que o faça de forma célere, porque, como a senhora disse e bem, isso, para lá de um problema, é um assunto social. E como assunto social, também como a senhora disse e bem, há pessoas que não têm o perfil para serem integrados como funcionários, não reúnem as condições. Infelizmente, para desgosto delas, não reúnem as condições para isso. Daí que o Estado terá sempre que fazer um trabalho social no sentido de integrar essas pessoas na sociedade.

É com alguma pena que vejo que esta iniciativa não tenha entrado mais cedo e que hoje já estivesse aqui neste Plenário a ser votada, ou uma iniciativa, melhor ainda, que fosse mais definitiva e que resolvesse de vez o problema a essas

peçoas, que veem a sua vida permanentemente em standby. Como já foi dito, não conseguem contrair um empréstimo, não conseguem fazer um projeto de vida, porque estão dependentes de uma situação profissional regular, em que os anos passam e não conseguem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que a paixão que este assunto despertou... É um assunto que diz respeito à vida das pessoas. Evidentemente, eu compreendo a paixão com que aqui foram apresentados os argumentos.

Eu quero fazer a minha intervenção dentro da racionalidade possível numa matéria destas. E é isso que motivou o sentido de voto do PPM nesta matéria. A verdade é que os programas ocupacionais não foram pensados, não foram construídos para responder a necessidades permanentes. Não foram contruídos para permanecer eternamente. O que se esperava era que dessem respostas a circunstâncias específicas, mas que as entidades que deles estavam a usufruir tivessem a capacidade para construir e para dar respostas do ponto de vista permanente. Ou seja, são necessidades permanentes nas várias instituições onde os trabalhadores que integravam estes programas estavam a dar respostas a necessidades permanentes. Tanto assim é que, ano após ano, continuavam a trabalhar nessas instituições.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sem formação!

O Orador: Isso só demonstra que estavam a dar resposta a necessidades permanentes. Portanto, não era uma boa resposta, não era uma boa estratégia manter estes programas para dar respostas a necessidades permanentes. Não serve os serviços e, sinceramente, também não serve os trabalhadores, porque não lhes

garante nenhum futuro, porque não lhes garante um projeto de formação, porque não lhes garante nada do ponto de vista profissional no futuro.

Ficam numa situação de dependência. Muita gente, do ponto de vista político, pode achar que é favorável, que é benéfico. Mas as democracias não se constroem com gente e povo dependente de alguém e de decisores políticos. Têm que ter garantida a sua autonomia profissional.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Por isso é que eu considero que esta não era a resposta. Temos que repensar este modelo. Mas este modelo não pode ser repensado sem a participação de todos os intervenientes, porque, como aqui foi referenciado, há diferentes perspetivas, há diferentes necessidades. Existiam freguesias que absorviam dezenas, centenas de trabalhadores ocupacionais. E outras, com a mesma dimensão, com o mesmo tipo de problemas, tinham uma resposta diferente ou muito inferior. E, portanto, este modelo não tinha futuro, não dava futuro a ninguém e não tinha racionalidade em muitos casos também.

E outra questão também muito importante: há uma falta de mão de obra, terrível, e os agentes privados sabem isso, em toda a nossa sociedade. Nas obras públicas e em muitos serviços há muita falta de mão de obra. Na agricultura também. Nas pescas. Em praticamente todos os setores de atividade. No turismo há muita falta de mão de obra. E, portanto, temos também que criar a capacidade para que os privados, as empresas privadas possam absorver parte desta mão de obra.

Portanto, este modelo era um modelo sem futuro, porque era um modelo que transformava os programas ocupacionais e quem neles trabalhava, eterniza esta matéria...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E isso não corresponde às necessidades das pessoas, das empresas, das instituições da Região Autónoma dos Açores.

Por isso, este assunto tem que ser devidamente analisado. E com a participação

de todas as instituições, com a participação de todos. Vamos pensar num novo modelo. E vamos, sobretudo, fazer o seguinte: às necessidades permanentes vamos dar respostas permanentes e vamos dar futuro e dignidade às pessoas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Não havendo, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 50 minutos.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 15 da nossa Agenda:

Eram 17 horas e 56 minutos.

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/XII – “Estabelece as especificidades da aplicação do Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor, na Região Autónoma dos Açores”. É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta*

Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Deputados, como provavelmente têm conhecimento, as empresas de aluguer de automóveis sem condutor, vulgarmente conhecidas por *rent-a-car*, têm-se debatido e estão-se a debater com muita falta de veículos para dar resposta às grandes solicitações, sobretudo nesta época alta. Isto tem a ver, como também se sabe, por alguma disrupção que há nas cadeias de abastecimento, mas também porque, como se sabe, decorre da legislação, cada automóvel tem uma vida útil para continuar em atividade no *rent-a-car*.

Sendo assim, nós podemos dar o nosso pequeno contributo aqui. Não será resolver o problema porque isso é difícil. Mas ao autorizar a prorrogação da vida útil, digamos assim, mediante determinadas condições, dos veículos que estão a atingir esse limite, podemos dar o nosso contributo para resolver em parte os problemas com que se debatem.

Por isso mesmo, propomos que esta Câmara aprove a urgência e depois o diploma, naturalmente, esta proposta que aqui deixamos. E porquê a urgência? Porque estamos em plena época alta e quanto mais rapidamente nós pudermos dar o nosso contributo para resolver parcialmente este problema, melhor. Para além disso, este diploma está consensualizado com as empresas e com os seus representantes através da sua associação, a Associação de Rent-a-car.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Está justificada a urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que não havia turista nenhum, que a taxa turística não era necessária sequer. Não havia absolutamente nada. E agora já não há *rent-a-car*!... Sem

dúvida que vai haver uma hecatombe. Não iríamos sequer chegar aos turistas de 2019. E já vimos que estamos a rebentar pelas costuras desde abril.

Mas, Sra. Secretária, eu não sou rancoroso, obviamente. E vou votar favoravelmente a urgência.

Obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Era isso?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito do pedido de urgência. Parecendo não haver, vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o pedido de urgência, dou novamente a palavra à Sra. Secretária para a apresentação do diploma.

Faz favor, Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As necessárias paralisações a que fomos obrigados todos com a crise pandémica levaram a que muitas empresas tiveram que reduzir drasticamente a sua atividade. Foi isso que aconteceu com as empresas de aluguer de veículos sem condutor, chamadas *rent-a-car*, que se viram obrigadas a desfazerem-se de grande parte da sua frota, procurando minimizar, como é óbvio, os danos e os custos durante a pandemia.

Com a atual retoma da atividade turística e com o problema que eu referi anteriormente da disrupção das cadeias de distribuição e de abastecimento, estão

a encontrar muitas dificuldades em repor a frota de acordo com as suas necessidades.

O Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, que aprova o regime jurídico do acesso e exercício da atividade de aluguer de veículos sem condutor, designados por *rent-a-car*, determina que só podem ser utilizados na atividade de *rent-a-car* veículos que não tenham mais do que cinco anos contados a partir da data da primeira matrícula, podendo aquele limite ser excecionalmente prorrogado por períodos de um ano, até ao máximo de dois, após inspeção dos respetivos veículos.

Considerando a reduzida procura pelos serviços de *rent-a-car* nos anos de 2020 e 2021, isto fez com que a frota que mantiveram em atividade tivesse pouco desgaste. E, portanto, estamos aqui perante uma situação em que, quase durante dois anos, estes veículos se mantiveram numa situação de praticamente novos.

Considerando tudo aquilo que já foi referido anteriormente, o Governo, através da presente proposta, como também referi na apresentação da urgência, propõe um regime transitório que permita a utilização desses veículos pelas empresas de *rent-a-car* por um período de um ano, prorrogável por mais um, após inspeção pelos próprios serviços da Direção Regional de Mobilidade, porque, obviamente, temos que garantir a segurança desses veículos.

O presente diploma clarifica assim esta questão e clarifica também o regime aplicável à Região Autónoma dos Açores deste diploma quanto às competências da autoridade do Instituto de Mobilidade e Transportes, determinando que essas competências são exercidas pela Região Autónoma dos Açores, através do departamento competente em matéria de transportes terrestres.

Trata-se, assim, da aplicação e adaptação à Região deste Decreto-Lei nacional, o 181/2012, de 6 agosto, que colocamos à vossa consideração.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Chega acompanha este diploma. E é de justiça. Há, realmente, um problema complicadíssimo, não só nas *rent-a-cars*, mas em todo o mercado automóvel. Vai atingindo os novos, que não há capacidade de entrega de carros novos. Depois, nos usados, obviamente, vivem muito das retomas, dos *rentings*, dos *leasings*, etc... Isto vai criando algumas dificuldades.

No caso das *rent-a-cars*, nós, que temos feito alguma aposta no turismo, temos visto coisas. E, realmente, quem vai, por exemplo, a uma plataforma, fui alertado ainda há dias que apareciam preços completamente loucos. Eu vi de 400 euros, de 500 euros ao dia. Isto não é nada bom para os Açores. Não é uma boa promoção dos Açores quando se vê coisas destas, porque a pessoa pode achar que vir aos Açores é coisa cara. Pronto.

Agora, também é preciso percebermos, no futuro, não é este o tema, mas deixar também um pouco aqui este alerta, também temos que perceber até que capacidade têm estas ilhas de ter carros, porque, enfim, os carros... pensamos sempre na poluição, mas temos que perceber os estacionamento, o peso sobre as estradas, etc. Isto, não há bela sem senão.

Mas, neste momento, o que está aqui em discussão, e é justo, por isso o Chega acompanha, é este diploma. E, assim, vamos apoiá-lo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Durante o período mais crítico da pandemia, o turismo foi um dos setores de

atividade que sofreu um maior impacto negativo, quer pelo fecho das fronteiras, quer por cancelamentos de viagens e de voos, portanto, um conjunto de situações que aconteceram, como também as quarentenas, que fez com que o turismo fosse muito afetado em todo o mundo, em especial aqui na Região Autónoma dos Açores.

As empresas de aluguer de viaturas, designadas por *rent-a-car*, naturalmente, com esta perda de rendimentos, com este decréscimo do volume de negócios e da faturação, tiveram que se ver livres, digamos assim, dos seus ativos principais, que são os automóveis.

Com a retoma que tem acontecido este ano do turismo e também um pouco com as consequências da guerra na Europa, essas empresas têm sentido muita dificuldade em renovar o seu stock, em aumentar o seu stock. E, naturalmente, dificulta não só o negócio das *rent-a-cars*, como também, e como disse o Sr. Deputado José Pacheco, os próprios clientes que necessitam, que não é só clientes de fora da Região que necessitam, são mesmo clientes de outras ilhas, de ilhas que queiram a ir a outras, que são prejudicados com os elevados preços devido à falta de automóveis.

Para fazer face a esta enorme dificuldade, em boa hora o Governo Regional traz-nos esta proposta, que o Grupo Parlamentar do PSD, naturalmente, vai votar a favor. E congratula o Governo por essa iniciativa. É um enorme contributo para colmatar os constrangimentos sentidos pelas empresas, bem como também para a economia dos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi apresentada uma Proposta de Resolução com caráter de urgência...

(Aparte inaudível)

Peço desculpa, tem toda a razão. Apresentado pela Sra. Secretária Regional, em que nos traz uma urgência naquilo que é, na sua aplicabilidade, no que toca ao setor turístico em concreto, a atividade de aluguer de veículos de passageiros sem condutor.

Naturalmente que esta questão que traz a esta Câmara é relevante, numa altura em que nós precisamos e que nós necessitamos também que a atividade turística possa retomar a sua naturalidade e, ao fim e ao cabo, possa atingir os níveis que antecederam, de pré-pandemia.

Entretanto, não posso deixar de relevar que esta iniciativa em debate, em apreciação, de certa forma, o *timing* em que é apresentada, certamente, preocupa não só aqueles que estão a necessitar de renovar as suas frotas, de também oferecer os seus serviços a quem os procura, porque, Sra. Secretária Regional, de certa forma, isso não foi um problema que apareceu hoje, foi um problema que apareceu já há algum tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor tem alguma empresa de aluguer de veículos?

O Orador: E, certamente, a Sra. Secretária Regional já podia ter trazido a esta Câmara este diploma para que possamos apreciar e avaliar o que está aqui em causa.

Esta situação traz um problema, aliás, traz vários, mas um deles eu posso apontar, que é a sua aplicação. Ou seja, quando é que vai produzir efeitos este diploma?

Nós estamos a falar de uma situação... Aqui diz, também, no preâmbulo dessa iniciativa, que o momento atual representa a época alta para o setor do turismo. Ora, muito bem, se a época alta é esta, porquê agora em julho? Porque é que não foi apresentado mais cedo este diploma para apreciação e avaliação nesta Casa?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Fale com as *rent-a-car*!

O Orador: Também, neste sentido, além desta situação ser preocupante, mostra realmente a distração e a forma atabalhoada com que o Governo Regional trata dos assuntos que dizem respeito à Região, nós identificamos aqui um problema, em que isto pode levar a que a situação não possa também ter uma maior resolução. Nós falamos da atual política de transporte marítimo de viaturas e passageiros na Região que também veio dificultar, não só a mobilidade de viaturas entre as ilhas da nossa Região e, ao fim e ao cabo, também, dificulta quando escolhemos o destino de férias para passar as férias, neste caso, de verão e, de qualquer das formas, a experiência turística que traz para a Região.

Não percebemos, também, nesta situação atual que vivemos, de retoma do setor turístico e ao mesmo tempo a necessidade de oferecer os melhores serviços a quem nos procura, e em todas as ilhas nós sabemos que há dificuldade neste âmbito, qual o motivo que faz o Governo Regional apresentar só agora, tardiamente, esta iniciativa, este diploma. Parece-me, passo a expressão, que acordou tarde. Acordou tarde e a más horas.

Também, posso-lhe dizer que, em relação a este aspeto, é realmente preocupante a forma com que desenharam a atual política de transporte marítimo de passageiros e viaturas, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso não tem nada a ver!

O Orador: ... numa fase tão necessária para que a retoma turística possa acontecer.

A mobilidade, Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Carlos Freitas (PSD): E a *rent-a-car*?

O Orador: Sr. Presidente, eu posso terminar? Parece que eu incomodei alguém. E eu não queria incomodar ninguém.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E a *rent-a-car*?

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, quando falamos em viaturas de aluguer, falamos também ao mesmo tempo na necessidade de transportar essas viaturas, que empresas ligadas ao setor do turismo também utilizavam o transporte marítimo de passageiros e viaturas para que possam gerir a sua frota.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não há carros para transportar!

O Orador: Isto também era uma situação que acontecia. A Sra. Secretária Regional até pode confirmar e sabe muito bem que as empresas do setor turístico também utilizavam a gestão de frotas através do transporte marítimo de passageiros.

E, ao mesmo tempo, nós estamos a discutir um diploma que podia ser complementado com uma política de transportes que pudesse salvaguardar esta própria gestão de frotas. E isto não acontece atualmente na Região.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E o que é que V. Exas. fizeram?

Deputado Carlos Freitas (PSD): E a *rent-a-car*?

O Orador: Por isso, para terminar, Sr. Presidente, é importante esta iniciativa, nós reconhecemos o mérito desta iniciativa. Não podia deixar de referir a questão do *timing* apresentado, que é tarde porque o turismo e a época alta é agora e só produzirá efeitos muito depois. Isso não deixa de ser preocupante para o Partido Socialista. E, ao mesmo tempo, acompanhado com a política atual de transportes marítimo de passageiros e viaturas, que é, certamente, o entrave para que a gestão de frotas de quem serve esse tipo de atividade possa entregar da melhor forma aos clientes que o procuram.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou favoravelmente o pedido de urgência que o Governo Regional apresentou sobre este diploma.

Relativamente ao seu conteúdo, nós, em primeiro lugar, gostaríamos de dizer que os problemas que são identificados são reais, existem. Devem-se, de facto, por um lado, a uma retoma da atividade turística com uma intensidade que talvez não fosse esperada por alguns operadores do mercado.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Exatamente! Já está a dar a resposta ao Sr. Deputado!

O Orador: Isto sucede. Embora fosse esperado por algumas pessoas, não era esperado por alguns operadores do mercado.

Por outro lado, durante a pandemia, talvez como uma forma de procurar obter liquidez para cumprir com responsabilidades terão alienado, vendido algumas viaturas.

E, como já foi referido, naturalmente, também há dificuldade das cadeias de abastecimento, não só para as *rent-a-cars*, mas para o mercado automóvel em geral, que se fazem sentir.

Também, no que diz respeito principalmente às ilhas mais pequenas, e espero que a Coligação não se ofenda com esta minha constatação, mas é um facto, a ausência de transporte marítimo de passageiros leva à necessidade, obviamente, de existir maior oferta de carros nas ilhas mais pequenas. Isso é evidente. É um facto. Podem

não concordar com a avaliação política, mas é um facto.

Obviamente que isto tudo somado leva a um conjunto de constrangimentos e a um conjunto de problemas.

Ora, se nós consideramos que a melhor decisão estrutural e a médio...

(Burburinho na Câmara)

Presidente: É difícil, Sr. Deputado.

O Orador: É muito difícil.

Presidente: Eu reconheço que é difícil. Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Se nós concordamos que a decisão estrutural a médio e longo prazo é continuar a aumentar o número de carros na Região? Não, não é nem pode ser. Como não é continuar a aumentar o número de hotéis e camas. Não é nem pode ser.

O que nós estamos a falar aqui é de uma proposta limitada no tempo. E esse é um fator que nos faz, obviamente, avaliá-la de outra forma.

Em segundo lugar, tendo em conta os constrangimentos que existem e a falta, efetivamente, a escassez de carros no mercado, leva, claramente, como já tem levado e vai levar ainda muito mais, a um aumento da economia paralela. Já no ano passado isto existiu muito. E este ano existe e vai continuar a existir. E se não for tomada essa decisão, isso ainda será mais evidente.

E nós, como, obviamente, responsáveis políticos que somos, também não devemos criar condições para a economia paralela se desenvolver e crescer. É algo que é, naturalmente, negativo, muito negativo para toda a gente, para a Região também, para os operadores do mercado, para as empresas que têm *rent-a-car* também, ao nível da segurança ainda mais, ou seja, não devemos fazê-lo.

Mas também não podemos dizer, como já referi, que essa é a solução estrutural para o futuro. A solução estrutural para o futuro, por um lado, é existir maior

oferta e melhor oferta de transporte público. Certamente que muito turistas, em muitas ilhas, não teriam necessidade de alugar carro ou de alugar tantos dias viatura em muitas das nossas ilhas. Isso reduziria a necessidade de alugar viatura. É melhor para o ambiente e é melhor para toda a gente.

E essa é uma medida estrutural, não se faz de um dia para o outro, é certo, mas tem que se fazer já. Se não se fizer já, nunca ficará concluída.

Para além disso, o crescimento ilimitado do turismo, do número de pessoas, principalmente na época alta, levará sempre à necessidade de termos mais carros, porque mais camas leva a mais turistas, que vão querer, obviamente, deslocar-se. E esse é o caminho que nós não devemos seguir. E não vou, obviamente, reabrir o debate que já tivemos há algum tempo sobre o turismo, sobre o desenvolvimento do turismo, mas, de facto, esta matéria merece reflexão.

Obviamente que esta proposta diz respeito a uma situação concreta, limitada no tempo. E, nesse sentido, compreendendo as razões que levam o Governo a apresentá-la e, obviamente, todas as condicionantes que se vive neste momento neste setor, é uma medida que pode, obviamente, ajudar a atenuar esses constrangimentos. Por isso, votaremos favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado Rui Martins, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo aqui nos apresenta, cumpre ao Grupo Parlamentar do CDS-PP dizer que o Governo identificou ou leu bem aquilo que são os problemas que o setor da *rent-a-car* neste momento enfrenta nos Açores e trouxe-nos aqui uma solução.

A realidade é que, como todos nós sabemos, dada a dimensão, também, das empresas açorianas que operam neste setor e dado o período pandémico que

atravessamos, foi, para a maioria dessas empresas, muito difícil garantir a manutenção das frotas que normalmente tinham e que muitas delas até, atendendo àquilo que era a evolução do setor, reforçaram, mas que, depois, dada a paragem imposta pela Covid-19, dada também a sua estrutura financeira, que não era compatível com a manutenção dessa frota sem obter o devido rendimento ou contrapartida pelo aluguer, viram-se obrigadas a desfazer-se dessa frota.

Ora, depois, o que é que sucede? O que sucede é que a própria pandemia, mesmo a situação económica que atravessamos *a posteriori*, veio causar e trazer problemas no âmbito das cadeias de distribuição, o que depois dificultou estas empresas, não conseguiram reaver as frotas de que tinham abdicado e, por outro lado, o mercado também não conseguia dar respostas para as necessidades que estas empresas poderiam ter na aquisição, novamente, de frotas.

E isto acabou por ter aqui o efeito bola de neve, que, chegados a esta altura, as empresas não têm, efetivamente, capacidade de dar resposta.

Agora, a solução que o Governo nos traz é uma boa forma de resolver o problema, até porque, por um lado, do ponto de vista da segurança rodoviária, os carros estão obrigados aos mesmos preceitos de inspeções periódica e tudo, por outro lado, também, houve uma diminuição na sua utilização, o que à partida deixa antever que não haja problemas com as próprias viaturas e que permite, com alguma segurança, fazer esta prorrogação do prazo de utilização dos carros em regime de *rent-a-car*.

Então, entretanto, aquilo que mais me surpreende, e este Plenário até estava a correr bem ao Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Pois estava!

O Orador: ... mas depois exaltou-se aqui com o Governo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém se exaltou!

O Orador: ... e vem dizer que o Governo, afinal, acordou tarde e que o *timing* é terrível, porque, entretanto, só agora é que o Governo acordou. Bem, eu devo dizer

ao Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes que, se calhar, o que o Governo Socialista, o Governo do seu partido se devia ter lembrado foi, na altura em que apresentou uma série de medidas Covid... Porquê? Porque não havia turismo, não havia deslocações, o comércio estava encerrado por imposição governamental, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E então?

O Orador: ... ou seja, estava tudo fechado. E saíram uma série de medidas. Os próprios tribunais suspenderam o tempo de contagem dos processos. Então, porque é que o Governo Socialista não suspendeu tudo o que eram prazos que existissem, que de alguma forma expirassem? Como vivemos todos em suspenso dois anos, o Partido Socialista era o que devia ter feito. Estava a situação resolvida. Pronto, e diz que o Governo acorda tarde.

E a realidade é que eu, até agora, já vi o Partido Socialista apresentar uma série de medidas a dizer que o Governo não faz, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a anunciar medidas que não apresenta!

O Orador: ... a anunciar medidas que não apresenta, exatamente, do IRC para as empresas, a diminuição do IRC e uma série de coisas que apresenta ou que anuncia, mas que, depois, efetivamente, não apresenta.

Tem assim uma série de preocupações. Já nos trouxe aqui várias preocupações, fosse por causa da crise sísmo-vulcânica de São Jorge... Ou seja, o Partido Socialista teve respostas para tudo. Não teve uma resposta para esta situação. E agora é tarde, tardíssimo, o Governo está a dormir. Mas eu acho que o Partido Socialista dormiu mais tempo.

Agora, falando relativamente às preocupações que também o Sr. Deputado António Lima levantou, que me parecem pertinentes, quando se fala na questão da economia paralela, para mim, vem logo um dos aspetos que é importante salientar, que, desde logo, tem a ver com as seguradoras. A própria seguradora, não sendo um contrato formal a uma empresa de *rent-a-car*, qualquer situação que aconteça, o próprio motorista que se veja envolvido num incidente terá

certamente mais problemas do que alguém que passe por um processo normal. Isso, se calhar, acho que é um bom alerta.

Mas, ao contrário da argumentação que utilizou, eu percebo, é a posição que é conhecida do Bloco de Esquerda face ao turismo, ao aumento da disponibilidade do número de camas, para o Bloco de Esquerda já estamos no máximo, vamos viver exatamente como estamos, com o número de tudo o que temos, os carros, as camas... Mas, pronto, de qualquer das formas, discordando no enquadramento que fez, julgo que levanta uma questão pertinente, que, se calhar, nos devia convocar a todos para pensar em alternativas legislativas ou em modelos que permitam, efetivamente, haver esse aluguer de veículos particulares num modelo como se fosse um *car sharing*, mas que permitisse haver uma cobertura de seguradoras para, efetivamente, mitigar os problemas que decorrem dessa economia paralela, porque a realidade é que, efetivamente, o parque automóvel, como todos nós sabemos... Aliás, os nossos veículos estão todos estacionados ali fora o dia todo e nós estamos aqui a trabalhar. Se calhar, havendo um sistema de *car sharing*, diminui-se a necessidade e a pressão de automóveis nas ilhas, sobretudo nas ilhas que são mais pequenas também, mas em todas as ilhas. E isso, se calhar, são modelos que nos convocam a todos e deviam convocar a pensar em soluções alternativas que permitissem uma maior otimização do parque automóvel.

De qualquer das formas, recentrando o assunto naquilo que é o que está aqui apresentado, consideramos que esta proposta do Governo é uma boa proposta, vem, em boa hora, resolver um problema que foi identificado e que é algo que vai ajudar, e muito, as empresas açorianas dedicadas ao setor de *rent-a-car*.

E também entrando já aqui um bocadinho na especialidade, também, e aproveito para partir já para aí, esta proposta de alteração do Partido Socialista também me parece que faz aqui algumas clarificações importantes e é um bom contributo para um melhor diploma, que é exatamente para isso que todos aqui estamos. E, por

isso, também saúdo esse contributo do Partido Socialista e saúdo a proposta do Governo, que, obviamente, vamos votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Deputado Luís Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo nos traz vem resolver um problema relativamente ínfimo, diria eu, mas importante para o setor das *rent-a-car* na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta que, não por via da pandemia, não por via de não termos tido turismo em 2020 e de termos tido uma retoma já considerável, mas não ainda de acordo com aquela que estamos a ter agora em 2021, mas por tão simplesmente as cadeias de distribuição e logística internacionais não cumpriram com aquilo que se tinham comprometido com os operadores.

E, portanto, é bom, também, que se diga, em abono da verdade, que algumas *rent-a-cars* não têm viaturas, não foi porque elas estiveram paradas um ano, foi porque ninguém as entregou. Fizeram os *buybacks* no tempo que têm que fazer, ao fim dos cinco anos, fizeram os *buybacks*. Entretanto, as viaturas também não voltaram para os *leasings* e as empresas de *renting*. Entretanto, estão paradas por aí à espera que alguém as compre, que também não tem dinheiro para comprar. E é fácil ir buscar essas viaturas de novo com sete anos, oito anos, para meter no mercado de *rent-a-car*. Não vem mal nenhum ao mundo.

O que veio de mal ao mundo foi precisamente, em 2012, quando alguém achou que os empresários de *rent-a-car* eram todos os mauzões, que só tinham carros velhos, que isso estava tudo a cair de podre e era preciso dizer aqui que as pessoas só podiam ter carros durante cinco anos na *rent-a-car*. Pronto, a gente levou isso porque há uma diretiva comunitária que obriga... que obriga não, que recomenda, sendo uma diretiva, precisamente. E, depois, Portugal vai nessa onda de acatar e acomodar todas essas coisas.

Ora, na Região Autónoma dos Açores, os carros, na prática, das *rent-a-cars* podem ser utilizados durante sete anos e não durante cinco como na República, porque a Região não tem condições de efetuar as inspeções tipo B, que são obrigatórias para a prorrogação por um e mais outro ano destas viaturas. Portanto, na prática, o que nós vamos ter, e não vem mal ao mundo nenhum por isso, é só uma clarificação do diploma, é a possibilidade de ter viaturas com oito anos no mercado.

Ora, viaturas com oito anos no mercado, quem conhece como é que funciona o sistema das *rent-a-cars*, elas praticamente já não existem, porque... O que é que acontece? As empresas de *rent-a-car* não têm viaturas próprias, recorrem a *rentings*. Os *rentings* duram cinco anos. Ao fim de cinco anos, faz-se o *buyback*. Elas próprias, algumas, compram essas viaturas para meter no mercado de usados e vão buscar outras viaturas novas.

Deputado Carlos Silva (PS): Vamos aumentá-las, é?

O Orador: O que garante aqui é a possibilidade de estas empresas adiarem os contratos de *renting* por mais algum tempo.

Mas é bom termos isso presente, que a prorrogação desses prazos nos pode também levar à situação, que a mim não faz mal nenhum, mas parece que à maioria socialista e social-democrata faz, que é: vai envelhecer a frota automóvel das *rent-a-cars* da Região Autónoma dos Açores.

E, portanto, é importante que isto também não se prolongue para lá de 2023, sob

pena de começarmos a cair num círculo vicioso que impede, inclusivamente, os empresários de fazerem a reconversão da sua frota de forma mais eficiente e mais eficaz, até porque essas viaturas, algumas delas, vão perdendo eficácia ao longo da idade. E, portanto, não nos preocupa o envelhecimento do parque automóvel por uma questão de aspeto, mas preocupa-nos o envelhecimento do parque automóvel pela questão ambiental. Aí, sim, esta é a preocupação. De resto, se for mais velho ou menos velho, não faz interesse nenhum, desde que o cliente... Aí o mercado é que mandará. Importa, por isso, garantir que, do ponto de vista ambiental, não entrem na Região mais viaturas do que aquelas que têm feito pressão sobre as nossas ilhas.

E é sempre bom também clarificar duas questões que foram aqui já debatidas hoje à margem deste diploma: uma é a questão de o Partido Socialista não ter feito esta proposta em janeiro, que podia ter feito. O Partido Socialista podia ter apresentado uma Proposta de Decreto Legislativo Regional em janeiro, prorrogando isto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E a Iniciativa Liberal, Sr. Deputado?

O Orador: Como podíamos nós, como podia o PPM ou o CDS. Não fez, mas acha que o Governo fez tarde. Pois, bem bom.

E outra constatação de facto é que nós também já percebemos que toda a gente da esquerda parlamentar estava disposta para continuar a pagar um transporte marítimo de passageiros que custava 10 milhões de euros por ano...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Exatamente!

O Orador: ... para ter uma taxa de ocupação de 18% e fazer concorrência à transportadora aérea regional, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: ... que, felizmente, a transportadora aérea regional está saindo do vermelho em termos de EBITDA.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E esta, hein?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não disse isso ontem!

Deputado Berto Messias (PS): O Barata é assim. Diz uma coisa num dia e o seu contrário no outro!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): E a coesão?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente...

Não, não percebemos, Sr. Deputado Barata, nada, não percebemos nada disto.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só o Sr. Deputado é que percebe de tudo e de todos.

Para o PAN, é muito fácil nós termos uma agenda escondida. É muito fácil.

Neste caso, a frota automóvel vai envelhecer. Em termos ambientais, não é por aí, Sr. Deputado Nuno Barata. Talvez você, de ambiente, devia perceber um bocadinho mais, porque os catalisadores, em termos de tecnologia, tendo em conta o CO2 que cada carro emite, não vai ser por aí.

Mas qual é a agenda escondida do PAN? Neste caso, eu vou abrir o véu para toda a gente. Ao envelhecermos um pouco as viaturas, as empresas *rent-a-car*, quando tiverem que adquirir novamente, esperemos que pelo menos 50 a 60% sejam veículos elétricos. Pronto, aqui está porque é que nós vamos votar a favor. E também porque é uma exceção.

Mas eu também sou clarividente. E eu penso no futuro. Porque isto é apenas uma exceção relativamente à frota automóvel devido à pandemia. Mas nós sabemos, porque temos clarividência, que as *rent-a-cars* vão querer adquirir cada vez mais automóveis para suprir as necessidades do turismo, que, supostamente, nunca vai

parar.

Daí, o Bloco de Esquerda estava a tentar dizer ao Sr. Deputado Rui Martins, que até estava a usar populismo. Mas eu admito mesmo: não quero mais disponibilidade de turismo do que aquilo que nós já vamos receber em termos de pressão turística.

E não é as *rent-a-cars* que será o futuro. Não é o futuro para uma Região que diz que é sustentável de natureza.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O senhor quer ser o travão do desenvolvimento económico dos Açores?

O Orador: Não, não é. É, sem dúvida, os transportes públicos. Não são adequados, não são eficientes e não têm a qualidade necessária, tanto para os açorianos, bem como para os turistas.

Eu vou fazer só uma exceção, neste caso foi um caso de sucesso, foi as “bertinhas”, em Ponta Delgada. Sra. Secretária, dou-lhe os parabéns por isso. E devemos continuar. Mas, em termos intermunicipais, é muito mau. Veio do Governo do PS. E este Governo novo teve dois anos em que, em termos de tutela de transportes, esteve parado, mal parado e paradinho. E não fez absolutamente nada em termos daquilo que nós podemos aproveitar, os transportes públicos que tanto necessitamos, tanto para os açorianos, bem como para os turistas que nos visitam, que ou têm uma viatura ou, se não tiverem uma viatura e não tiverem dinheiro para pagar 400 euros diários, têm uma motoreta, porque é a única forma de se deslocarem. Porque se for transportes públicos, não dá. É impossível, pelo menos em São Miguel. E no Faial é exatamente a mesma coisa, é impossível.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente!

O Orador: Não dá.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, isto está-se a tornar um hábito, que é: há aqui unanimidade na votação...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas não quer dizer que não se faça debate!

O Orador: E há aqui unanimidade na votação porque a proposta é boa. A proposta é boa, faz sentido. E é urgente que se faça e que se aplique.

Bem, o que é que acontece? Pois, temos aqui a tentativa de diminuir a proposta. E temos o Bloco de Esquerda que aparece com o seu número normal, que é o do Robinson Crusoe e o Sexta-Feira, que é o que eles acham que deve ser os Açores no futuro. É apenas com o Robinson Crusoe e o Sexta-Feira.

E digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado: se as coisas continuarem assim, se calhar, daqui a uns anos, ...

Deputado António Lima (BE): O senhor ainda se queixa de eu votar a favor!

O Orador: ... nalgumas ilhas, com o despovoamento que está a acontecer, obviamente que o senhor alcançará o seu objetivo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ora bem!

O Orador: E o que é necessário é que nos setores económicos que têm potencial para crescer, como o turismo, se criem as condições para continuarem a crescer, porque as pessoas, obviamente, precisam de desenvolver as suas atividades, de se criar emprego e de se criarem respostas.

E, portanto, V. Exa. tem uma ideia de futuro que nós não compartilhamos.

Deputado António Lima (BE): Ainda bem!

O Orador: Nós não compartilhamos a sua ideia de futuro para os Açores.

Depois, temos o Partido Socialista, novamente pela voz autorizada do Sr. Deputado Vílson Gomes, que diz que o Governo acordou tarde. E o que eu noto é que o Partido Socialista, quando acordou, já não estava no Governo.

(Risos dos Deputados da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco Coelho (PS): Foi um longo sono!

O Orador: Ouça! E é importante dizer que quando acordou já não estava no Governo. E vejam o seguinte: é que, depois, mesmo quando está na oposição, que é o caso, só acorda depois do Governo. Então, V. Exa. deu a entender que já tinha observado este fenómeno, já se tinha apercebido disso, que isto ia acontecer. Eu pergunto-lhe: então, o que é que esteve a fazer no Grupo Parlamentar e não apresentou esta proposta antes do Governo? Se tinha notado que isto era uma coisa evidente, que era necessário fazer qualquer coisa, porque é que o Grupo Parlamentar não apresentou a proposta que o Governo aqui apresentou?

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Secretária, quando é que recebeu os pareceres das *rent-a-cars*?

O Orador: Eu não percebo. Eu não percebo como é que a sua clarividência, a sua antecipação não teve resultados concretos na apresentação de uma proposta, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): E o PPM porque é que não apresentou a proposta?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Somos só dois, os senhores são 25!

O Orador: Sr. Deputado, quando as propostas são boas, quando vamos votar a favor e os nossos argumentos, ...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não ouviu o que eu disse, estava distraído!

O Orador: ... Sr. Deputado Vílson Gomes, são só tiros nos pés, eu vou-lhe dizer uma coisa, o que é mais aconselhável é, de facto, dizer: bom, nós associamo-nos a esta proposta, é necessária e temos aqui também o nosso contributo. Pronto, isto teria sido uma intervenção brilhante, que esteve à altura de V. Exa.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não ouviu tudo!

O Orador: Mas não, V. Exa. tem sempre que colocar um bocadinho de fel. E, depois, este fel não chega ao destinatário. V. Exa., este fel, ficou com ele, como

já se verificou na sua intervenção.

Por isso é que eu lhe digo a si, também ao Bloco e a outros críticos, que é evidente que esta proposta ninguém a conseguiu desconstruir. É urgente dar uma resposta a uma situação, a um contexto específico.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Não ouviu o que eu disse!

O Orador: Pronto, teriam reconhecido essa necessidade, como o PPM aqui faz. E por isso é que vai votar favoravelmente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Deputado Luís Soares (PSD): E esta, hein?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos. Faça favor.

(*) Deputado Rui Anjos (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente, estamos todos de acordo que essa iniciativa é pertinente, é urgente e é necessária. Pretende corrigir uma falha de mercado, que toda a gente aqui percebeu que as cadeias de abastecimento estão muito atrasadas. Mas isto é público pelo menos desde outubro de 2021. E o que o meu colega de bancada sinalizou, e muito bem, é que essa iniciativa entrou no dia 01 de julho nesta Casa. E disse que a Sra. Secretária, para justificar a urgência, ouviu os agentes do setor. E foi isto que o meu colega de bancada sinalizou, e muito bem, com a pertinência necessária da urgência, sinalizando: porquê só agora? E que efeito é que isto vai ter este verão? Portanto, justifica-se a entrada da urgência por ser exatamente a época alta, justifica-se exatamente a entrada desta iniciativa por ser a época alta. E a pergunta que vos faço...

Deputada Ana Luis (PS): Se fazemos propostas, criticam. Se não fazemos, criticam na mesma.

O Orador: E, Sra. Governante, com a experiência da ação executiva que tem, sabe que levará semanas para implementar esta medida. E, neste entretanto, vamos todos aprovar isto aqui. E, portanto, é exatamente isto, e muito bem, que o meu colega sinalizou, que esta medida...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então porque é que não apresentou a proposta?

Deputado Carlos Silva (PS): É uma responsabilidade de todos!

O Orador: E você e todos nós. Agora, não deixa de ser tarde.

Agora, se me permitem, também ouvi tarifas de 400 euros neste momento na *rent-a-car* na época alta, políticas de transportes marítimas suspensas. E quando se referenciou...

Sr. Presidente, quando eu puder continuar...

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado. Pode continuar.

O Orador: E muito bem, quando o Vílson Ponte Gomes referia a política de transporte marítimo de viaturas e passageiros na Região, enquanto suspensa, condiciona o mercado interno.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É melhor não falar nisso!

O Orador: Quem está lá fora não tem capacidade, quase todos, de pagar 400 euros, 300, 400, 500 por uma diária pode três ou quatro dias de *rent-a-car*, numa ilha qualquer.

E a questão que se coloca é: onde é que vão optar por passar férias? No todo da Região? E é exatamente aqui que faz falta o transporte marítimo de passageiros. Podemos discordar da dimensão. Podemos discordar do prazo. Esta questão foi salientada, e muito bem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho mais uma vez neste debate, até porque fui chamado a ele, em primeiro lugar, para dizer que, sobre o transporte marítimo de passageiros, nós sempre apontamos falhas ao serviço. Agora, uma coisa é apontar falhas, outra coisa é querer acabar com ele e não apresentar alternativa.

Deputado Gustavo Alves (PPM): O que é que isso tem a ver com as *rent-a-cars*?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem tudo a ver!

O Orador: Isso é outra coisa.

Aliás, há dois grupos de ilhas que estão sem transporte marítimo de passageiros por vossa opção, por opção do Governo e da Coligação. E isso nós não concordamos. Concordamos, sim, com a melhoria. E era necessária muita melhoria ao serviço. Planeamento? Sem dúvida. Outra coisa é, simplesmente, acabar com ele.

Até poderia ser mais barato, Sr. Deputado Nuno Barata. Mas o senhor, já agora, é também a Iniciativa Liberal que vai aprovar mais 135 milhões para a SATA. Por isso, não me venha falar em dinheiro! Não me venha falar em dinheiro! É preciso não se esquecer... O senhor e o Chega! Que, também, se calhar, não percebeu, mas há mais 135 milhões que vão ter que aprovar para a SATA. Por isso, é sempre bom ter em atenção o que é que se diz sobre dinheiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

O Orador: É verdade sim, senhor.

Relativamente ao crescimento, Sr. Deputado Paulo Estêvão e Sr. Deputado Rui Martins, há um problema com o crescimento, principalmente quando ele é

concentrado em três meses. Quem não percebe isso é que quem não percebe nada de economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Bloco de Esquerda e a economia!

O Orador: É que o senhor, ao crescer e continuar a crescer da maneira que está a fazer, em três meses, o que vai acontecer é: constrói mais camas, compra mais carros e precisa de mais gente para trabalhar. Quando chegar a dezembro, janeiro, fevereiro, março, o senhor tem hotéis vazios, carros parados e desempregados. O que é que nós temos a seguir? Empresários a gritar porque precisam de subsídios para manter os hotéis abertos, trabalhadores a pedir subsídio de desemprego e *rent-a-cars* a dizer que precisam de subsídios para manter os carros.

E, depois, o Governo que queria acabar com a subsidiodependência vai passar a vida a subsidiar empresários. E isso nós não concordamos, Sr. Deputado! É esse crescimento que só cria dependências, mas dependências económicas desse tipo, que nós não concordamos. Porque limitar o crescimento na época alta é, efetivamente, melhorar o crescimento no resto do ano.

E nós precisamos de mais turistas em dezembro? Sem dúvida. Em janeiro? Sem dúvida. Ora, em agosto, nós não precisamos de mais. Aliás, com esse tipo de crescimento, temos níveis bem aceitáveis. E convido o senhor a passear pelas zonas turísticas de São Miguel e perceber o caos que lá está instalado. Os carros parados em todo o lado. Aliás, a polícia, no seu legítimo trabalho, e já foi aqui citada, multa qualquer pessoa por andar a estacionar em cima do passeio, e bem. Os turistas, nas zonas turísticas, param no meio da estrada e não lhes acontece nada. Isso não pode ser, mas é isso que nós estamos a criar!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas é o Governo que vai passar a multa?

O Orador: É criar condições para um completo abuso, um completo desrespeito, um completo caos na nossa Região, nas zonas turísticas. E isso é um disparate, Sr. Deputado!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mas não é a polícia que resolve?

O Orador: Se é isso que o senhor entende como desenvolvimento, ainda bem, estamos de lados opostos das barricadas, porque não queria estar do seu lado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O crescimento do turismo tem sido fundamental para a economia dos Açores. É um dos setores que tem permitido que aquela tradicional dependência do setor primário e do setor da construção civil tivesse vindo a diminuir. E também dos serviços.

O setor turístico é um setor que não deve monopolizar o nosso desenvolvimento económico, como acontece com outras economias, mas é um setor que é complementar e é um setor importante. Veja, por exemplo, a reabilitação urbana. É muito importante e está a ser feita graças ao turismo.

Olhe, eu vou-lhe dar o exemplo de uma pequena ilha, a ilha do Corvo. O que nós temos que fazer é aumentar a época alta. Nós, por exemplo, o mês de setembro e o mês de outubro, que há uns anos faziam parte da época baixa, na ilha do Corvo já fazem parte da época alta. Sabe porquê? Desenvolvemos uma atividade, que é a observação de aves. E estamos a criar as condições todas. O que acontece é que, no mês de setembro e no mês de outubro, o Corvo está cheio também.

Deputada Alexandra Manes (BE): Também não é difícil de encher!

O Orador: E há tantas outras atividades de carácter cultural e ligado também ao nosso potencial em tantos setores, como os setores culturais, que nos permitem prolongar a época alta.

Deputada Alexandra Manes (BE): Mas isso vai acabar! O Sr. Deputado do Chega não quer!

O Orador: E é isso que nós temos que fazer.

Agora, o que é que o senhor quer fazer? Diz o senhor: como só resulta no mês de abril, no mês de maio, no mês de junho, no mês de julho, no mês de agosto e no mês de setembro, o que é que o senhor quer fazer? Quer fechar o setor turístico.

Deputado António Lima (BE): Ninguém disse isso!

O Orador: Quer fechar o setor turístico, provocando o desemprego, provocando problemas. Eu não tenho a sua perspetiva. Ouça, eu não tenho a sua perspetiva. Eu quero os Açores mais desenvolvidos. E o turismo é um setor onde nós temos um grande potencial. Nós, os Açores. Nós, o país. Veja a importância que teria Portugal sem o setor turístico. É algo fundamental! E, portanto, eu tenho aí uma ideia completamente diferente.

Eu não quero que a nossa Região veja limitado o seu crescimento económico por questões dogmáticas e ideológicas, porque é o que está por detrás das suas opções.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não são opções que tenham a ver com a realidade. São opções que têm a ver com o vosso dogmatismo ideológico. É isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obstinação!

O Orador: O senhor denunciou logo as suas intenções quando diz: nós não queremos dar dinheiro aos empresários.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não seja assim!

O Orador: Nós não queremos, na época baixa, estar a alimentar não sei quantos empresários. Ou seja, o senhor está a diabolizar os empresários dos Açores, que são aqueles que estão a criar riqueza nos Açores e que contribuem para que a população dos Açores tenha um futuro mais próspero.

Sim, sim, temos que apostar no crescimento económico! Sim, sim, o turismo é um setor com enorme potencial, em que temos que crescer, mas temos que crescer de forma equilibrada! É isso que nós temos que fazer, as autoridades públicas. E estamos a fazer. E temos que melhorar a nossa intervenção nessa área.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava por felicitar a Sra. Secretária Regional, enquanto representante do Governo, por essa iniciativa que aqui nos traz, que, no fundo, tem como objetivo primeiro combater, se calhar, o mercado paralelo que pode originar a falta de viaturas legalmente disponíveis para a prestação de serviço de *rent-a-car*.

Do meu lado, também, não vejo que haja um constrangimento em que essas viaturas permaneçam mais dois anos nessas atividades, porque o desgaste a que elas ficam sujeitas aqui nas nossas ilhas não é nada de extraordinário. Portanto, eu acho que será um assunto perfeitamente pacífico.

E felicitar o Governo – se calhar, podia ter sido mais rápido, é certo, mas também foi o momento, mais vale agora do que mais tarde – pelo facto de ter trazido essa iniciativa aqui.

Lembrar, ainda, Sra. Secretária Regional, como também já foi dito aqui pelo PAN e também pelo Bloco de Esquerda, que tivéssemos nós uns transportes públicos mais adequados àquelas que são as exigências do dia a dia, não teríamos hoje uma pressão tão grande nas *rent-a-cars*. E isso vem ao encontro daquela iniciativa, aquele Projeto de Resolução que eu apresentei há dois meses aqui nesta Casa, no sentido de termos melhores transportes públicos, mais apetecíveis para os locais e para quem nos visita. Portanto, fica o alerta de que aquela iniciativa que eu apresentei é válida e faz todo o sentido em todo o ano, mas especialmente nesta altura do ano.

Mas não queria terminar esta intervenção sem fazer um *mea culpa*, é que os 29 Deputados deste lado, que agora acham que é muito urgente resolver este problema de pôr turistas a andar de carro, são os mesmos 29 Deputados que na última iniciativa que foi votada agora neste Parlamento acharam que não era urgente resolver...

Deputado Rui Anjos (PS): Muito bem!

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

O Orador: ... o problema de pessoas que precisam de uma fatia de pão para casa. Faço o meu *mea culpa* relativamente a isso. Não posso com hipocrisia...

Deputado Rui Anjos (PS): Eu também não!

O Orador: ... e fingir que esse assunto não existe. As mesmas pessoas que estavam aqui há uma hora atrás são as mesmas pessoas que estão aqui agora sentadas. E eu assumo as minhas responsabilidades.

Mas também estaria a ser totalmente injusto se tivesse julgado a outra iniciativa como julguei e esta desta forma, porque a outra iniciativa, e permitam-me a crítica, também tinha injustiças. Todos nós sabemos que a atribuição dos programas ocupacionais pelas Juntas de Freguesia dos Açores e pelas Câmaras Municipais, infelizmente, era feita com critérios muitas vezes suportados em cores políticas. E esse é um problema que é um grande desafio de se resolver.

E o desafio que fica a este Governo é que arranje, de forma rápida, uma iniciativa, como arranjou agora para o aluguer dos automóveis, uma iniciativa rápida, justa, assente em critérios demográficos, de dimensão de áreas, algo que seja justo. E que, depois, esse Governo não venha a ser acusado, como o outro foi acusado, de que para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras do Partido Socialista havia dezenas e centenas de trabalhadores em programas ocupacionais e para as Juntas de Freguesia e Câmaras que não eram do Partido Socialista havia meia dúzia de pessoas, só para calar a boquinha.

Portanto, este é o grande desafio deste Governo, criar um mecanismo justo, justo

para a população, justo para os Presidentes de Juntas de Freguesia e de Câmaras, independentemente das cores que representam, e justo também para com o empresariado desta terra, que todos nós sabemos disso, que se vê privado de ter mão de obra adequada para as atividades que leva a efeito, porque muitas vezes essa mão de obra está comodamente acomodada, passo a redundância, em programas ocupacionais, que não são mais do que formas mais ou menos confortáveis de prolongar a vida no tempo sem que daí resulte um projeto de vida. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho que, obviamente, intervir relativamente à sua experiência e, obviamente, por respeito a V. Exa., por respeito aos corvinos, por respeito ao Corvo. Nós nunca podemos basilar o turismo dos Açores por aquilo que está a acontecer no Corvo, que ainda conseguimos controlar muito bem comparativamente com outras ilhas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que está a acontecer nas Flores!

O Orador: ... em que existe uma massificação qualquer.

Não acredito que o Bloco de Esquerda nem o PAN queiram fazer um bloqueio ao turismo ou do crescimento que nós vemos, do crescimento económico, como disse, não para ser um setor importante, mas complementar àquilo que você acha que é o setor primário mais importante dos Açores, do qual eu não concordo, obviamente. Mas nós queremos, obviamente, um turismo sustentável. Não queremos um crescimento sem qualquer limitação.

E, depois, o que é que nós temos aqui nos Açores? Não vamos ter absolutamente nada. Vamos ter uma Madeira. Mas eu vou fazer comparações. E ninguém quis limitar numa altura de pandemia. Mas, em 2019, nós tínhamos, mais coisa, menos

coisa, 20 mil camas nos Açores. Pandemia, não houve turismo nenhum. Sabe quanto é que você tinha em março de 2022? Tinha mais de 30 mil camas aqui nos Açores. E não havia turismo durante dois anos. Eu acho que já houve um crescimento bem bom em todas as ilhas.

E se compararmos com a Madeira, em que o turismo não é aquilo que nós queremos, só estamos a 2600 camas da Madeira, neste preciso momento.

Mas o Governo Regional diz que ainda temos muito espaço para crescer. Pelos vistos, nós já estamos quase a ter as mesmas camas da Madeira, a ter a turistificação e a massificação do turismo dentro dos Açores. E queremos ainda mais e mais.

Não quero nem nunca vou ser populista. Apenas quero ser um partido sustentável, para termos, para as outras gerações, ainda uns Açores com o turismo de natureza que nós necessitamos, turismo de natureza, e que seja sustentável por mais 50, por mais 100 anos. E não pensar de legislatura atrás de legislatura, de quatro anos em quatro anos. E, depois, para os nossos filhos, nós logo vemos.

O crescimento também tem que ter a sua limitação, porque, se deixarmos sempre tudo para os nossos empresários, sabemos que nem todos os empresários têm pelo menos uma costela sustentável, porque já demonstraram isso mesmo. Há outros que têm. A maior parte talvez não tenha. E alguns até estão a fazer o aproveitamento dos Açores, que não são sequer de cá, apenas para fazer o investimento capitalista, para conseguir retirar alguma coisa desta Região, dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, para uma interpelação... Prescinda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder ao Sr. Deputado Pedro Neves. Ó Sr. Deputado Pedro Neves, então, o Corvo não pode ter nada?! Não pode ter um boi de raça anã?! Não pode ter um bom exemplo, que funcione?! O Corvo não pode ter nada.

Deputada Ana Luís (PS): Pode! Tem é coisas a mais!

O Orador: Ouça, é um bom exemplo. Mas podia ter dito... Nós não podemos dizer nada. Mas, ouça, se vamos por essa escala, Portugal também não pode dizer nada à Alemanha, não pode dar nenhum exemplo à Alemanha. Então, os pequeninos não podem nunca dar bons exemplos aos grandes. Portanto, ó Sr. Deputado, deixe essa discriminação! Mesmo hoje falamos de discriminação. Há discriminação de todos os tipos. Agora, o Corvo não pode dar aqui o bom exemplo?!

Veja uma coisa, é um exemplo que eu lhe podia dar. Agora, vou-lhe dar de uma ilha maior, pronto. Outra ilha, que não é por acaso, é as Flores, onde também elegemos um Deputado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Não fale nisso!

O Orador: Veja bem, a observação de aves também está a ser um sucesso nas Flores. E sabe uma ilha que tem tremenda capacidade em termos de observação de aves? São Miguel. São Miguel tem também uma capacidade tremenda nessa matéria.

O que eu lhe estou a dizer é que lhe dei este exemplo e podia ter-lhe dado muitos outros, na área desportiva, na área cultural, há coisas, há eventos...

Nós temos que combater a época baixa. E isso só se consegue diversificando as nossas atividades. Mas estamos a fazer isso! Estamos a fazer isso!

Veja bem, já não estamos tão dependentes no setor agrícola, sabe porquê? O setor turístico também é um responsável por ter criado esse dinamismo.

Deputada Alexandra Manes (BE): Nas Flores as pessoas morrem de fome porque o barco não chega!

O Orador: Olhe o sucesso do vinho no Pico, por exemplo. Outro exemplo que

lhe posso dar.

Deputada Joana Pombo (PS): O whale watching não surgiu há um ano e meio!

O Orador: O Pico, o Corvo, as diferentes ilhas podem dar bons exemplos umas às outras. Não é pelo seu tamanho que não podem ser bons exemplos.

Por isso, Sr. Deputado, eu vi-me na obrigação de lhe responder por isso, porque é uma falta... é uma discriminação, Sr. Deputado. E isso, Sr. Deputado, eu não posso aceitar.

E sei também que não é essa a sua natureza e a natureza do seu partido.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a falar de *rent-a-cars*, mas já derivamos para o setor na generalidade.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem toda a razão quando usa o Corvo como exemplo. Se eu bem percebi, o Sr. Deputado Pedro Neves também não quis dizer que o Corvo não era exemplo, quis dizer que o Corvo não poderia servir de referência. Foi o que eu entendi. Mas, se calhar, entendi mal.

O Corvo é, de facto, um belíssimo exemplo, Sr. Deputado Paulo Estêvão. E sabe porquê? Porque é precisamente aquilo que é preciso fazer no resto da Região Autónoma dos Açores, que é limitar o crescimento do número de camas para estender, precisamente, a procura para aqueles meses que não têm procura. É precisamente isso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tem nada a ver!

O Orador: É precisamente isso, Sr. Deputado, porque não tem só a ver com o bird watching ou com o whale watching ou com as atividades que lá se desenvolvem, tem a ver com a procura por alojamento, que depois não tem resposta. Felizmente, não tem resposta.

Deputado Pedro Neves (PAN): E limita o turismo.

O Orador: Por isso, como há o apetite do cliente por visitar aquele espaço, ele dilata no tempo a procura.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade. Vou ter que clarificar.

O Orador: E o Corvo é um excelente exemplo, precisamente, para todos percebermos o que é que temos que fazer para esticar, não é a época alta, é a procura, porque a época alta nós vamos ter sempre julho e agosto. Nós temos é que esticar a procura para outros meses, precisamente limitando o crescimento e a oferta nos meses em que há mais procura. Era só isso. Era só uma clarificação. Mas, lembro, estamos a falar apenas de *rent-a-car*. O Sr. Deputado Paulo Estêvão, se quiser fazer um debate sobre turismo, como é um Grupo Parlamentar, e eu não sou, pode agendar um debate de urgência, que eu terei imenso gosto em debater consigo sobre essa matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): Sobre voos para o Corvo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Partido Socialista não quer o desenvolvimento económico igual para a Região!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não estou a sair do objeto porque, obviamente, este objeto é o mesmo, porque nós temos turismo, precisamos, obviamente, que haja uma exceção para as nossas empresas de *rent-a-car*.

Mas, Sr. Deputado Paulo Estêvão, compreendeu-me completamente mal ou então tentou retirar-me completamente do contexto, como V. Exa. está habituado a fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não estou nada. O Sr. Deputado não tem muita razão de queixa!

O Orador: Mas nada disso, eu não discriminei nenhum corvino. Eu não discriminei o Corvo. Aliás, eu disse que nós não podemos basilar o turismo dos Açores por aquilo que acontece no Corvo, que está bem controlado! Isto é um elogio, Sr. Deputado! E você diz que eu estou a discriminar os corvinos! Eu não sei onde é que você foi buscar isso. Eu disse que está controlado no Corvo.

Exatamente como o Sr. Deputado Nuno Barata disse, existe uma limitação relativamente à disponibilidade de alojamento. Não há mais turistas. Vão lá fazer o quê? Só se forem lá de manhã e vão-se embora à tarde, porque não podem ficar e pernoitar na ilha do Corvo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não pode?!

O Orador: Não sei se é bom. Eu preferia que no Corvo estivessem dois, três dias. Era bem melhor para o Corvo nesse aspeto. Mas há limitação, neste caso, em camas.

E, depois, o Corvo vai ter outro problema, neste caso, a falta de espaço em si da própria ilha, o que por si só será muito bom em termos de turismo sustentável para o Corvo.

O problema são as outras ilhas em que não estamos a ter um turismo sustentável. Esse é que é o problema. Precisamos de sustentabilidade, sim, económica, sustentabilidade ambiental, mas também precisamos da sustentabilidade daquilo que é os Açores como nós conhecemos, porque se formos dar carta branca a todos os empresários...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Querem turismo, mas sustentabilidade nada!

O Orador: ... e que vêm de fora para cá para os Açores, só querem é delapidar absolutamente tudo nos Açores. E quando estiver tudo delapidado, vão-se embora. É isto que vai acontecer. Já aconteceu noutros países, já aconteceu noutras regiões. E poderemos ter nos Açores, se nós não tivermos mão nisso.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o debate divergiu. Eu peço, desde já, desculpa, Sr. Presidente, vou só... 30 segundos, tinha que responder a isto. Só 30 segundos para dizer aqui aos Srs. Deputados o seguinte: ó Sr. Deputado Nuno Barata, o Sr. Deputado tem mostrado uma grande clarividência e tem mostrado uma grande qualidade parlamentar. É o elogio que eu lhe faço. Mas aqui o Sr. Deputado não tem razão. Então, o senhor diz que as pessoas só vão ver as aves nos meses de setembro e outubro porque não conseguem no resto do ano.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não disse isso! Está a pôr coisas na minha boca que não disse!

O Orador: Sabe porque é que não conseguem? Não é por as camas estarem ocupadas, é que os pássaros, as aves não estão lá, Sr. Deputado! Não estão lá! Só chegam em setembro e outubro. Portanto, não é por não haver camas, é porque não há nada para ver em relação às aves, Sr. Deputado! Demoram algum tempo a vir da América, têm que ser empurradas por um determinado tipo de ventos e só lá estão em setembro e outubro, Sr. Deputado. Portanto, esse raciocínio está incorreto.

Eu quero manter aqui aquilo que disse. Eu dei o exemplo do Corvo, também dei o exemplo do Pico. Estava a dizer que o que nós temos que fazer, do ponto de vista do futuro, é realmente prolongar a época alta com outros setores que podemos desenvolver. E há vários exemplos de setores. E o Corvo também é um bom exemplo, porque também temos direito a dar bons exemplos.

Deputado Nuno Barata (IL): Um excelente exemplo!

O Orador: Sr. Presidente, regressando ao tema básico, que é o tema fundamental, esta é, ou não é, uma resposta urgente que é preciso dar? É, com racionalidade e com urgência. E é por isso que eu regresso a este debate, que é o debate

fundamental.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Bem-vindo!

O Orador: Bem-vindo não, sempre cá estive, divergindo noutras áreas que são complementares.

E é por isso que isto é importante, que este diploma seja aprovado. Aliás, todas as bancadas, no final de contas, estão todas dispostas a votar favoravelmente porque é uma boa proposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Rui Anjos, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Anjos (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Gustavo Alves (PPM): Os pássaros são em outubro, os anjos são agora!

O Orador: Aproveitando essa latitude, muito longe das *rent-a-cars* que já falamos aqui, de programas ocupacionais, já falamos aqui de determinados aspetos muito desviados do tema central, mas aproveitando essa essência, que acho que também faz parte desses momentos em Plenário, divergir, encarar o turismo como desígnio regional. Não podemos fazer avulso determinadas coisas, não medir capacidades de carga, principalmente se temos o privilégio de captar mercados muito específicos que não se importam de pagar. Principalmente, o que aqui interessa é o nível de exigência e da qualidade de serviço. Estamos a atravessar, como é público, e não estou a fazer considerações políticas nenhuma, é uma constatação transversal a todas as bancadas com o conhecimento de causa,

que compromete a qualidade do serviço... Isto belisca a experiência do cliente. O cliente pode adorar a nossa Região, a nossa natureza, se for mal atendido, se demorar tempo a ser atendido, ele não voltará, certamente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva, faz favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, na sua intervenção, a senhora referiu que tinha recebido pareceres das *rent-a-cars*, presumo eu. A pergunta que nós fazemos é: quando é que recebeu esses pareceres? E quais foram as entidades que os emitiram?

E também, uma vez que estamos a falar de viaturas licenciadas para *rent-a-car*, neste momento, se tem informação disponível sobre quantas viaturas estão licenciadas, quantas é que estavam no final de 2021, em 2020 e em 2019, para percebermos a evolução e o real impacto daquilo que estamos aqui a discutir e, eventualmente, a aprovar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, eu já esperava essa sua pergunta contabilística. É sempre aquela perguntinha pequena, parece que vai tirar da algibeira alguma coisa.

Eu vou-lhe dizer o seguinte: esta dificuldade nos *rent-a-cars* foi-nos sinalizada, no dia 17 de junho, pelo empresário Mário Veiros. E ele é o autor moral desta proposta, dando-nos conhecimento, em São Jorge, desta dificuldade.

No dia 22 de junho, portanto, em cinco dias fizemos o diploma, foi-nos entregue o parecer da Associação dos Empresários. 22 de junho.

No dia 23 de junho, foi a Conselho do Governo.

No dia 07 de julho, está na Assembleia Legislativa Regional. Menos de 20 dias! Se é possível fazer em 20 dias? É, está feito. Mas não são muitos os diplomas que vêm a esta Casa em 20 dias.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Portanto, Sr. Deputado, quando nós pedimos urgência a esta Casa, nós fomos os primeiros a dar o exemplo, a corresponder a uma necessidade que nos foi sinalizada em São Jorge. E que nós procuramos saber, junto da associação, se essa necessidade se estendia a toda a Região. Afirmaram-nos que sim. Deram-nos o parecer no dia 22 de junho. Hoje, no dia 07, estamos a aprovar.

Pelo que percebo, estão todos de acordo. Apesar das divergências noutras áreas laterais que têm sido aqui debatidas, estamos todos de acordo que isto deve ser aprovado. E é isso que conta, é satisfazer os nossos empresários, na medida em que isso nos é possível, para corresponder, acima de tudo, na ponta final e no final do dia, a quem nos visita, aos turistas que necessitam deste tipo de serviços.

Portanto, este é que é o nosso propósito, é por isso que estamos aqui. E eu só agradeço a todas as bancadas a compreensão em nome dos nossos empresários.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, mais uma vez, devo dizer que ninguém, e há empresários nessa bancada, como há em todas as bancadas, me sinalizou este problema antes. Foi o empresário Mário Veiros que apresentou.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Alexandra Manes (BE): Não se esqueça que os turistas também comem nas Flores! O barco tem que chegar também lá!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Má política, novamente!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, eu tenho muito respeito por si do ponto de vista institucional. E eu acho que é uma falta de respeito por mim, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Enorme!

O Orador: ... enquanto Deputado, vir aqui dizer que eu fiz uma pergunta pequena, de contabilista. Primeiro, é uma falta de respeito pelos Deputados que aqui estão. E é mais do que isso, é uma falta de respeito pelos contabilistas. Eu tenho muito orgulho em ser contabilista de profissão, mas aqui falo enquanto Deputado. E,

portanto, eu agradeço que me respeite também quando faço as perguntas que entendo ser legítimas.

Sra. Secretária, eu também perguntei quantas viaturas estão licenciadas. A Sra. Secretária não respondeu. Eu penso que a senhora tem acesso a essa informação. Portanto, eu agradeço que partilhe com o Parlamento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Quando eu tiver a informação, partilharei com o Parlamento. Eu não partilho informação que não tenha a certeza absoluta dos números que digo.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas que arrogância é essa?

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu creio que na apresentação que fez da urgência desta iniciativa e na apresentação da iniciativa referiu que um dos fatores que justificava essa prorrogação, que é aquilo que estamos a aprovar, tinha a ver com o número de viaturas que estavam disponíveis. Estou errado, Sra. Secretária?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Nada disso! Pode pedir a transcrição!

O Orador: Portanto, de acordo com toda a humildade que este Governo apregoa, eu solicito, uma vez mais, que indique qual é a evolução do número de viaturas. Se não consegue dizer à unidade, eu percebo, mas tem uma ideia clara, caso contrário não traria aqui uma proposta sobre esse assunto sem ter a informação adequada. Eu não esperaria isso de si. Mas agradeço que me corrija se estiver errado.

Deputado Berto Messias: Essa é uma informação base para este diploma. Como é que é possível?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, é uma interpelação à Mesa.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sim, Sr. Presidente. É um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

Presidente: De 15 minutos?

A Oradora: Sim, sim.

Presidente: Regressamos às 19h30.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para...

Eram 19 horas e 30 minutos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Atendendo ao nosso horário, encerramos os nossos trabalhos por hoje. Recomeçamos amanhã às 10 horas, com a Agenda.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Manuel José da Silva Ramos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Partido Social Democrata (PSD)

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

O redator, André Silva